AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ❑ VOL 19 ❑ Nº 4 ❑ 15 DE ABRIL DE 1999 ❑ R$ 6,00



Edição especial
AGRISHOW 99
Balanço e perspectivas do agronegócio

DEZ ANOS DE QUEDA

Renda das lavouras brasileiras encolhe 38% nos anos 90, anulando os ganhos de produtividade. Chegou a hora da virada

GUERRA DAS BANANAS
O protecionismo na Europa e EUA chega às vias de fato

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

ISSN 0100-4298

Gaucho®

Proteja as plantas via tratamento de sementes



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer
Proteção das Plantas

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF

Assessoria de Propaganda da Bayer

ABRE aspas:

Assumindo a presidência da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Roberto Rodrigues tem planos para a nova gestão. Pretende que a Associação seja uma espécie de catalisador entre as entidades do setor, para melhorar a articulação política e de *lobby*, que lute para mudar a imagem do setor rural junto à opinião pública e que tencione buscar o que chama de alianças estratégicas entre os vários segmentos que fazem parte do negócio rural, assegurando benefícios a todos eles. São planos ambiciosos.

Rodrigues é um veterano e pragmático defensor do agronegócio, mas é também um romântico, um amante da agricultura à moda antiga. Do tipo que ainda manda flores e faz serenatas. Chegou mesmo a gravar um CD onde solta a voz interpretando suas canções favoritas, românticas, claro. Após gravar mais uma série de entrevistas do programa *Painel Rural* para a TV a cabo Canal Rural, ele atendeu à reportagem de AGROANALYSIS para explicar como vai continuar sua luta para mudar a agricultura brasileira.

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Revolução silenciosa

DA REDAÇÃO

■ *Como o senhor se sente há tanto tempo militando em várias entidades agrícolas, acaba de ser eleito para comandar a Abag, e constatar que pouca coisa muda nesse setor?*

— A vida só tem sentido com esperança. E o combustível da esperança é o amor. Mas esse sentimento só se sublima no coletivo, porque aí permite trabalhar com um tríplice conceito: foco, ética e justiça. E eu estou cheio de esperança na melhora do nosso setor.

■ *Mas a agricultura brasileira vai bem?*

— No seu conjunto, não, embora existam ilhas de prosperidade: problemas ainda não resolvidos, como o do endividamento, preocupam e esmagam produtores. Mas o agronegócio brasileiro é a saída que temos, a locomotiva que pode nos levar a fazer parte do Primeiro Mundo.

■ *Como isso será possível?*

O Brasil adquiriu um destaque inimaginável com a crise econômica. Em Davos, na Suíça, líderes do mundo todo só queriam informações sobre a situação brasileira. O país está deixando de ser conhecido pelo futebol e pelo carnaval, mas agora as pessoas se dão conta da importância econômica do Brasil e do seu papel estratégico no continente americano.

■ *Como o agribusiness pode se beneficiar dessa situação?*

— O agronegócio é o setor com melhores possibilidades de viabilizar a economia brasileira, gerando empregos, internalizando o desenvolvimento e com isso ajudando a redistribuir a renda e estabilizar socialmente o país. Com a desvalorização do real, o setor livrou-se de uma forte amarra e os nossos produtos ficaram muito mais competitivos. Agora é o momento de ampliar os mercados, de discutir melhor as outras questões que impedem o incremento do comércio internacional de produtos primários, como a tributária, a monetária, a tecnológica e a logística. E também de atrair investimentos estrangeiros e até mesmo de outros setores econômicos do Brasil.



Rodrigues: "Há que ter esperança."

■ *Dentro desse contexto, qual será a função da Abag?*

— A Abag poderá ter um papel importante. Nossa diretoria quer levar adiante três projetos no sentido de fazer com que o agronegócio assuma seu lugar no cenário econômico do país, no Mercosul e nos mercados do hemisfério Norte. No primeiro, procuraremos retomar a articulação política com as entidades do setor. É preciso rediscutir nossos objetivos e funções, priorizar os projetos e unificar as propostas.

■ *Será a formação de uma frente?*

— Uma reformulação da frente ampla da agropecuária brasileira,

mas sem o informalismo daquele tempo. Vamos conversar com as lideranças do cooperativismo, do sindicalismo, da sociedade civil e dos meios acadêmicos. Temos um assunto urgente, que é a rodada de negociações que a OMC iniciará oficialmente em dezembro para fixar as normas de comércio internacional de produtos agrícolas. A Confederação Nacional da Agricultura, a Organização das Cooperativas Brasileiras e a Abag já criaram um Fórum de Negociações Internacionais, reunindo dezenas de entidades do setor. A idéia é estabelecer um documento básico com conceitos gerais tirados do consenso, como um guarda-chuva. Esse será o roteiro das nossas negociações, ponto a ponto.

■ *O que o senhor chamou de "guarda-chuva" vai proteger quem?*

— Sob ele ficarão as cadeias produtivas, cada qual estabelecendo suas prioridades e peculiaridades.

■ *A iniciativa privada é platéia na reunião da OMC?*

— Não. A OMC é um órgão de governos, mas precisamos ter consenso dentro do setor privado e obter dos governantes que se sentam à mesa de negociação uma posição também consensual e firme, na defesa dos interesses do agronegócio nacional. O governo não pode inventar nada, mas decidir junto conosco, que somos os legítimos interessados e os condutores do país.

■ *A reunião da OMC é apenas um item na complexidade de vícios e velhos problemas que se cristalizam no agribusiness brasileiro; quais os outros motivos?*

— Participamos do Fórum Nacional da Agricultura e da criação do Consagro. Foram levantadas nessas entidades as principais bandeiras do agronegócio e agora precisamos ver implementadas essas reivindicações.

■ *O Consagro é semelhante ao antigo Conselho Nacional de Política Agrícola?*

— Mais ou menos. Queremos a volta do CNPA, porque isto é o que a lei determina. Mas enquanto não conseguimos, o Consagro pode ajudar. Temos que criar uma agenda para o agronegócio em todas as frentes, não apenas para fazer valer as recomendações do Fórum, mas também para os temas que estão sendo discutidos no Congresso Nacional. Por exemplo, a reforma tributária tem muita importância para o agronegócio. Temas como a guerra fiscal entre os estados da federação e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços influem diretamente na produção primária. Por que, por exemplo, não tiramos ainda o ICMS da cesta básica? Todo mundo é a favor e no entanto isso não acontece.

■ *Qual é o segundo projeto da nova gestão da Abag?*

— Vamos tratar da questão da imagem do nosso setor. A população em geral, especialmente a urbana, sabe muito pouco sobre a agricultura. E tem um conceito distorcido sobre o agronegócio. Para o consumidor o agricultor é um profissional despreparado. Não está clara a idéia de cadeia produtiva, que começa na prancheta do pesquisador científico e acaba na gôndola do supermercado, fazendo do consumidor um verdadeiro parceiro do produtor, mas este conceito não existe na cabeça brasileira.

■ *Como o senhor pretende fazer isso?*

— A primeira iniciativa será a publicação de um livro que contará a história do Brasil sob a ótica do agronegócio. No fundo, a verdadeira história do Brasil. Vamos mostrar que o Brasil se desenvolveu sempre através do agronegócio, através de suas cadeias produtivas que conquistaram o país e geraram sua riqueza. Basta lembrar o caso do café, ou também a cana, a laranja, o boi e modernamente a soja. Quem foi que abriu nossas fronteiras no Centro-Oeste? Não foi a soja?

Os participantes do agronegócio precisam passar uma posição clara ao governo sobre suas dificuldades para as negociações que se iniciam em dezembro na OMC.

■ *O que se espera com essa publicação?*

— Mudar o conceito do agronegócio no Brasil, mostrar que agricultura é a base do processo de desenvolvimento e que todos os setores dependem dela. E também mostrar o potencial que ainda temos, para investidores nacionais e estrangeiros

■ *De onde virão os recursos para a edição desse livro?*

— Nós pretendemos utilizar todas as ferramentas disponíveis, como a Lei Rouanet, patrocínios e outros mecanismos para arrecadar o dinheiro necessário para transformar esse projeto em realidade.

■ *E a que público se destina esse livro?*

— A todos os públicos. A nossa idéia é, além de publicá-lo como livro nos moldes tradicionais, transformá-lo em cartilhas que serão distribuídas na rede escolar de todo o país e também em CD-ROM, para chegar até as pessoas que hoje se abastecem de informações quase exclusivamente por meio de computador.

■ *Existem outras ações nessa área já em curso?*

— Muitas ações poderão ser realizadas, sempre em parceria com outros setores. É necessário municiar a população com uma visão sistêmica do agronegócio brasileiro, como por exemplo repetir o óbvio: uma calça *jeans* é feita de algodão, um sapato só existe porque existe o boi andando pelo pasto, a cerveja só existe porque há um produtor de cevada e assim por diante. O cuidado com a imagem do setor é fundamental, porque as políticas públicas num país democrático só são alteradas se a opinião pública concordar. Enquanto a opinião pública desprezar a agricultura, nada mudará.

■ *Além da articulação política do setor, dos cuidados com a imagem do agribusiness, qual o terceiro projeto que a Abag deseja desenvolver?*

— São as alianças estratégicas dentro das cadeias produtivas.

■ *Do que se trata?*

— De várias iniciativas que podem ser feitas em benefício da sustentabilidade de cada cadeia produtiva, gerando vantagens ao consumidor final e ao produtor.

■ *Como assim?*

— Hoje já se fala bastante das chamadas commodities ambientais. A indústria que tem uma atividade poluente paga a quem, no ou-

tro lado, exerce a função de limpar o ambiente, como é o caso do agricultor. Isso já é bem compreendido em países desenvolvidos. Nesse caso é possível estabelecer uma aliança entre ambos, poluidores e despoluidores.

■ *Como seriam negociadas essas commodities ambientais?*
— Usando uma central de registros de commodities ligada à BM&F; ela certificaria papéis a serem negociados nesta Bolsa, por exemplo.

■ *Há outro exemplo de aliança?*
— Sim, imagine uma fábrica de fertilizantes que tenha uma produção de x toneladas e um conjunto de cooperativas que consumam exatamente estas x toneladas. Poderíamos eliminar os custos de vendas e armazenagem da fábrica fazendo um negócio direto com as cooperativas, reduzindo o custo para todo mundo, com benefício para o produtor final e para o consumidor final. Ora, quem é que perde com isso? É um jogo de ganha-ganha. Eventualmente perderiam os vendedores de fertilizantes nas diversas áreas do interior? Não, porque eles podem se constituir numa empresa de assessoria técnica, de assistência técnica e de recomendações adequadas que prestariam serviços às mesmas cooperativas e aos agricultores a elas afiliados.

■ *Qual a opinião da Abag sobre a situação financeira de alguns produtores e de cooperativas?*
— É preciso voltar um pouco no tempo para compreender o que aconteceu e o que está acontecendo hoje. Vivíamos há poucos anos em um país de economia fechada com taxas inflacionárias muito altas e bastante intervenção governamental. E em poucos anos passamos para um regime aberto, arrombado mesmo, quase sem inflação e também sem instrumentos de política. Na verdade houve uma desestruturação do setor, principalmente com o descasamento do Plano Collor e com os juros estúpidos no começo do Plano Real.

■ *O senhor pode explicar melhor?*
— Essa transição de um cenário para outro provocou duas ondas. Uma onda dos excluídos: dados disponíveis mostram que nos últimos sete anos mais de 2 milhões de pessoas ficaram sem trabalho no campo; só a cotonicultura de São Paulo perdeu 55 mil postos de trabalho. A outra é a onda dos que sobraram e resistem numa competição cada vez mais acirrada.

■ *A situação se agravou com a criação do Plano Real?*
— Embora a inflação seja o maior inimigo da agricultura, nenhum dos planos econômicos beneficiou o agronegócio, porque mudaram regras do jogo no meio do jogo. Quem tinha dívida em 1994 está quebrado, sem condições de prosseguir.

■ *E esses planos de alongamento das dívidas rurais?*
— A securitização das dívidas é um paliativo, não vai resolver o problema, assim como outras iniciativas não vão dar certo. O governo sabe disso desde o começo. Todo mundo sabe disso, mas por incompetência ou imobilismo não se resolve a questão em definitivo.

■ *A Abag tem alguma sugestão para solucionar essa questão, até porque os produtores sem dívidas devem ficar numa situação desconfortável?*
— É preciso ter criatividade. O governo poderia, por exemplo, aceitar como pagamento seus próprios papéis, como os Títulos da Dívida Agrária, TDA. Quem tiver contas a acertar com o tesouro adquire os títulos pelo valor de mercado e o governo os aceita pelo valor de face. Essa pode ser a alternativa para encerrar o assunto. Assim também com outros títulos. Sem reduzir o estoque da dívida a situação é insolúvel. E o estoque da dívida é exagerado porque é meramente contábil.

Para administrar uma propriedade rural é preciso conhecer bem ciências agrárias, estar muito bem informado sobre mercados e legislações, atuar com precisão na área.

■ *Além da transição à qual o senhor se referiu, há outra em curso, a do padrão tecnológico. Qual a sua opinião sobre esse assunto?*
— Já se pratica no Brasil o que há de mais moderno em tecnologia para a produção rural. Temos máquinas agrícolas de última geração e usamos insumos e métodos novíssimos em tratamentos culturais. Temos agricultura de precisão, o plantio direto e tudo isso já é uma realidade nacional. Estamos muito avançados tecnologicamente nas fazendas que não têm dívidas.

■ *A agricultura está vivendo grandes transformações. Vêm mais novidades por aí?*
— Há uma revolução silenciosa em todo negócio, no modelo agrícola brasileiro e numa área que considero especialmente importante, a gerencial. Hoje, para administrar uma propriedade rural é preciso, além de ter grande conhecimento em ciências agrárias, estar muito bem informado sobre os mercados, legislações, atuar com precisão na área comercial, estar preparado para a adoção de novas ferramentas indispensáveis em uma propriedade eficiente, como o computador. É preciso ter gerência financeira, gerência tributária, de recursos humanos, na área ambiental, enfim, é preciso ter muito mais informação do que o agricultor antigo tinha.

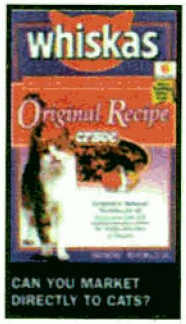
■ *E a questão do novo modelo? O que é isso?*
— É o que exige que o agricultor agregue valor à sua produção primária. Não é mais possível no mercado competitivo fazer renda permanentemente, ou pelo menos não será possível no curto prazo fazer renda permanentemente vendendo matéria-prima. É preciso agregar valor industrializando, fazendo parcerias, alianças estratégicas com setores antes e depois das porteiras da fazenda, através de mecanismos clássicos como o cooperativismo, integrações e parcerias. Isso tem que ser feito para que o produtor ganhe não apenas produzindo matéria-prima, mas em todas as fases das cadeias produtivas

■ *A Abag está preparada para estes novos tempos?*
— Desde sua criação a Abag já passou por duas fases distintas. A primeira, e bem difícil, foi a da sua criação sob o comando de Ney Bittencourt de Araújo. Depois veio o período de consolidação tocado pelo Luiz Alberto Garcia, que considero concluído. Agora, nossa diretoria espera que realmente a terceira fase, a do crescimento, seja coerente com a modernidade da agricultura no mundo inteiro.

AGRO drops

Propaganda inglesa vai direto ao ponto

Agências de propaganda sempre encontram meios de convencer os consumidores a comprar os produtos que anunciam.



Seja alardeando garantias adicionais ou vindo com aquele lero-lero de que você vai se destacar na multidão, ou vai ter, enfim, seus 15 minutos de glória. E para isso sempre usam algum artifício para chamar atenção, mesmo se os consumidores forem... gatos.

Segundo a edição de abril da revista norte-americana *Sales & Marketing Management*, uma agência inglesa acaba de produzir comerciais destinados a gatos. A peça de 40 segundos para a ração Whiskas utiliza imagens de ratos e peixes e chiados e ronronados de gatos para atrair os felinos.

Nos testes realizados pela empresa de propaganda, 60% desses animais manifestaram algum tipo de reação, virando as orelhas em direção à fonte sonora e até mesmo tocando levemente a tela do televisor com a pata.

A agência espera que a reação dos bichanos convença seus donos a comprar mais Whiskas para seus animais de estimação. É o que se pode chamar de *target marketing*.



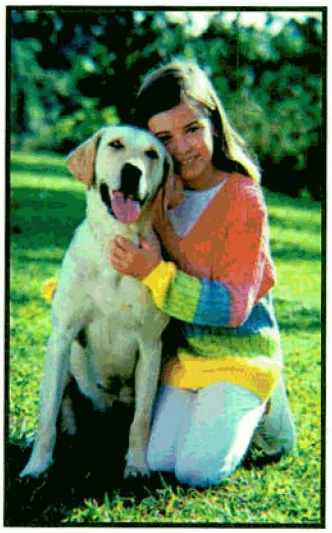
Criadores lançam catálogo da raça Simental

Os criadores Luiz Carios Bourg e Maria Lúcia Duarte Bourg lançaram um catálogo com as principais matrizes do plantel de doadoras de embriões da Fazenda Pau D'Alho, colocando o banco genético à disposição dos criadores brasileiros. Durante os últimos anos, a fazenda reuniu em seu criatório em Lucianópolis (SP) matrizes de todas as origens da raça criadas no Brasil, adquiridas em leilões e em outros plantéis do país.

A brochura tem 28 fotos das principais vacas da fazenda. Entre elas estão animais conhecidos entre os criadores, como *Leggia dos Três Galhos*, vaca de origem suíça, grande campeã em Lages, em Esteio e duas vezes a melhor fêmea da Exposição de Londrina, a mais concorrida das mostras do Simental no Brasil.

No plantel da Pau D'Alho podem ser encontrados animais das principais linhagens do Simental de origem suíça, canadense, alemã e brasileira. As linhagens estão sendo mantidas puras, em acasalamentos através de fecundação por sêmen dos principais touros destas mesmas origens e também estão sendo cruzadas entre si, na busca de novas linhagens. "Estamos selecionando o melhor do Simental para as condições da pecuária brasileira, um setor carente de mais eficiência e resultados, tanto econômicos como em termos de melhoramento da qualidade de seus animais para a produção de carne e leite de melhor qualidade", afirmam os criadores.

Pfizer consome US$ 2,2 bilhões em pesquisas



Quarto maior laboratório farmacêutico do mundo, a Pfizer tem na inovação e na busca constante de novas tecnologias duas de suas mais importantes características. Na década de 80, por exemplo, a empresa consumiu US$3 bilhões em pesquisas. Nos anos 90, o montante aplicado foi expressivamente maior. Só no ano passado investiu US$2,2 bilhões.

Essa filosofia de trabalho levou a Pfizer a destinar mais de US$30 milhões para equipar sua fábrica de vacinas em Lincoln (Nebraska, EUA) e a investir mais de US$30 milhões em uma fábrica de líquidos estéreis e em equipamentos de proteção ambiental no Complexo Industrial de Guarulhos (SP).

A empresa conta com uma ampla linha farmacêutica e com um completo portfólio de medicamentos para saúde de pequenos, médios e grandes animais em todo o mundo.

Congresso de reprodução em Minas

Belo Horizonte sediará de 26 a 30 de julho o XIII Congresso Brasileiro de Reprodução. O evento destina-se a profissionais, estudantes e outros técnicos ligados à agropecuária, enfocando os principais campos de reprodução das espécies de interesse econômico. A participação de criadores e produtores rurais vem sendo incentivada nos últimos anos, com bons resultados, proporcionando oportunidade de troca de experiências e de integração em algumas agrocadeias.

Além de proporcionar oportunidade de atualização para os profissionais que atuam no campo, o encontro pretende ser um canal para o debate e apresentação das pesquisas mais representativas nos últimos anos. Para melhor atender aos participantes haverá inúmeras modalidades de eventos, minissimpósios e cursos básicos e avançados.

Os contatos podem ser feitos pelo telefone (031) 91-7122 e pelo fax (031) 491-7025.

Novo repolho pode ser plantado o ano todo

Já estão sendo vendidas no Brasil as sementes do repolho Red Dinasty, o primeiro híbrido com alta tolerância a *Xanthomonas*, uma doença limitante do cultivo de verão. "Os repolhos normalmente produzem melhor no período de inverno, mas com o desenvolvimento deste novo hí-

brido pelos pequisadores da Asgrow, os produtores poderão plantar em qualquer época do ano com cerca de 30% a mais de produtividade", explica o agrônomo Carlos Alberto Tavares, da equipe de desenvolvimento de produtos da Asgrow do Brasil.

O novo híbrido foi criado nos Estados Unidos e testado no Brasil na Estação Experimental de Paulínia (região de Campinas, SP), sendo plantado nos últimos dois anos em campos comerciais localizados nos cinturões verdes dos estados de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, com ótimos resultados. Além da fácil adaptação em qualquer região e alta produtividade (até mesmo em períodos de muito calor e chuvas abundantes), o produto se diferencia das demais espécies e ganha importância econômica em função das cabeças redondas e grandes, muito compactas e de cor vermelha intensa, características que agradam ao consumidor e garantem melhor preço ao produtor.



O lançamento do produto está sendo feito em eventos regionais para agricultores nas principais áreas produtoras, mas as sementes já estão disponíveis nos distribuidores Asgrow em todo o Brasil.

Biotecnologia é arma para combater a fome mundial

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) classifica a biotecnologia como um poderoso instrumento para alimentar uma população que deve atingir os 9 bilhões em 2030, segundo a entidade. A biotecnologia, junto com outras técnicas, pode fornecer novas soluções para velhos problemas que impedem o desenvolvimento rural sustentável. A aplicação de pesticidas e fungicidas poderá ser reduzida com o uso de plantas resistentes a pragas. A FAO também considera fundamental que os países em desenvolvimento não sejam deixados à parte nesse processo.

Embora o ritmo de crescimento da população tenha diminuído, o aumento em números absolutos da população a ser alimentada é tal que a capacidade de atender à demanda das terras cultiváveis poderá em breve se esgotar, se os agricultores ficarem restritos às tecnologias atuais. Jacques Diouf, diretor geral da Organização, declarou que a comunidade científica tem o dever de trazer uma resposta objetiva às angústias que nascem e se espalham por causa do uso de avançadas tecnologias na agricultura e na pecuária.

Tratando da questão da ética científica e da problemática alimentar, Jacques Diouf insistiu nos benefícios, que a ciência tem trazido para a agricultura, e na tarefa imensa de nutrir a população mundial, ao mesmo tempo avaliando de forma realista os limites e os riscos da tecnologia.

"Se os progressos na agricultura, *lato sensu*, permitiram obter resultados tão positivos e concretos, por que então tanto medo, angústia e reações hostis a respeito de certas destas tecnologias, sobretudo biotecnologias?", perguntou Jacques Diouf.

INFORME PUBLICITÁRIO



Vem aí o evento citrícola do ano

A Semana da Citricultura é um evento técnico-científico nacional da área de citricultura, tem *status* de congresso, tradição e muita credibilidade, sendo o ponto de encontro obrigatório dos produtores, técnicos, empresários, lideranças citrícolas e cooperativistas, comerciantes, empresários, autoridades, pesquisadores extensionistas, além de outros interessados dos diferentes segmentos da cadeia produtiva de citros. O evento é realizado anualmente no mês de junho. No corrente ano será de 7 a 11, no Centro de Citricultura Sylvio Moreira do Instituto Agronômico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, localizado em Cordeirópolis, SP.

Os problemas mais importantes do setor serão apresentados e dabatidos abertamente com a participação de todos os segmentos da cadeia produtiva da citricultura. Os resultados mais recentes gerados pela pesquisa, dentro e fora do Centro de Citricultura, serão divulgados durante o evento.

Temas como o cancro cítrico, amarelinho, (CVC), mudas, preço da laranja, mercados de sucos, insumos, segurança e qualidade total na aplicação de defensivos, além de outros temas de grande interesse do pública citrícola, farão parte da 21ª Semana da Citricultura, cuja programação será divulgada no início do mês de maio de 1999.

Paralelamente à realização da Semana da Citricultura, será realizada a Expocitros/99, considerada a maior e a mais importante feira de citricultura brasileira, considerada "vitrine" da agroindústria citrícola, além de ser o ponto de *marketing* estratégico e mais disputado anualmente pelas empresas que fabricam e/ou comercializam produtos de interesse do produtor. No corrente ano, a Expocitros comemora 25 anos de realização no Centro de Citricultura.

A Expocitros exerce um notável papel na difusão de produtos de interesse do citricultor, além de contribuir também para a melhoria da imagem da empresa junto ao público citrícola que é a imensa maioria que comparece ao evento. Outro aspecto importante da Expocitros são os contatos técnicos e comerciais, a oportunidade de apresentar novas tecnologias, expor tendências, reforçar o nome da empresa junto a um público específico e cativo da citricultura.

A Expocitros é também um ponto disputado de promoção de insumos e um canal perene de comunicação empresa/citricultura. Bom para a empresa e bom para a citricultura que busca maximizar seus lucros. Finalmente, o público que compra ou decide compra na citricultura não toma decisão sem antes visitar a Expocitros de Cordeirópolis. Os organizadores do evento estão aguardando cerca de 15 mil participantes oriundos do Estado de São Paulo, outros estados e vários países citrícolas.

Mesmo com os imensos progressos alcançados, "vários séculos de progresso técnico ainda não permitem satisfazer o mais fundamental dos direitos do homem, ou seja, a alimentação". Mais de 800 milhões de pessoas no mundo ainda sofrem com a fome e a subnutrição.

Dor da artrite afeta mais de 2 milhões de cães

Mudanças no comportamento dos cães, como falta de disposição para brincar e correr, perda de apetite e alterações de comportamento, causam preocupações a seus donos. Os proprietários, em geral, pensam



que o animal está velho e cansado, mas todas essas transformações podem ser sinais de uma doença: artrite ou osteoartrite canina.

No Brasil, estima-se que um em cada 10 cães é afetado pela enfermidade e calcula-se que existam aproximadamente 2,3 milhões de animais nessas condições. Nos Estados Unidos, pesquisas comprovam que 20% dos animais adultos sofrem da doença ou o equivalente a 8 milhões de cães.

Chega ao Brasil, em abril, um medicamento que pode auxiliar no tratamento dessa enfermidade, Rimadyl, que está sendo lançado pela Pfizer. Medicamento antiinflamatório não-esteróide, é administrado por via oral, o que facilita a medicação do animal de estimação, e proporciona um eficaz controle da dor. Segundo Oclydes Barbarini Jr., gerente técnico de produtos para animais de companhia, "a grande vantagem do medicamento é a segurança para uso prolongado, porque não compromete o aparelho digestivo do animal". Apresentado em cartelas com 10 comprimidos e em frascos com 100. O produto está disponível para venda nas clínicas veterinárias.

Prêmio da Illycaffè traz novidades este ano

No 9º Prêmio Brasil de Qualidade do Café para "Espresso", deste ano, além dos cafés arábica preparados por via seca (café natural) serão aceitos também os cafés preparados por via úmida (cereja descascado ou despolpado). A exemplo das edições anteriores, não serão aceitos cafés brunidos. Assim, espera-se a participação de novas regiões além de Minas Gerais e São Paulo, como ocorreu no concurso do ano passado.

Segundo o regulamento do 9º Prêmio cada produtor só poderá inscrever uma amostra de café, representativa de um lote mínimo de 150 sacas e no máximo 600 sacas, ainda não-comercializadas e pertencentes à propriedade do inscrito. Serão aceitas como devidamente inscritas as amostras de café da espécie arábica do tipo 3 para melhor (com no máximo 12 defeitos), com bebida mole, nas peneiras 16 e acima. O teor de umidade deverá ser de no máximo 12%. O primeiro colocado receberá US$30 mil; o segundo, US$20 mil; o terceiro colocado, US$10 mil; o quarto, US$5 mil; o quinto colocado, US$3 mil; e do sexto ao décimo colocados, US$1 mil.

As inscrições devem ser feitas de 10 de agosto a 10 de setembro. Mais informações sobre o 9º Prêmio Brasil de Qualidade do Café para "Espresso" poderão ser obtidas pelo telefone (011) 5090-3000.

Igaras amplia produção de papelão ondulado

Para fortalecer sua posição nos mercados em que atua, a Igaras Papéis e Embalagens colocou em operação em março, em sua planta de Itajaí, SC, uma nova onduladeira, que exigiu investimentos da ordem de US$7 milhões. O novo equipamento, que hoje trabalha com 70% de sua capacidade nominal, aumenta a capacidade produtiva da instalação em 30%, atingindo a marca de 55 mil toneladas por ano. Com ele, a empresa fortalece seu fornecimento de caixas de fumo para exportação e deve ultrapassar este ano os 14 milhões de unidades que foram produzidas nos últimos 15 anos.

A Igaras é formada por capitais da norte-americana Riverwood International e da brasileira Companhia Suzano de Papel e Celulose. Atua nas áreas de reflorestamento, fabricação de celulose, papel kraft, cartão kraftliner, embalagens de papelão ondulado e sistemas automatizados de embalagens múltiplas. Tem nove unidades fabris que produzem de sementes de árvores a produtos processados, e conta ainda com 14 escritórios de vendas e mais de 3 mil funcionários.

Pecplan ABS é a mais nova parceira da Nestlé

A Nestlé está reformulando suas ações de melhoramento genético e para isso fechou uma parceria com a Pecplan ABS. Segundo Antônio Carlos de Souza Lima, assessor agropecuário da empresa, pelas restrições e dificuldades da maioria dos produtores em usar a IA, a Nestlé até agora trabalhou com uma alternativa para produtores ainda despreparados, dando oportunidade a eles de adquirirem um bom reprodutor. "Por três décadas, introduzimos anualmente mais de 2 mil touros melhoradores dentro de nossos fornecedores. Mas tomamos a decisão de mudar gradativamente nosso foco e desacelerar a introdução do reprodutor, procurando estimular a inseminação artificial. Por isso estamos discutindo, junto à Pecplan ABS, nosso plano de parceria, que não consiste apenas no fornecimento de bons produtos", conta Souza Lima. Atualmente, pouco mais de 10% dos produtores da Nestlé utilizam a técnica de inseminação artificial. A empresa pretende que, até o ano 2003, cerca de 50% deles tenham a genética presente em suas fazendas.

Exportadores de café unem-se e criam o Cecafé

A fusão das duas entidades que representam os exportadores de café em grão no Brasil, Abecafé (Associação Brasileira dos Exportadores de Café) e Febec (Federação Brasileira dos Exportadores de Café), já tem data marcada. Após mais de seis meses de discussões, a assembléia de fundação do Conselho dos Exportadores de Café Verde do Brasil (Cecafé) ocorrerá em 27 de abril.

A nova entidade, que deverá ter sede em Brasília, contará com a adesão de empresas responsáveis pela grande maioria da exportação de café em grão brasileira. Até o dia da assembléia, serão definidos o estatuto do órgão e a presidência do Cecafé, ambos em fase de aprovação por parte das duas entidades.

A Abecafé e a Febec ainda permanecerão em atividade por algum tempo, atuando ao lado da nova entidade nesta fase de transição, na condução conjunta de todas as questões relativas ao setor. "O processo de fusão é

lento e difícil mas abrimos mão da nossa entidade para fortalecer o setor exportador em defesa de políticas comuns", afirma Jorge Esteve Jorge, presidente da Abecafé, criada em 1995 para defender um sistema de livre mercado regido pela competitividade.

A Abecafé, que reúne empresas de todas as regiões do País, entre cooperativas, exportadores, indústrias e produtores, realizará no dia 22 uma assembléia geral extraordinária para apreciar a criação do Cecafé.

Americanos são líderes em genética

Segundo os especialistas norte-americanos em genética bovina Martin Sieber, da National Association of Animal Breeders, Tom Lawlor, da Holstein Association, e Michael M. Schutz, da Purdue University, a quantidade de touros provados nos EUA é surpreendente. Agregando confiabilidade e qualidade à genética os norte-americanos exportam para mais de 86 países. O Brasil é o maior comprador, importando cerca de 2 milhões de doses por ano, duas vezes mais que o segundo colocado, a Argentina.

No mundo todo existem 50 mil touros provados e a cada ano mais 5 mil são agregados a esse total, para uma demanda de 2.500 apenas. Sozinhos os norte-americanos provaram 15.653 animais em fevereiro deste ano, uma quantidade significativa que traz uma série de vantagens competitivas ao produto e mais opções aos criadores. Nas provas, a genética americana ocupa o primeiro lugar em todas as categorias de análise, com as melhores médias de TPI, PTA proteína, PTA tipo, compostos de pernas e patas e compostos de úbere, quando avaliados os 100 melhores touros em TPI de cada país. Por exemplo, enquanto os melhores touros espanhóis apresentam 62lb de proteína em média, os EUA contam com 165 touros com *pelo menos* 62lb de proteína.

A inseminação artificial nasceu nos EUA, o que permitiu um acúmulo impressionante de informações. Hoje é o país que detém o mais numeroso banco de dados de bovinos, o mais confiável sistema de provas e conseqüentemente a melhor genética. Não é à toa que dos 100 melhores touros do planeta, 68 estão com as centrais de inseminação americanas.

Simpósio discute avicultura brasileira

Melhorar a comunicação com o consumidor, investir no aperfeiçoamento do manejo pré-abate para evitar perdas de carcaça e reforçar a qualidade do processo para abrir ainda mais espaços no mercado internacional. Esses foram os principais caminhos apontados pelo Simpósio Internacional sobre Tecnologia de Processamento e Qualidade de Carne de Aves, encerrado no início de abril na Embrapa Suínos e Aves de Concórdia.

O simpósio serviu como um fórum de debate para os setores ligados à avicultura. Os assuntos tratados foram do imposto cobrado sobre o frango até o abatedouro do futuro. A presença de especialistas em avicultura dos Estados Unidos, Alemanha, Dinamarca e Holanda permitiu a formação de um quadro comparativo interessante. "Nós percebemos que o Brasil possui hoje a terceira maior avicultura do mundo. Por isso precisamos melhorar ainda mais para ocupar ainda mais espaços", disse o coordenador do simpósio, Gérson Scheuermann.



AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Fundador

Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE

Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO

Redator chefe

Regis Alimandro

Redatores setoriais

Dan Biller (meio ambiente e recursos naturais), Daniela de Paula Rocha (algodão), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antônio Pinazza (pecuária de corte e de leite e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho) e Stivilane Dornelas (cooperativas).

Colaboradores

Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Antonio Danieleto Filho (digitação).

Redatores

Alexandre Oliveira e César Garcia.

Arte

Osvaldo Moreira da Silva (editor) e Juliana da Silva Prado (estagiária).

Revisores

André Pinheiro e Odemir Capistrano.

Contatos com a redação pelos telefones (021) 536-9213, 551-7995 e 536-9225 e fax (021) 536-9207 ou pelos e-mails regis@fgv.br e cgarcia@fgv.br

Suporte técnico

Bruno da Silva Júnior

Estagiários

Alessandra Santos Vaz, Gregory Honczar, Marcus Tadeu Vilaça Pessôa, Raquel da Silva Guedes e Viviane Seda.

Secretaria e apoio administrativo

Eliane dos Santos Botelho, Bianca Leal de Castro e Antonio Getúlio de Oliveira.

PUBLICIDADE

Gerente comercial

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (021) 536-9269; fax: (021) 536-9207; e-mail: caique@fgv.br

Representantes comerciais

Rio – telefax: (021) 533-3121.

S. Paulo – tel.: (011) 3061-9754, fax: (011) 3063-2126 e e-mail: mixmidia @ uol.com.br

Brasília – telefaxes: (061) 314-1541 e 322-2034.

Rio Grande do Sul – tel.: (051) 343-8423; fax: (051) 337-4262.

CIRCULAÇÃO

(Editora FGV)

Elsa Maria Saboia Stephan

Serviço de Vendas

Praia de Botafogo, 190, sala 607, CEP 22253-900 ou caixa postal 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-777.

Livrarias

Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (021) 536-9105.

São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (011) 281-7875.

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 536-9100.

Presidente Fundador:
Luiz Simões Lopes

Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Diretor Geral:
José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR
Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidentes:
Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais:
Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manuel Fernando Thompson Motta, Manuel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes:
Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Oswaldo Antunes Maciel e Maria Silvia Bastos Marques.

CONSELHO CURADOR
Presidente:
Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente:
Armando Klabin

Demais Vogais:
Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (SA White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau SA), Mario Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidades SA), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragás SA), Paulo Rabello de Castro, Sergio Franklin Quintela, Sergio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.

Suplentes:
Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico SA), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado e Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Diretor:
Antonio Carlos Porto Gonçalves

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos de Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Visite nossa home page: **http://www.fgv.br**

As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS *– Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (021) 536-9207.*

Para assinar, ligue grátis: **0800-217777**

ou utilize o e-mail assine@fgv.br ou ainda o fax (021) 536-9155.

NESTA edição

pág. 12 **Balanço e perspectivas do agronegócio**
Grãos
• Difícil previsão 12
Renda agrícola
• Terra sem promessas 17
Cenário agrícola
• Nem tudo está claro 19
Tratores e colheitadeiras
• Aquecendo os motores 23
Fertilizantes
• Decolagem controlada 24
Calcário
• A dança dos números 25
Defensivos agrícolas
• Na rota do crescimento 25
Irrigação
• Possibilidade de recuperação 27
Carnes e cereais
• Olho no futuro 27
Rodada do Terceiro Milênio
• Subsídios em profusão 29

pág. 36 **Extra!**
Biotecnologia
• O próximo passo 36
Proálcool
• Futuro a álcool 42
Leite
• Parceiros na pesquisa 43
Protecionismo
• A guerra das bananas 48

pág. 50 **Conjuntura**
Prontos e semiprontos
• A mania das fritas 50
Café
• O bom café do Brasil 51
Indicador do milho FGV/BM&F
• Motivos para alta 52

pág. 54 **Oferta e demanda**

pág. 56 **Estatísticas**

pág. 60 **Legislação**

pág. 62 **Panorama**

pág. 64 **Diário de bordo**

DA redação

Hora da virada

Mais uma vez, o agronegócio brasileiro está tendo a oportunidade de mostrar sua força durante a já tradicional Agrishow. A feira é um *show*, uma verdadeira vitrine que reúne os mais expressivos progressos tecnológicos na agropecuária e agroindústria daqui e do exterior.

Mas sob que conjuntura acontece esta sexta edição da Agrishow? Mais uma vez colhemos uma safra recorde sobre uma área plantada que permanece estagnada, bem abaixo dos níveis alcançados na segunda metade dos anos 80. Segundo a matéria que começa na página 17, a renda bruta dos grãos cresceu apenas 0,7% no ano passado, sem alterar praticamente a tendência baixista que acumula nos anos 90, um recuo de impressionantes 38%, em comparação à década anterior.

E o que esperar do futuro? Aqui há dois elementos-chave: a tendência dos preços internacionais das *commodities* e o impacto da desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano. Parece claro que num quadro de normalização das variáveis macroeconômicas a agricultura só tem a ganhar com um câmbio realista. Já a tendência dos preços internacionais traz preocupações bem maiores. As cotações internacionais dos grãos estão em queda por conta da recuperação dos estoques mundiais e da crise internacional que derrubou a demanda de alguns grandes compradores, como a Rússia. E a história nos ensina que num quadro assim o mundo tende a ficar mais protecionista. Foi assim em meados dos anos 80, quando a situação acabou por precipitar o início da Rodada Uruguai do Gatt, como informa a matéria da página 48.

Não é diferente hoje em dia. A comunidade internacional do agribusiness espera ansiosamente a chamada Rodada de 1999 da Organização Mundial do Comércio, cuja agenda será fixada no fim do ano. Será o fórum que vai trazer novamente à tona assuntos relevantes como a entrada da China na OMC e assuntos delicados como as pesadas tarifas que minam a competitividade de produtos brasileiros que adentram certos mercados estrangeiros.

Estes temas, assim como outros específicos da política agrícola brasileira, obrigatoriamente estarão formando a pauta das conversas no agribusiness nacional durante o penúltimo ano deste século. O próprio Agrishow, verdadeira referência nacional do setor, com certeza será um ambiente extremamente prolífico para o debate de tendências e de posicionamentos determinantes para a virada que se quer.

•

É com tristeza que registramos o falecimento de dois grandes amigos. Em São Paulo nos deixou Dorival Rodrigues Alves, superintendente da BM&F, e no Rio o jornalista José Barbosa do Rosário.

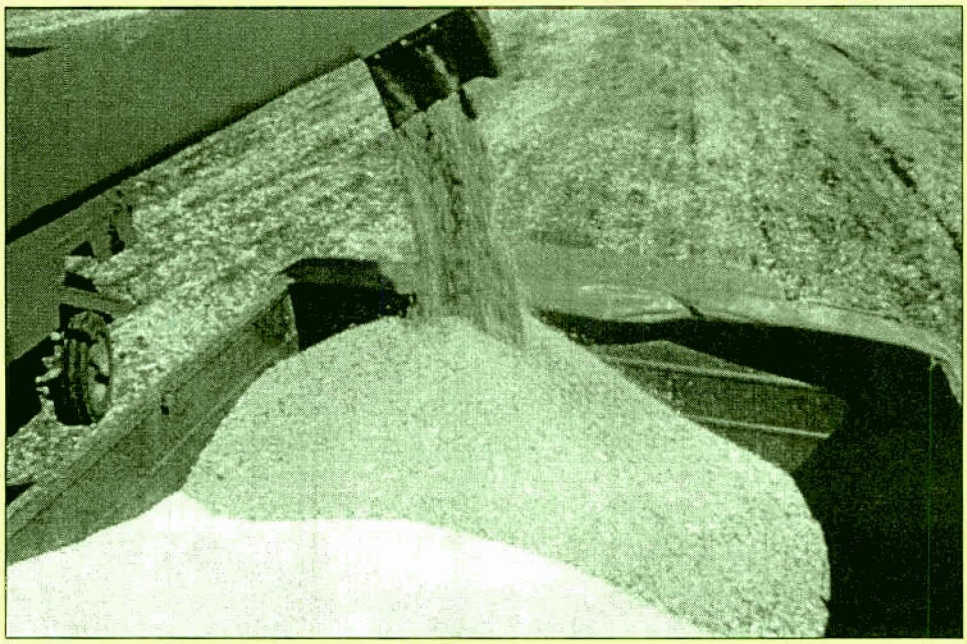
Dois grandes amigos, dois grandes homens. Dorival, técnico de rara competência, tinha o perfil profissional e pessoal talhado para as tarefas estratégicas que o dia-a-dia na BM&F lhe reservava. Barbosa, jornalista à moda antiga, da fase romântica da profissão, dedicou a vida à cobertura dos negócios do café.

Muito mais do que tudo isso, eram pessoas especiais, raras, dessas cuja ausência deixa uma lacuna difícil de ser preenchida. Saudade, amigos. Foi um privilégio conviver com vocês.

Difícil previsão

Faltam planejamento estratégico e visão de longo prazo para uma estimativa segura sobre as cadeias produtivas da agricultura brasileira

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO



Em plena colheita de verão da safra de grãos, mais uma vez se espera da agricultura o papel de motor e combustível da economia em 1999. O setor vive no vaivém de uma guerra, independente da conjuntura externa ou da interna. De um lado, submetido à pressão de produzir saldos de exportação para gerar reservas em divisas; de outro, com a missão de levar gêneros a baixo custo para a população, de modo a abafar o fogo inflacionário.

É difícil prever a contribuição efetiva do setor de cereais e oleaginosas em 1999. A flexibilidade da análise é restrita, faltam às cadeias produtivas da agricultura brasileira planejamento estratégico e visão de longo prazo. A alternativa é se contentar com cenários de curto prazo.

As estimativas possíveis

Para a safra 1998/99, aguarda-se um incremento de 5 milhões de toneladas na colheita. O arroz e o milho contribuem com cerca de 85% desse aumento. Computados o feijão e o trigo, estaria praticamente explicado o salto integral desse crescimento. Tudo bem, desde que se inclua aí a informação de que mais de 10% da safra, correspondentes à estação de inverno, ainda não aconteceram. Com relação a essa parcela, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - faz suas estimativas sobre os dados do ano passado. Surpresas portanto poderão surgir mais à frente e frustrar a expectativa da colheita recorde.

Na safra 1998/99 a área plantada não deverá variar muito sobre a de 1997/98. Veio a calhar a sistemática queda nos espaços ocupados pelas lavouras de grãos no Brasil. Depois do ápice alcançado em 1988, nada de similar aconteceu. É bem verdade que, fruto de ganhos de produtividade, a produção agregada vem pulando de patamar. No começo da década de 80 estava em 50 milhões de toneladas. Cerca de 10 anos depois atingia 70 milhões e agora pode-se considerar razoável o nível de 80 milhões. Se esse desempenho pode ser considerado positivo, ótimo. Mas poderia ser bem melhor.

Os obstáculos ao sucesso

Um dos gargalos de que se ressente a agricultura brasileira é a falta de instrumentos de financiamento a custo compatível com a rentabilidade da economia rural. A cada temporada isso fica mais evidente. Do volume de crédito prometido à taxa de 8,75% ao ano, no Plano de Safra 1998/99, menos de 70% se concretizaram. As operações de crédito rural sofreram cortes no orçamento e as quedas nos depósitos à vista diminuíram o montante da

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br



Produção de cereais e oleaginosas – em mil toneladas

Cultura	*1997/98*	*1998/99**	*Var. (%)*
Caroço de algodão	764,90	880,00	15,00
Amendoim total	183,50	178,60	-2,70
Amendoim 1ª safra	150,00	145,10	-3,30
Amendoim 2ª safra	33,50	33,50	–
Arroz	8.511,10	11.289,10	32,60
Aveia	198,20	198,20	–
Centeio	8,10	8,10	–
Cevada	301,80	301,80	–
Feijão total	2.206,30	3.073,90	39,30
Feijão 1ª safra	916,40	1.174,30	28,10
Feijão 2ª safra	971,70	1.581,40	62,70
Feijão 3ª safra	318,20	318,20	–
Mamona	18,80	92,50	392,00
Milho total	30.218,90	32.655,20	8,10
Milho 1ª safra	24.645,40	27.081,70	9,90
Milho 2ª safra	5.573,50	5.573,50	–
Soja	31.364,40	31.217,30	-0,50
Sorgo	839,20	870,70	3,80
Trigo	2.187,80	3.000,00	37,10
Brasil	76.803,00	83.765,40	9,10

Fonte: Conab/Didem.

*Dados estimados: safra de inverno ainda não confirmada.

Brasil: área, produção e produtividade de grãos

Ano	*Área*[1]	*Produção*[2]	*Produtividade*[3]
1979/80	40.156,70	50.870,00	1.267
1980/81	40.377,30	52.208,70	1.293
1981/82	41.171,30	50.858,10	1.235
1982/83	37.208,70	47.651,70	1.281
1983/84	38.018,40	52.428,80	1.379
1984/85	39.689,70	58.140,90	1.465
1985/86	42.531,80	53.923,90	1.268
1986/87	42.060,90	64.948,30	1.544
1987/88	42.803,70	66.306,20	1.549
1988/89	42.240,90	71.486,00	1.692
1989/90	38.944,00	58.279,10	1.496
1990/91	37.894,10	57.804,30	1.525
1991/92	38.841,80	68.216,40	1.756
1992/93	35.649,80	68.298,40	1.916
1993/94	30.093,40	76.034,40	1.945
1994/95	38.537,90	81.064,20	2.103
1995/96	36.950,10	73.518,20	1.990
1996/97	36.358,00	78.421,30	2.157
1997/98	35.045,70	76.803,00	2.198
1998/99*	37.891,60	83.765,40	2.211

Fonte: Conab.

*Dados preliminares: safra de inverno ainda não confirmada. [1]Mil ha. [2]Mil t. [3]Kg/ha.

exigibilidade. Dos recursos da resolução 2.148 (63 caipira), a captação ficou mais difícil com a turbulência no mercado financeiro internacional a partir da moratória da Rússia em outubro do ano passado. A desvalorização do real e a política cambial desequilibrada aumentaram o risco e desestimulam o uso dessa linha.

Mais de 10% da safra, a de inverno, ainda não aconteceram. Com relação a essa parcela, a Companhia Nacional de Abastecimento faz estimativas sobre os dados do ano passado. Surpresas portanto poderão surgir mais à frente e frustrar a expectativa da colheita recorde.

No caso do Banco do Brasil, a disponibilidade de recursos no segundo semestre de 1998 ficou acima da soma verificada no mesmo período do ano anterior. Os maiores aumentos nas linhas de custeio foram comercialização e Funcafé. Para investimento e Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO – houve quedas.

Substancial parcela de agentes ligados à produção, agricultores ou cooperativas, se aflige diante desses fatos. Para eles a gestão torna-se inexeqüível pela escassez e custo do capital de giro. As empresas de insumos e máquinas, bem como as processadoras de matérias-primas agrícolas, até que buscam estratégias comerciais para levar recursos aos produtores. Não obstante o mérito de tais iniciativas, elas são naturalmente insuficientes para atender a enorme demanda reprimida.

Na verdade, em matéria de agricultura brasileira, todo passo será retrocesso se não se levar em conta o passado, a partir da implantação do Plano Cruzado de 1986. Os anos de descontrole macroeconômico provocaram um perverso descasamento na conta ativo e passivo da produção primária. Em muitos casos ficou impossível encontrar o fio da meada. A correção consumirá tempo e envolverá negociações complexas.

Securitização

O Banco do Brasil possui R$7 bilhões securitizados em 1995. Na primeira pres-

Brasil: desembolsos no crédito rural para a safra 1998/99 – até jan.1999

Linha	*Previsto em bilhões de R$*	*Realizado em R$*
Equalização dos juros pelo Tesouro	4,5	3,1 bilhões
Exigibilidade	3,6	2,5 bilhões
63 caipira	1,75	190,7 milhões
Fundos constitucionais	2,05	1,27 bilhão
Total	11,9	7,1 bilhões

Banco do Brasil: recursos disponibilizados – no 2º semestre, em mil R$

Finalidade	*Safra 1997/98*	*Safra 1998/99*
Custeio	2.863.968	3.164.838
Investimento	475.030	272.686
Comercialização	386.500	455.236
FCO	207.981	187.841
Funcafé	277.338	441.928
Total	4.210.816	4.522.539

Fonte: Banco do Brasil.

Brasil: valor da produção

Produto	*1997/98*	*1998/99*	*Variação %*
Algodão caroço	564,70	885,50	58,80
Arroz longo fino	2.050,00	2.565,50	25,10
Arroz longo	620,30	834,80	34,60
Feijão	2.016,30	2.379,30	18,00
Milho	4.029,20	5.354,00	32,90
Soja	7.161,50	8.951,00	25,00
Trigo	290,70	570,00	96,10
Total	15.388,50	21.540,10	39,90

Fonte: Conab.

tação dos débitos, de R$800 milhões, cerca de 45% foram quitados e 55% prorrogados. Na segunda parcela, de R$1,2 bilhão, vencida em 31 de outubro de 1998, foram pagos 30% do valor. Em outubro deste ano, também de R$1,2 bilhão, vencerá a terceira parcela.

Recoop - Programa de Recuperação das Cooperativas

Medida provisória número 1.781, publicada no Diário Oficial da União em 14 de dezembro de 1998, autorizou a implementação do Recoop e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem. Cerca de 439 cooperativas estão habilitadas pelo Recoop, atingindo 620 mil famílias.

Medida provisória número 1.661-7, publicada no DOU de 24 de dezembro de 1998, assegurou RS$2,1 bilhões para novos financiamentos e mais uma parcela para o alongamento da dívida.

O governo ainda não estipulou as regras básicas para a renegociação dos débitos.

Pesa - Programa Especial de Saneamento de Ativos

Criado em fevereiro de 1998 para os produtores com débitos acima de R$200 mil, estimados num total de R$4 bilhões. Desde que se paguem à vista 10,37% do valor de face dos títulos, o restante das dívidas pode ser transformado em títulos do Tesouro. O prazo de resgate é de 20 anos, corrigidos pelo IGP, mais taxas de juros que variam entre 6% e 8% ao ano.

O Conselho Monetário Nacional aprovou em 28 de janeiro de 1999, pela terceira vez, a prorrogação dos prazos para renego-ciação das dívidas. Inicialmente a adesão vencia em julho e depois foi para 1 de fevereiro deste ano. Agora ficou estendida para 2 de agosto, desde que a renegociação seja iniciada em 28 de maio. O prolongamento do prazo ajuda a adesão ao Pesa. O Banco do Brasil já acertou um volume de recursos da ordem de R$1,2 bilhão, sendo que R$1,5 bilhão estão em fase de negociação. A meta é recuperar R$33 bilhões.

Um dos gargalos de que se ressente a agricultura brasileira é a falta de instrumentos para financiar a taxas de rentabilidade compatível com a economia rural. A cada temporada isso fica mais evidente.

A desvalorização do real ante o dólar é o grande fato novo para a safra 1998/99. Os momentos da tomada de decisão sobre o quê e quanto produzir, de um lado, e a venda da produção de outro ficaram em ambientes diversos. Na fase de plantio e desenvolvimento das culturas, os tomadores de decisão no agribusiness operavam com uma referência de dólar a R$1,20. Na colheita e comercialização, essa base passou a ser do dólar entre R$1,70 e R$1,80. Os negócios da comercialização da safra e da compra de insumos e máquinas mudaram de parâmetros. Muita incerteza ainda paira no ar, já que essa mudança atinge quatro pontos:

Formação da renda setorial

A comercialização da safra de verão poderá drenar um adicional de 20% de reais, cerca de R$3 bilhões, para o campo. O agricultor deve ter cuidado e não interpretar esse acréscimo como apropriação efetiva de renda. Trata-se de um aumento de receita nominal em reais, mas não significa exatamente capitalização e maior lucro.

É preciso entender que o poder de compra do real caiu em relação às outras moedas. Somente com um quadro de controle da inflação mensal e estabilidade do câmbio haverá condições para fazer os cálculos corretos. Para a safra de inverno e os próximos ciclos de produção, o ganho em real será descompensado pelo custo maior da produção.



Brasil: balanço de oferta e demanda de grãos – em mil toneladas

Produto/safra	*Estoque inicial*	*Produção*	*Importação e exportação*	*Consumo*	*Estoque final*
I. Algodão pluma					
1996/97	184	306	471	791	169
1997/98	169	414	360	690	253
1998/99 *	253	508	330	690	401
II. Arroz em casca					
1996/97	2.301	9.524	1.217	11.664	1.377
1997/98	1.377	8.511	1.998	11.664	221
1998/99 *	211	11.289	1.197	11.688	866
III. Feijão					
1996/97	271	2.914	150	3.200	135
1997/98	135	2.206	207	2.518	30
1998/99 *	30	3.073	-	2.946	157
IV. Milho					
1996/97	5.961	35.703	418	35.912	6.169
1997/98	6.169	31.007	1.500	36.451	2.225
1998/99 *	2.225	32.655	2.000	36.000	880
V. Soja em grão					
1996/97	685	26.160	6.889	19.860	95
1997/98	95	31.364	8.869	22.482	108
1998/99	108	31.217	9.200	21.956	169
VI. Farelo de soja					
1996/97	452	14.615	9.703	5.259	114
1997/98	114	16.590	10.287	5.900	517
1998/99	517	16.195	10.550	5.950	212
VII. Óleo de soja					
1996/97	278	3.515	951	2.682	160
1997/98	160	3.990	1.146	2.740	264
1998/99	264	3.895	1.250	2.780	129
VIII. Trigo					
1996/97	821	2.399	6.199	8.645	765
1997/98	765	2.273	6.372	8.750	660
1998/99 *	660	3.000	5.840	8.750	750

Fonte: Conab. Estoque inicial: trigo – 1º de agosto. Demais: 1º de fevereiro.
*Estimativa dos autores.

Custos de produção

Quando o produtor procurar o mercado de insumos e máquinas, encontrará outro alinhamento de preços. As empresas administraram suas margens e custos em diferentes circunstâncias. Num primeiro momento os bens são reajustados de acordo com a participação dos bens importados em sua composição.

Em outras palavras, isso significa que as lavouras de grãos com 35% a 40% de itens importados nas suas despesas diretas de produção, na hipótese de uma desvalorização de 50%, terão um aumento imediato de 17% a 20%. Nos instantes seguintes, as empresas repassam os outros itens valorizados às planilhas de custo. O nível desse reajustamento de preços preocupa, pois é uma ameaça para o controle da inflação.

Importações

O Plano Real, desde que passou a vigorar em julho de 1994, consagrou o modelo de abertura comercial do país dos anos 90. A agricultura padeceu bastante com essa política, pois enfrenta a concorrência de sucedâneos importados sem defesa tarifária e com subsídios na origem. Nesse aspecto a situação muda para melhor.

NA FASE DE PLANTIO e desenvolvimento das culturas, os tomadores de decisão no agribusiness operavam com uma referência de dólar a R$1,20. Na colheita e comercialização, essa base passou a ser do dólar entre R$1,70 e R$1,80.

Contudo a entrada de produtos estrangeiros no país deve ocorrer, ante a queima ocorrida nos estoques oficiais – cerca de 15 milhões de toneladas – no triênio 1996 a 1998. Para 1999, o quadro conjuntural mais delicado é o do milho. O trigo, com déficit crônico, também preocupa. A má notícia de uma expectativa de queda no PIB para este ano significa esfriamento na demanda interna, inclusive com menor importação.

Os preços das commodities estão em baixa no mercado internacional e a UE e os EUA querem desovar seus estoques. Nessas oportunidades, os subsídios chovem a cântaros para viabilizar as vendas externas e podem neutralizar os efeitos da desvalorização cambial.

Exportações

O melhor da desvalorização certamente se concentra nos negócios de exportação, que ganharam competitividade. Os embarques de soja deverão ser antecipados em relação aos anos normais. Por sua vez, as operações com carnes de aves, bovinos e suínos serão bem mais ativas. No conjunto de bens, pelo menos em quantidade física, o crescimento poderá ser notável. Nas receitas em dólares, o incremento é limitado pela desvalorização do real e das cotações baixas dos grãos no mercado internacional.

O que esperar

As conseqüências da desvalorização do real sobre a agricultura pendem muito

Brasil: comércio externo agrícola – em mil dólares

Item	Produto	1996	1997	1998
Importação	Algodão	998.906	943.173	586.793
	Arroz	302.414	309.706	593.095
	Azeite de oliva	109.775	94.988	84.949
	Carne	270.356	300.064	255.249
	Cevada	342.830	263.473	212.820
	Couro e calçado	202.396	210.303	165.224
	Frutas exceto laranja	379.018	317.938	308.508
	Fumo	65.732	91.568	78.011
	Laticínios	512.237	456.712	511.743
	Madeira	226.542	260.345	260.031
	Milho	74.759	82.610	203.288
	Papel e celulose	904.209	951.516	937.442
	Peixes e crustáceos	422.097	398.895	404.898
	Soja	359.675	532.185	247.658
	Trigo	1.348.129	981.351	895.137
	Outros	272.237	341.894	401.911
	Total agropecuário (1)	6.791.312	6.536.721	6.146.757
	Total Brasil (2)	53.301.023	61.438.237	57.529.175
	(1) / (2) %	13	11	11
Exportação	Açúcar	1.608.746	1.769.794	1.940.837
	Algodão	290.177	247.459	230.145
	Cacau	173.550	126.895	152.229
	Café	2.131.504	3.123.888	2.597.839
	Carne	1.519.458	1.631.952	1.624.795
	Castanha de caju	167.508	156.917	142.575
	Cera carnaúba	60.421	57.419	44.766
	Couro e calçado	2.137.116	2.107.815	1.843.616
	Frutas exceto laranja	91.626	94.622	114.916
	Fumo	1.515.393	1.664.807	1.558.864
	Laranja	1.589.003	1.167.336	1.318.178
	Madeira	2.107.356	2.241.073	2.175.653
	Milho	81.341	58.793	16.672
	Papel e celulose	1.245.360	1.341.074	1.222.456
	Soja	4.462.137	5.729.993	4.754.628
	Outros	345.261	283.562	304.595
	Total agropecuário (1)	19.525.957	21.803.399	20.042.794
	Total Brasil (2)	47.746.728	52.990.115	51.119.901
	(1) / (2) %	41	41	39
Saldo	Agropecuário (1)	12.734.645	15.266.678	13.896.037
	Brasil (2)	-5.554.295	-8.448.122	-6.409.274

Fonte: Secex/Decex.

A SAFRA DE VERÃO poderá drenar um adicional de cerca de R$3 bilhões para o campo. O agricultor não deve interpretar esse acréscimo como apropriação efetiva de renda. Trata-se de um aumento de receita nominal em reais, mas não significa exatamente capitalização e maior lucro.

mais para o lado positivo. A corrente dos otimistas prevê aumento de 20% na renda do setor, com base em que as receitas de todas as atividades agrícolas vieram no primeiro trimestre deste ano e as despesas ocorreram no quarto trimestre de 1998. No extremo oposto, a opinião é de que o reajuste nos preços de insumos e máquinas inibiu o poder de compra do setor, e o aumento da receita em reais desaparece em tais circunstâncias.

Seja como for, a recuperação da renda agropecuária é sempre bem-vinda. Seu efeito prevalece não só para a próxima safra mas certamente para as posteriores. É uma pena a falta de um mix de política de preços e créditos, para dar liquidez e sustentar a renda setorial. A sociedade brasileira tem expectativas com relação à agricultura. De acordo com os cenários elaborados pela Embrapa, para atender a demanda interna a produção terá de crescer de 20 a 30 milhões de toneladas, variando conforme o ritmo de crescimento econômico. Isso significa que nos próximos cinco anos o aumento precisará superar o realizado no período pós-80. Chegaremos lá?

Brasil: cenários para demanda de grãos – em mil t

Produto	1996			2000			2005		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Arroz	11.896	11.931	11.965	11.931	12.902	13.089	13.750	14.153	14.567
Feijão	3.131	3.093	3.054	3.058	2.876	2.702	2.933	2.593	2.289
Milho	37.201	37.402	37.604	40.380	31.484	42.612	44.553	47.023	49.616
Soja	24.878	24.491	25.004	27.840	28.189	28.546	31.622	32.415	32.260
Trigo	8.316	8.401	8.487	9.299	2.787	10.295	10.672	11.822	13.083
Total	85.424	85.770	86.115	93.295	94.480	96.889	103.532	108.009	112.816

Fonte: Embrapa.

Pressupostos:

crescimento de renda: cenário A, 3,2% aa; B, 5% aa; C, 6,5% aa;

crescimento da população: 1,23871% entre 1996 e 2000: 1,10518% entre 2001 e 2005;

crescimento da população: de 155,8 milhões para 175,07 milhões entre 1996 e 2005.

Terra sem promessas

A década de 90 está chegando ao fim e já se pode dizer que será marcada pela redução substancial da renda dos produtores rurais

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Apesar do expressivo aumento na produção de algumas lavouras significativas, como algodão, café e soja, e da recuperação dos preços de produtos como arroz, feijão e milho, a renda bruta dos produtores rurais, no que se refere às lavouras, se manteve praticamente estável em relação ao ano anterior.

Como no ano anterior, os resultados monetários da atividade não foram iguais para todas as lavouras. Mais ainda, enquanto que em 1997 13 produtos registraram variação positiva, em 1998 apenas oito apresentaram aumento. O algodão conseguiu gerar uma renda maior (18%) para seus produtores, em decorrência da excelente safra colhida (46%), que, entretanto, provocou substancial redução dos preços. Entre os alimentos básicos, o feijão gerou renda 41% maior, nesse caso em função da substancial redução da colheita (-7%) que possibilitou a alta dos preços recebidos.

Uma economia complexa

Esses exemplos, por assim dizer extremos, nos recordam como é complexa a economia da produção agrícola. Safras substanciais quase sempre resultam em acentuada queda de preços; safras

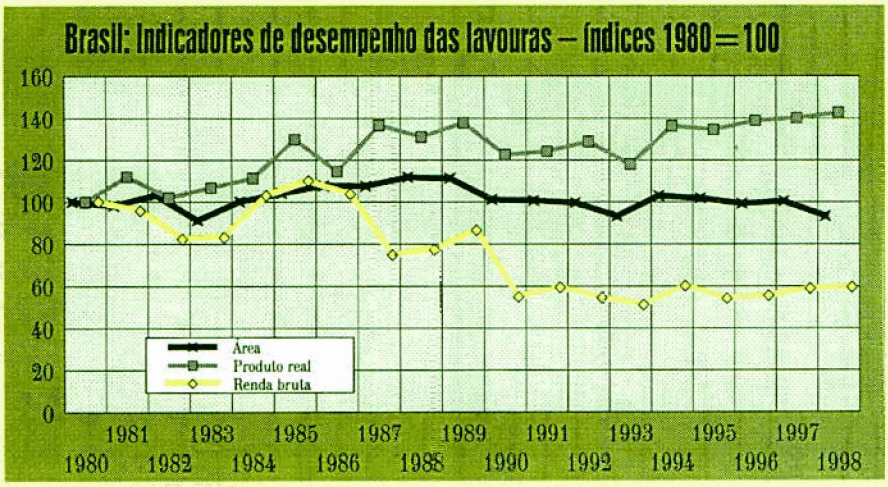
E-mail: mjcyhlar@fgv.br

Brasil – lavouras selecionadas

Variações % da produção, preços e renda bruta

Produtos	*Produção*			*Preços*			*Renda bruta*		
	97/96	98/97	90-98/80-89	97/96	98/97	90-98/80-89	97/96	98/97	90-98/80-89
Algodão em caroço	-19,46	45,84	-29,93	12,63	-19,39	-48,89	-9,29	17,57	-63,93
Amendoim em casca	-8,91	32,63	-43,56	39,04	-26,09	-38,52	26,66	-1,97	-65,88
Arroz em casca	- 7,01	16,09	-1,96	1,87	18,88	-49,58	-5,27	-0,24	-50,09
Banana	4,29	5,51	16,33	-21,10	1,35	-9,49	-17,71	-4,24	5,40
Batata-inglesa	2,01	4,46	21,68	18,85	4,18	-41,12	21,24	-0,47	-27,11
Cacau	11,01	1,05	-16,50	30,51	8,52	-66,26	44,88	7,37	-71,63
Café em coco	12,82	44,37	-11,13	33,29	-16,64	-50,58	16,20	20,34	-53,63
Cana-de-açúcar	3,46	0,34	32,78	1,75	-1,78	-45,41	5,27	-1,45	-24,32
Cebola	- 8,20	5,79	25,51	167,25	-40,12	-39,45	145,34	-43,59	-23,39
Feijao em grão	5,97	-26,98	16,44	-6,19	93,48	-47,21	-0,59	41,28	-38,98
Fumo em folha	31,61	-17,73	27,33	-11,27	-0,92	-4,94	16,78	-18,49	22,36
Laranja	5,01	0,11	49,04	17,62	6,81	-43,42	23,51	6,93	-22,97
Mamona	120,92	-85,24	-66,95	-11,84	-11,78	-59,43	94,76	-86,98	-86,73
Mandioca	-1,14	-18,50	0,87	-6,12	-11,14	-42,75	-7,19	-27,57	-42,42
Milho em grão	7,51	-15,33	34,20	-21,76	13,61	-48,01	-15,88	-3,81	-30,53
Pimenta-do-reino	-36,60	10,07	-12,83	80,11	49,88	-63,31	14,19	64,97	-72,02
Sisal	12,23	-12,78	-31,38	10,77	-14,23	-55,10	24,31	-25,19	-70,61
Soja em grão	12,17	18,64	41,54	10,53	-21,39	-52,45	23,99	-6,74	-33,12
Tomate	- 1,27	1,94	33,81	-7,30	30,17	-39,04	-8,49	32,70	-17,77
Trigo em grão	-27,34	8,96	-33,35	-30,75	-8,44	-64,07	-49,68	-16,65	-74,75
Uva	22,82	-18,07	22,78	87,08	71,77	-56,67	129,77	40,87	-46,04
Total							6,09	1,01	-38,35
Alimentos							-7,16	-2,13	-41,09
Grãos							0,02	0,68	-41,97

Fonte: produção, IBGE; preços, IBRE/CEA. Elaboração: FGV/IBRE/CEA.



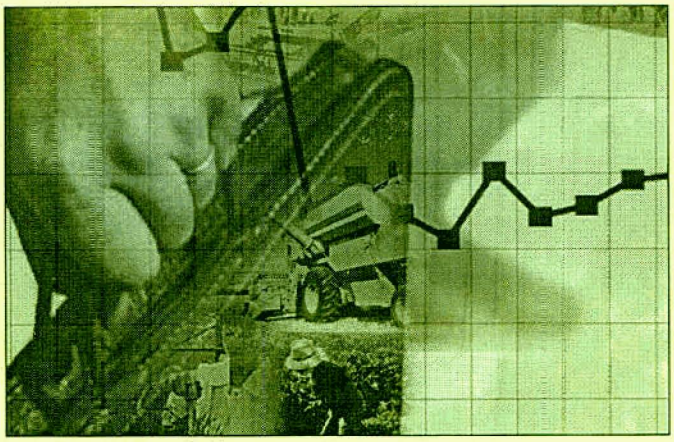
Enquanto em 1997 13 produtos registraram variação positiva, em 1998 apenas oito apresentaram aumento. O algodão conseguiu gerar uma renda maior (18%) para seus produtores, decorrência da excelente safra colhida (46%), que entretanto reduziu substancialmente os preços.

escassas provocam altas significativas. Em um dos casos a rentabilidade do agricultor pode ser afetada negativamente; no outro é o consumidor que sofre com a falta de produtos e preços mais elevados, e nada garante que em termos de renda obtida o produtor rural se beneficie. A abertura do mercado conseguiu até certo ponto minorar os prejuízos para o consumidor, ao permitir a entrada de importações baratas. Mas isso ao custo de crescentes dificuldades para o agricultor nacional.

Boa parte desse efeito benéfico da abertura de mercado foi condicionada pela política de sobrevalorização cambial. Agora, com o novo câmbio, a situação se tornará diferente, e se é possível prever que os exportadores serão beneficiados, as importações já não representarão alívio para os consumidores. Os benefícios do novo regime cambial servirão mais para compensar os agricultores que produzem para o mercado externo das baixas cotações que aí vigoram na atual conjuntura, não havendo perspectiva de ganhos líquidos significativos. Isto para não falar na alta dos insumos, que dependem de matérias-primas importadas, que exercerão impacto significativo nos custos de produção da próxima safra.

Menor renda

Observando a renda agrícola sob uma perspectiva de prazo mais longo, verifica-se que a década de 90 registrou substancial retração ante a anterior. Em média a renda bruta das lavouras caiu 38% entre os dois períodos, compensando os ganhos de produtividade cuja variação apresenta resultado semelhante. A queda da renda foi generalizada, pois apenas dois produtos (fumo e banana) registraram aumentos de renda entre os dois períodos. Nas demais 21 lavouras acompanhadas, o que se viu foram reduções que variaram de -18% para o tomate a -87% para a mamona. Produtos importantes registraram reduções significativas, como cana-de-açúcar (-24%), milho (-30%), soja (-33%), feijão (-39%), arroz (-50%) e algodão (-64%).



Interessante observar que se a renda bruta registrou queda generalizada, a produção agrícola apresentou um desempenho bem mais satisfatório. A produção de diversas lavouras, como laranja, soja, milho, fumo e feijão, dentre outras, cresceu significativamente. Logo foram os preços que responderam primordialmente pelo desempenho negativo da renda bruta.

Dentre os fatores que determinaram a retração da produção, deve-se apontar a abertura ao mercado externo, nos casos do trigo e do algodão principalmente, e episódios de seca no Nordeste, pois de modo geral o clima nos anos 90 foi bem mais favorável do que nos anos 80.

Dois fatores exerceram um efeito positivo sobre a produção, além do clima: a redução no preço dos insumos – que contribuiu para minorar as dificuldades dos produtores ao reduzir seus custos de produção – e a tecnologia, sobretudo com sementes mais produtivas e formas de cultivo como o plantio direto. Ao longo dos anos 90, a tendência da relação de trocas entre os preços dos produtos das lavouras e os preços dos insumos registrou tendência ascendente.

A década de 90 está chegando ao fim e já se pode dizer que será marcada pela redução substancial da renda dos produtores rurais. Do ponto de vista da produção agrícola o quadro é um pouco mais animador. Mas se o setor tiver que continuar cumprindo suas tarefas tradicionais de abastecer o mercado consumidor e gerar renda em moeda estrangeira por meio das exportações, além de funções novas defendidas por respeitados analistas como a de gerar empregos e contribuir para a preservação do meio ambiente, muito ainda terá que ser feito para permitir ao agricultor obter uma renda digna da venda dos frutos da terra.

mjcyhlar@fgv.br

Nem tudo está claro

Além dos dados conhecidos e dos planos para o próximo ano, espera-se o resultado de um processo em curso de reformulação e modernização do setor agrícola

Benedito Rosa do Espírito Santo

Quando se aproxima o marco divisor entre os anos-safra, chegou o momento de avaliar o desempenho, os acertos e erros nos caminhos do agronegócio. É também a hora de se proceder a eventuais correções de rumo e adequações para o próximo ano-safra.

Muitos aspectos escapam a uma análise como esta. Mas é possível tratar dos temas fundamentais e dos instrumentos de política agrícola em destaque. Não será analisado aqui o esforço em curso para reformular o sistema de financiamento e seguro agrícola e para modernizar a comercialização. Em breve seus resultados serão divulgados e discutidos com o público em geral.

O ano-safra 1998/99

O PIB do setor agropecuário teve um pequeno aumento de 0,35% em 1998, contra 1,9% em 1999. Resultado insuficiente mas ainda assim superior a 0,15% do PIB da economia brasileira no mesmo período. O PIB relativo à pecuária cresceu 3,86%, o que pode ser considerado excelente na conjuntura vivida pelo país naquele ano. O desempenho foi negativo no que se refere ao produto do subsetor vegetal, com uma taxa de menos 0,23%. Cabe observar que houve uma inversão nos resultados entre a produção vegetal e a animal, quando se compara o atual ano agrícola com o anterior.

O ano agrícola 1997/98 foi caracterizado por preços de nível elevado para diversos produtos importantes. Apesar da crescente modernização do sistema produtivo brasileiro, ainda se observam fortes variações anuais em função do vaivém dos preços, caso de milho, feijão, trigo, arroz, algodão e carne bovina. A campanha 1998/99 mostrou um reflexo dos preços praticados no ano anterior sobre o aumento significativo na área e produção dessas culturas. A produção de café, igualmente motivada pelos preços recordes, descontado o mecanismo biológico de bianualidade, recebeu mais tratos culturais, que se refletem no desempenho da lavoura. A safra deverá ficar entre 24 e 25 milhões de sacas, ante 33 milhões em 1998. Os preços continuam atrativos e a renda foi incrementada com a desvalorização do real.

Mesmo com preços cadentes, a soja continuou ganhando na relação custo/benefício relativamente às culturas concorrentes. Carro-chefe das exportações do país, exibiu um desempenho extraordinário nos últimos quatro anos: de um volume de 23 milhões de toneladas, passou a 26, a 30 e, em 1998/99, 31,5 milhões de toneladas. Influiu bastante na decisão do produtor o fato de a soja contar com liquidez superior em relação aos demais grãos e fibras.

A cultura do algodão continua refletindo o movimento de reestruturação regional no país. O deslocamento da produção está se completando. Uma grande faixa de terras que vai da fronteira de São Paulo até o Sul do Pará, e do Oeste da Bahia ao Oeste do Mato Grosso se consolida como grande produtora de algodão. Trata-se de novo modelo produtivo, com tecnologia moderna. Sem dúvida o Brasil será auto-suficiente e exportador da fibra a curto prazo. Os preços ao produtor foram razoáveis em 1998 e neste ano apresentam pequena queda. A ação de governo em 1998 foi decisiva. Metade da produção foi ao mercado com o apoio direto ou indireto do governo. Se necessário, em 1999 a atuação estatal será similar. Como se sabe, o maior problema é a falta de linhas de crédito semelhantes às existentes para importar para que as indústrias brasileiras possam adquirir o produto nacional.

O balanço de oferta e demanda de arroz e feijão, no âmbito do Mercosul, mostrou falta dos produtos em 1998 e preços muito altos, o que levou à reação na atual safra, com produção excedente em 1998. A Argentina e o Uruguai terão que se esforçar para colocar em terceiros mercados o excedente de arroz. A produção brasileira voltou ao nível do consumo e as importações cairão de 1,6 milhão de toneladas para quase 600 mil. No caso do fei-

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura

jão, os 3 milhões de toneladas que serão produzidos neste ano, somados a algo próximo de 200 mil toneladas que virão da Argentina e do Paraguai, configuram um cenário de preços baixos ao produtor e consumidor.

No campo da pecuária, o segmento da bovinocultura de corte atravessa boa fase desde o ano passado, com estoques repostos e preços altos, diante da Argentina em estágio de diminuição de estoque bovino e perdendo mercados. Já a avicultura, com preços estáveis, diminuiu o volume produzido e exportado (de 673 mil toneladas para 632 mil em 1998 vendidas no exterior). Neste caso pesou negativamente a valorização cambial e o comércio desleal (subsídios e cotas praticados pela UE e EUA).

A pecuária leiteira do país está atravessando uma fase de rápida modernização em toda a cadeia produtiva. Já se vai um ano de trabalho conjunto, com o governo, buscando definir um cronograma para entrada em vigor de um rígido padrão higiênico-sanitário e de composição do leite. Assim, a qualidade do produto nacional irá se equiparar à que existe nos países avançados. O Brasil vinha apresentando uma taxa de crescimento da produção da ordem de 6% ao ano, sobretudo no período de entressafra e com uso de tecnologia adequada, ante um aumento do consumo da faixa de 3%. A auto-suficiência não ocorreu por autolimitação da produção na fase de chuvas, ao contrário do que se faz na Nova Zelândia. Em 1998, foi importado o equivalente a 2 bilhões de litros de leite, perto de 10% do consumo. Os preços ao produtor estão razoáveis nesta entressafra e as importações, após a desvalorização do real, deverão ser menores. Portanto a produção deve continuar crescendo neste ano.

A cana-de-açúcar apresenta trajetória própria. A modernização dessa cadeia produtiva elevou bastante os níveis de produtividade, que induziram o recorde de 233 milhões de toneladas na safra 1997/98. Como se sabe, o mercado internacional de açúcar é extremamente protegido e regulamentado. Por essa razão, o Brasil, o maior produtor mundial, não pôde manter esse nível de produção. O país não consegue furar bloqueios artificiais e exportar tudo o que pode produzir. Como o mercado interno tem limites, com crescimento vegetativo na demanda interna e o sucateamento da frota de veículos movidos a álcool, o resultado é a diminuição dos tratos culturais e da própria renovação das plantas no atual ano-safra. Após a maxidesvalorização do real, o Brasil aumentou as exportações, sendo afetados negativamente os preços externos, os quais mergulharam no menor nível dos últimos 30 anos. Por essas razões, a safra deverá cair para o nível de 200 milhões de toneladas de cana.

NO CAMPO DA PECUÁRIA o segmento da bovinocultura de corte atravessa boa fase, com estoques repostos e preços altos, ante a Argentina em estágio de diminuição de estoque bovino e perdendo mercados. Já a avicultura, com preços estáveis, diminuiu o volume produzido e exportado.

O programa governamental de apoio à comercialização e abastecimento neste ano

A receita bruta oriunda das 11 principais culturas durante o ano de 1998 apresentou incremento de 20%. A recente desvalorização cambial, ocorrida a partir de janeiro, foi indubitavelmente favorável ao setor agrícola, embora com problemas localizados. A desvalorização ocorreu no início da colheita, abrindo perspectivas favoráveis à comercialização dos produtos exportáveis, haja vista que a mesma foi formada com o câmbio na faixa de R$1,20/dólar e deve ser comercializada com um câmbio na faixa de R$1,70/dólar. Mas a essa cotação do real, apenas os aumentos nos fertilizantes e defensivos provocaram um impacto nos custos de produção do milho de 12%, na soja de 13%, no café de 60% e na pecuária de corte não extensiva de 3%. O efeito foi mais grave nas olerícolas, que utilizam mais defensivos, e no algodão que usa colheitadeiras importadas.

Decorridos os primeiros meses, o que se depreende é que os efeitos da desvalorização não alcançam de forma homogênea todas as culturas. Nos produtos em que o Brasil atua como exportador - soja, café e carnes -, a despeito da queda dos preços externos desses produtos, as perspectivas são francamente favoráveis ao produtor nacional.

Quanto aos produtos tipicamente voltados para o mercado interno, como mandioca, feijão e olerícolas, o quadro é bem diferente. Os produtores não têm como repassar para o mercado interno o impacto da desvalorização cambial em sua estrutura de custos. Por outro lado, têm ainda que conviver com a elevação abrupta nas taxas de juros internos.

Este é o cenário em que a maior parte dos agricultores estão formando a maior parcela de sua renda. Por isso, a ação de governo em 1999 será mais incisiva, de modo a evitar descapitalização que complicaria a próxima safra.

Quem banca a estocagem ao longo do ano? A situação nesta ano é a seguinte:

- setor industrial dá sinais claros de que não tem motivação econômica para reter estoques, ante as atuais taxas de juros;
- produtos exportáveis apresentam preços declinantes; conseqüentemente, os produtores também estão desmotivados a carregar estoques;
- caem os preços no nível do produtor no primeiro semestre, diante de uma grande safra seguida de prováveis elevações de preços na segunda parte do ano, mas num contexto de volatilidade, tendo como teto a paridade de importação.
- Fluxo de produtos oriundos do Mercosul com pouca alteração: o Brasil continua dependente de volumosas importações para complementar o consumo de alguns produtos, tais como trigo, arroz, algodão e alho. A Argentina, principal parceira comercial no Mercosul – excetuando o arroz, onde o Uruguai participa com maior peso –, reduziu drasticamente a área plantada de diversas culturas. A expectativa é de que a Argentina, que vem apresentando expressivas elevações de custo de

produção, procure aumentar os preços dos seus produtos a serem comercializados com o Brasil a níveis próximos aos preços de indiferença para importação de terceiros países.

O objetivo da ação governamental é assegurar um nível mínimo de renda compatível com a atividade agrícola, resguardando uma certa margem de autofinanciamento do setor, ao mesmo tempo em que resgata a capacidade de atuação do governo no mercado, de forma a evitar elevações abruptas e especulações de preços, previsíveis para o segundo semestre. Assim, será possível evitar forte depressão nos preços no nível dos produtores, o que por sinal, se ocorresse, exigiria grande volume de recursos para recuperá-los.

Existe ainda uma forte preocupação quanto ao uso racional dos parcos recursos públicos. A proposta é seletiva e está rigorosamente adaptada à disponibilidade orçamentária. A despeito de recuperar sua capacidade de influir positivamente no mercado, o governo quer deixar para a iniciativa privada o máximo possível de espaço na gestão dos estoques.

A ação de governo, em última instância, busca a utilização harmoniosa de uma série de instrumentos já testados com sucesso em comercializações anteriores, para resguardar a renda do setor produtor, deslocando a oferta dos produtos e evitando especulação, o que também beneficiará o consumidor.

Instrumentos a acionar neste ano-safra

- Aquisições do Governo Federal – AGF: as aquisições diretas deverão ocorrer em estados/regiões e quantidades previamente definidas. Somente para algodão, arroz, milho e trigo, poderão alcançar 600 mil toneladas, com destaque para arroz e milho.
- Cédula do Produtor Rural – CPR: o que se propõe é uma atuação mais intensa dos agentes financeiros com o objetivo de agilizar a retirada de produto do agricultor, por parte do setor beneficiador, deslocando a oferta, com a utilização do EGF/SOV como forma de liquidação do empréstimo contratado através de CPR.
- Contrato de opções: lançamento de opções de compra para arroz, milho, algodão e trigo, visando sinalizar um nível mínimo de preços destes produtos para o mercado. As opções deverão ser utilizadas como mecanismo colateral para a contratação de EGF/SOV, de forma a reduzir o custo de carregamento dos estoques no tempo. Os contratos de opção a ser ofertados pelo governo, através de leilões eletrônicos, envolverão em torno de 3,5 milhões de toneladas, concentrados em milho, arroz e trigo.
- Prêmio para Escoamento de Produto – PEP: o PEP será implementado para os produtos/regiões cujos preços estejam abaixo do preço mínimo. Caso o mercado não consiga absorver os valores das opções a serem lançadas, o governo deverá utilizar o PEP como mecanismo para viabilizar o escoamento dos estoques pela iniciativa privada. Os recursos orçamentários permitirão escoar até 2 milhões de toneladas dos principais produtos da safra.

As perspectivas

Relativamente ao modelo de produção, cabe ressaltar três importantes fatores inovadores em curso no Brasil. Primeiro a salutar tendência, a qual se consolidou no Sul e avança pelo Sudeste e Centro-Oeste, de plantio de duas safras no mesmo ano. A pesquisa contribuiu para isso lançando variedades precoces e superprecoces, e o crédito rural contemplando também a segunda safra. Além de oferecer uma segunda renda anual ao agricultor, contribuiu para diluir a oferta, cronologicamente, evitando os grandes e conhecidos problemas de concentração de vendas em poucos meses.

Outra tendência positiva é o avanço do sistema de plantio direto na palha, que melhora a estrutura físico-química do solo, diminui a erosão e aumenta a resistência às estiagens. E finalmente a integração lavoura-pecuária: esta horizontalização tem atraído muitos produtores por racionalizar o uso da produção própria e diminuir os custos e a vulnerabilidade comercial.

Quanto ao padrão tecnológico, os índices de consumo são reveladores. O consumo de fertilizantes ultrapassou 14 milhões de toneladas, numa seqüência de recordes nos últimos quatro anos. Os defensivos, outro insumo fundamental, teve o consumo duplicado entre 1994 e 1998: as vendas subiram de US$1,4 bilhão para US$2,75 bilhões. O Brasil é o terceiro maior mercado de defensivos do mundo. Não são esperadas mudanças consideráveis no consumo, exceto se não forem contornadas as atuais dificuldades de pagamento, que, só no caso dos defensivos, chega a US$1,7 bilhão, financiados em dólar americano correspondentes a vendas antecipadas.

Depois que as vendas chegaram ao fundo do poço em 1995, houve uma reação no setor de máquinas e equipamentos agrícolas, atingindo 24 mil tratores anuais. Ainda é insuficiente para renovar um parque de máquinas com idade média de 15 anos. Um dos maiores obstáculos é a falta de linha de financiamento com encargos compatíveis com a atividade agrícola. As vendas de tratores e máquinas automotrizes cresceram 33% no primeiro semestre de 1998 e, em meio a tanta insegurança, praticamente estagnaram no segundo semestre. A perspectiva é de um aumento de vendas entre 10 e 15% em 1999. A indústria está trabalhando com ociosidade perto de 50%, apesar de ter exportado US$700 milhões em 1998.

A cafeicultura brasileira colheu uma safra recorde no período 1997/98, e também conseguiu recorde de exportação (21 milhões de sacas), no período junho 98/junho de 99. A participação brasileira no comércio mundial de café aumentou de 21% para 28%. No atual ano-safra, o mercado interno absorverá algo próximo a 12 milhões de sacas, diante da colheita com

10 milhões de sacas a menos. Porém os altos volumes de estoques (próximo de 9 milhões de sacas com o governo e 1,5 milhão com a iniciativa privada) serão utilizados para regular o mercado. No ano-safra 1999/2000, o Brasil tem potencial para voltar a produzir 35 milhões de sacas, revertendo a situação de queda de produção do início da década, quando foram abandonados cerca de 2 bilhões de pés de café.

O avanço da moderna cultura do algodão continuará a gerar economia de divisas para o país. Foram poupados US$315 milhões em importações em 1998. Para 1999, deverá haver nova queda nas compras externas, algo em torno de 150 mil toneladas.

Os recentes avanços do país na área sanitária estão contribuindo para abrir mercados às carnes bovina e suína. A exportação de carne bovina poderá chegar a 450 mil toneladas, e de carne suína, em rápido crescimento, poderá atingir 150 mil toneladas.

A produção de carne de aves deverá crescer em torno de 7% este ano, alcançando 4,8 milhões de toneladas, ante 4,5 milhões em 1998. Para isto, há potencial instalado para produção de 3 bilhões de pintinhos em 1999. Esse nível de produção garantirá uma provável expansão nas vendas externas na faixa de 15%, elevando para 700 mil toneladas o volume exportado.

Outro item muito importante na composição da renda do setor é o suco de laranja. Somente no estado de São Paulo existem 20 milhões de pés de laranja contaminados com o cancro cítrico que precisam ser erradicados com máxima urgência. Se novas árvores forem plantadas, inclusive no Paraná, o país terá condições de expandir as exportações, aproveitando as condições favoráveis de demanda no mercado internacional e eventuais progressos na liberalização do comércio internacional. As exportações em 1998 cresceram 26% em valor, devido aos preços, mas apenas 4% em volume.

Em seu conjunto (envolvendo os produtos *in natura*, semiprocessados e processados), a balança comercial agrícola atingiu seu recorde em 1997, com US$11,5 bilhões; houve uma diminuição para US$10,6 bilhões em 1998 e, para 1999, a previsão inicial é de aumento da ordem de 10% no valor das exportações e diminuição semelhante nas exportações, o que consubstanciará um superávit em torno de US$ 12 bilhões, fato importante para reverter o déficit na balança comercial total do Brasil.

As negociações internacionais

As exportações constituem variável fundamental para o desempenho da agricultura brasileira. Portanto, a abertura de mercados é prioridade na ação de governo para o setor.

As próximas negociações de liberalização comercial se darão, fundamentalmente, nas três áreas já definidas na Rodada Uruguai (RU) e consolidadas no Acordo sobre a Agricultura, quais sejam: acesso a mercados, apoio interno e subsídios às exportações. Hierarquizando os assuntos, considera-se que, entre estas três áreas, as atenções devem se concentrar nas de subsídios às exportações e de acesso aos mercados, o que não quer dizer, entretanto, que se possam monopolizar as medidas de apoio interno.

Alguns temas que já estão na pauta e exigem atenção na próxima rodada de negociação são os englobados na expressão "multifuncionalidade", tais como segurança alimentar, questões relativas ao meio ambiente, emprego, paisagem etc. em virtude de prováveis novos enfoques que venham a ser apresentados por alguns países-membros da OMC, sempre buscando pretextos para erguer barreiras ao comércio.

Até que sejam apresentadas propostas concretas sobre o assunto, quando então será possível se firmar uma posição a esse respeito, deve-se continuar com o mesmo argumento defendido durante a RU, qual seja, de que a caixa verde foi criada para tratar desses assuntos, sendo ampla o suficiente para abranger os *non-trades concerns*. Há indicações de que o assunto seja tratado não através de orçamento, que seria o caso de ser incluído na caixa verde, mas através de regulamentos.

A perspectiva é de que possa haver avanços consideráveis no que se refere à diminuição de subsídios. As razões são as contradições intrabloco europeu, onde alguns países se beneficiam mais que outros; a motivação dos EUA por serem prejudicados pela concorrência em terceiros mercados; os desentendimentos entre setores da economia européia, já que indústria e serviços discordam da alocação de recursos para sustentar preços elevados, e os limites da tolerância de contribuintes e consumidores.

No tema "créditos à exportação", a proposta é de que se retomem as negociações, no âmbito da OMC, após frustrada iniciativa sob coordenação da OCDE. Embora se deva beneficiar do estágio já alcançado nas negociações naquela instituição, o foro legítimo de negociação de acordos com obrigatoriedade de cumprimento é a OMC. Além disso, muitas das condições impostas pelos EUA, país que não vem aceitando os termos acordados, referem-se a mudanças em regras e disciplinas da OMC. Esta é uma razão adicional para que se possa desbloquear, na OMC, a negociação de um acordo que venha disciplinar o tema.

Outro ponto relevante é a atuação das "entidades monopólicas estatais ou privadas". O objetivo principal é regulamentar e disciplinar a atuação dessas empresas, por serem anticompetitivas, eliminando os privilégios de que atualmente desfrutam por agir como instrumento de execução de política econômica. Diversos países contam com entidades que monopolizam importações e exportações de produtos agrícolas, portanto em condições com as quais os agentes privados não podem competir, como é o caso de cacau, frutas, açúcar, algodão etc.

Todos os temas devem receber atenção, mas os subsídios à exportação, o crédito com seguro às vendas externas e a ajuda alimentar disfarçada de exportações de excedentes merecem prioridade em termos de estratégia e de tática, em função da probabilidade de resultados práticos.

É vital para o país o avanço na liberalização do comércio internacional. Por isso é que a posição global de negociação do Brasil tem que ser a de não aceitar participar de qualquer rodada de negociações se a agricultura não constar como tema importante da agenda. Não são apenas os 10% do PIB oriundos da agricultura que estão em jogo; são os 35% formados pelo conjunto do agronegócio. Qualquer avanço nas negociações influenciará positivamente o desempenho do agronegócio brasileiro daqui para frente.

Benedito Rosa do Espírito Santo é secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Aquecendo os motores

No conjunto, as vendas das máquinas e implementos agrícolas subiram 17%. Há boa possibilidade para a retomada dos negócios

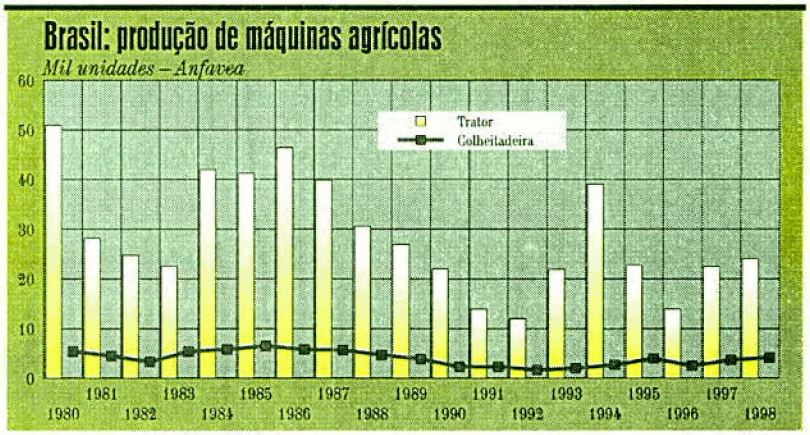
O ano de 1996 assinalou uma das fases mais críticas da indústria de máquinas agrícolas no país. A situação de endividamento dos produtores rurais colocou os investimentos na ordem de prioridade zero. As empresas do setor tiveram de fazer pesados ajustes nos programas de produção e vendas.

Já os exercícios de 1997 e 1998 podem ser considerados como de desempenho razoável, a partir de uma fase de baixa. A produção ficou em patamares normais, sem grandes comprometimentos. Houve recuperação nas demandas interna e externa.

A julgar pelos resultados apurados no primeiro trimestre deste ano, os ventos trazem uma brisa bem saudável para o setor. A desvalorização do real, a curto prazo, refletiu mais intensamente nas culturas voltadas à exportação, em termos de perspectivas de ganhos. Sojicultores do Centro-Oeste, por exemplo, se animaram e se dispuseram a investir em máquinas. No conjunto, as vendas subiram 17%. A performance sinaliza perspectivas otimistas.

Do lado das exportações, muito embora os embarques tenham sofrido uma baixa superior a 70% em relação a 1998, os produtos nacionais ganharão maior competitividade em dólar. O índice de nacionalização da indústria de máquinas supera 85%, com os repasses aos preços raramente superando 10%. Assim, para os próximos meses, não há como descartar a possibilidade de uma retomada dos negócios. (L.A.P.)





Brasil: vendas de máquinas agrícolas – primeiro trimestre

Item	*1999*	*1998*	*Var.%*
Total	5.895	5.039	17
Nacional	5.773	4.946	16,7
Importado	122	93	31,2
Tratores de roda	3.867	2.942	31,4
Tratores de esteira	163	157	3,8
Cultivadores	186	153	21,6
Colheitadeiras	1.350	1.312	2,9
Retroescavadeiras	329	475	-30,7

Fonte: Anfavea.

Brasil: comércio de máquinas agrícolas

Ano	*Produção*	*Vendas internas*	*Exportação*
1991	21.391	18.186	5.157
1992	21.360	16.158	5.696
1993	31.223	26.631	4.350
1994	51.299	46.215	5.044
1995	28.338	22.706	5.263
1996	22.189	13.893	8.359
1997	31.657	21.029	10.064
1998	33.350	24.164	8.846

Fonte: Anfavea.

Decolagem controlada

Apesar de ter crescido 5,9% sobre o ano anterior, a rentabilidade do setor de fertilizantes diminuiu com a desvalorização do real

Pelo menos no que diz respeito a volume de entregas, o desempenho da indústria de fertilizantes surpreendeu em 1998. Depois de um primeiro trimestre de comercialização bem vigorosa, o retraimento entre abril e julho trouxe muita preocupação. O mês de agosto foi de estabilidade. Mas a partir de setembro as vendas decolaram. O resultado de 1997 foi superado em 5,9%.

Em contraposição ao crescimento quantitativo da produção e das vendas, a rentabilidade comercial foi menor, apesar dos menores preços com que as matérias-primas estiveram cotadas no mercado internacional. O Brasil importa mais de 50% do volume de fertilizantes utilizados em sua agricultura.

No primeiro trimestre as vendas recuaram cerca de 10%. Os produtos de exportação como a laranja e o café sustentaram a maior parcela da demanda. As vendas são sazonais; 65% se concentram no segundo semestre e o pico acontece no terceiro trimestre.

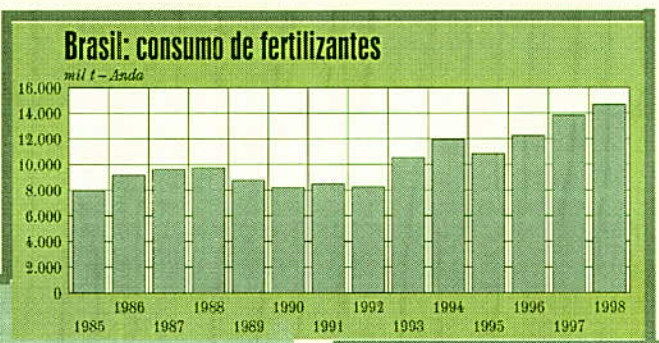
As atenções se voltam para 1999. A desvalorização do real ante o dólar modificou o ambiente dos negócios. No primeiro trimestre as vendas recuaram cerca de 10%. Os produtos de exportação como a laranja e o café sustentaram a maior parcela da demanda. As vendas são sazonais; 65% se concentram no segundo semestre e o pico acontece no terceiro trimestre.

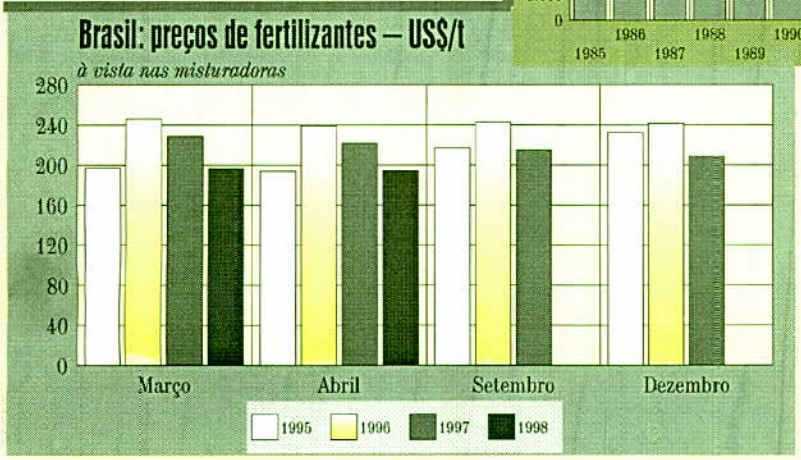
A maior preocupação agora é o pagamento dos importados, cujo prazo mínimo é de 360 dias. Os preços ficaram bem mais altos em reais. As empresas com operação de *hedge* cambial estão mais protegidas. Diante da agressiva competição na oferta interna, fica difícil fazer o repasse integral do custo. (L.A.P.)

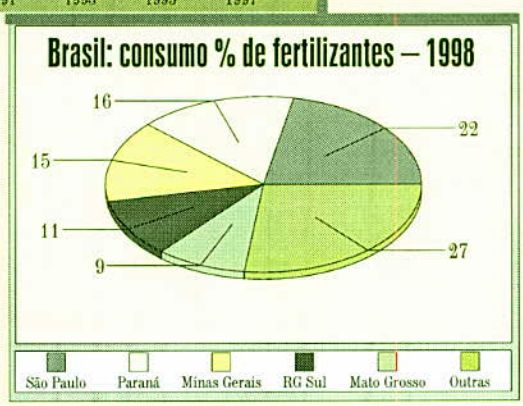
Produção e importação – mil t – 1998

Fertilizantes	*Produção interna*	*Importação*
Nitrogenados	808	828
Fosfatados	1.323	696
Potássicos	326	1.943

Fonte: Anda.







CALCÁRIO

A dança dos números

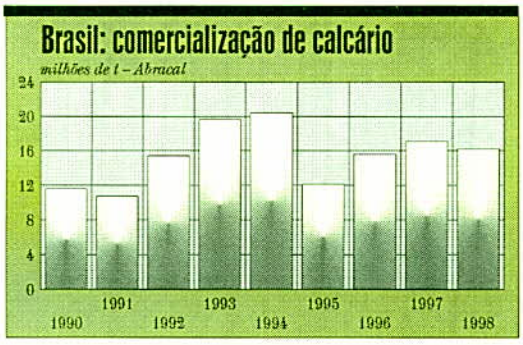
É possível que as coisas melhorem, depois do desempenho irregular dos últimos anos. Não há motivo para projetar cenários sombrios

De acordo com as estatísticas da Associação Brasileira das Indústrias de Calcário – Abracal –, que reúne cerca de 97% das informações de produção, comercialização e consumo do setor, houve uma queda nas vendas de 4,9% em 1997. O desempenho reflete a atividade irregular dos últimos anos.

A maior surpresa veio do estado de Mato Grosso, onde se registrou um incremento significativo de 52% nas vendas. Isso revela uma recuperação da economia rural do estado, que convivia com grave e generalizada inadimplência. A soja pode ser apontada como ponta-de-lança dessa mudança.

Ainda é muito cedo para um prognóstico sobre o exercício de 1999, mas o clima é de otimismo. Se de fato se elevar a renda setorial e a comercialização das lavouras de grãos fluir no ritmo esperado, não há motivo para projetar cenários sombrios.

Com cerca de 70% das vendas concentradas entre junho e outubro, a grande preocupação do momento é a autorização concedida pelo governo para prorrogar o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo. Os recursos reservados pelo Banco Central para aplicar nesse programa, conforme Resolução n.º 2.534 de agosto de 1998, têm como prazo limite 30 de junho. A pressão é para dilatar esse período. (L.A.P.)



Brasil: comercialização de calcário

Estado	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*
São Paulo	3.430	3.610	4.567	3.363	3.437	3.724	3.596
Paraná	2.073	2.812	3.481	1.840	2.422	2.907	2.531
R.G.Sul	2.818	3.696	3.122	1.392	1.799	2.319	2.113
Minas Gerais	1.800	2.300	2.341	1.769	1.870	1.958	1.876
Goiás	1.762	1.940	1.485	1.180	2.350	1.844	1.590
Mato Grosso	1.426	2.028	2.284	709	1.343	1.254	1.914
Outros	2.099	3.072	3.155	1.829	2.396	3.049	2.617
Total	15.408	19.458	20.435	120.082	15.617	17.055	16.237

Fonte: Abracal.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

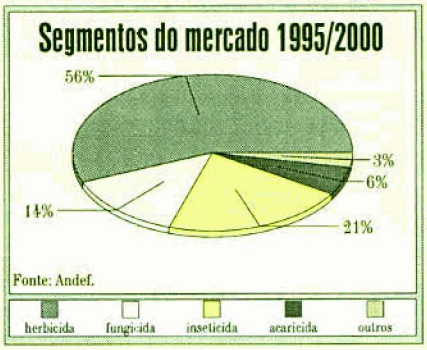
Na rota do crescimento

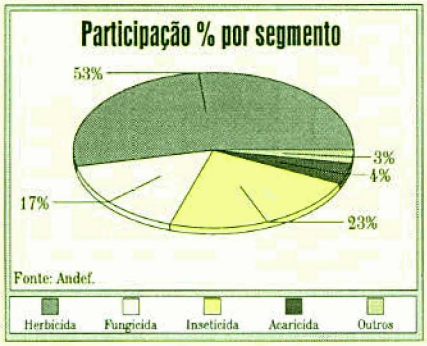
O segmento que mais se expande é o de herbicidas, alavancado pela expressiva disseminação do plantio direto

Impulsionado pelo ritmo de lançamento de novos produtos, o mercado de defensivos vegetais destaca-se como o agronegócio de maior crescimento na área de suprimento de insumos e máquinas para agricultura. Com a informatização das tarefas de screening, cujas operações envolvem a descoberta de uma nova molécula, a simulação e a síntese de novos materiais ganharam velocidade. A chegada de novidades ao campo ganharia em agilidade se o tempo de registro junto aos órgãos oficiais fosse menor.

Nessa direção, o faturamento anual do setor passou de US$1,5 bilhão em 1995 para US$2,2 bilhões em 1997. Para 1998, ainda que não muito





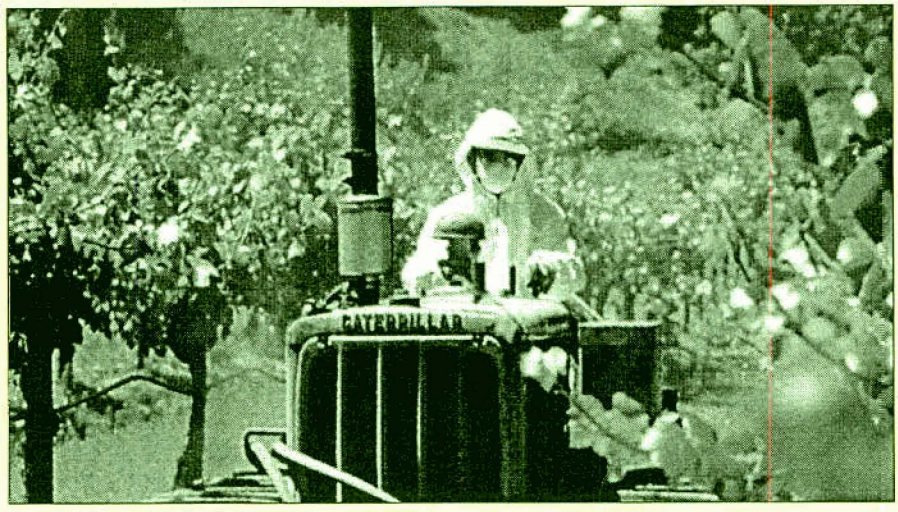


Consumo de defensivos por cultura – %

Produto	*Percentual*
Tomate	2
Horti	2
Trigo	3
Feijão	3
Batata	3
Arroz	4
Algodão	4
Citrus	7
Café	7
Milho	9
Cana	11
Soja	35
Outras	10

Fonte: Andef, 1997.

expressivo, projeta-se um novo crescimento da ordem de 9%, ou US$ 2,4 bilhões.



Brasil: vendas de defensivos agrícolas (US$ milhões)

Ano	*Inseticidas*	*Acaricidas*	*Fungicidas*	*Herbicidas*	*Total*
1990	273,40	93,40	171,00	546,60	1.084,40
1991	231,20	56,20	147,10	533,60	988,10
1992	187,50	61,30	142,00	513,60	930,40
1993	195,90	73,80	166,40	588,60	1.049,80
1994	300,20	90,80	211,00	775,70	1.404,00
1995	339,00	99,60	227,00	834,90	1.535,60
1996	375,50	92,20	276,30	1.005,00	1.792,00
1997	455,60	90,80	356,30	1.214,80	2.180,90
1998	582,80	113,80	428,40	1.357,10	2.560,20

Fonte: Andef.

No *ranking* das empresas, certamente podem-se esperar grandes mudanças para os próximos anos. De um lado, assiste-se às operações de fusões e incorporações. De outro, aparece a biotecnologia, que tem na indústria sementeira a sua porta de entrada. Estes dois fatores podem ser apontados como os principais deflagradores de um novo cenário competitivo e tecnológico.

Em 1997, somente de defensivos agrícolas, estima-se que a Novartis tenha comercializado US$227 milhões e a Du Pont US$ 181 milhões. A seguir veio a Zeneca com US$169 milhões e a Cyanamid com US$161 milhões. A Monsanto vendeu US$143 milhões e a Bayer US$141 milhões. Completando esse grande conjunto de empresas, a Agrevo obteve um faturamento de US$121 milhões e a Basf e Dow, respectivamente, US$115 milhões e US$ 13 milhões.

Com relação às novas moléculas, constata-se cada vez mais uma redução na quantidade de princípio ativo por hectare cultivado. Isso vem atender aos apelos de menor exposição do aplicador à toxição, bem como de melhor condição do meio ambiente.

O segmento que mais se expande no mercado de defensivos agrícolas é o de herbicidas, alavancado pela expressiva disseminação do plantio direto. Essa prática deverá chegar perto de 20% da área plantada com cereais e oleaginosas. À medida que se abandona o sistema de plantio convencional, aumenta o consumo de insumos modernos, principalmente para o controle das ervas daninhas.

Em que pese ao crescimento, existem alguns pontos comprometedores na comercialização de defensivos que têm gerado muita preocupação. Um deles refere-se aos gargalos na logística de distribuição. As empresas estão debruçadas em estratégias para diminuir os custos em levar o produto das fábricas até o consumidor final. Há também o aspecto relacionado aos prazos de vendas, com sobreposições de vencimentos, levando a pagamentos que ultrapassam o tempo de uma safra.

IRRIGAÇÃO

Possibilidade de recuperação

O setor trabalha sob a expectativa otimista de que o investimento nas frutas para exportação traga vigor aos negócios

A indústria de irrigação padece de melhor desempenho em função da falta de uma política mais duradoura para o segmento no país. O setor experimentou momentos melhores durante a vigência do Programa de Financiamento de Irrigação (Profir) e do Programa de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis (Provárzeas) na virada dos anos 80. Desde então vem operando em ritmo inconstante.

Comercialização de pivôs

1982	119
1983	101
1984	152
1985	231
1986	731
1987	680
1988	392
1989	550
1990	250
1991	520
1992	314
1993	380
1994	500
1995	320
1996	300
1997	400
1998	500*

Fonte: Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação.
*Estimado.

A abertura comercial dos anos 90 alterou substancialmente o perfil do parque fabril, que ficou restrito às tarefas de montagem, com equipamentos e componentes trazidos do exterior. Do lado dos compradores, o alto custo dos bens associado às taxas de juros elevadas do financiamento serviram para desestimular o investimento.



No ano passado, os altos preços alcançados pelo feijão, em função da quebra da safra no sul da Bahia e no norte do Paraná, serviram para aumentar o giro das vendas. A conjuntura propiciou boa capitalização para o agricultor, que investiu na irrigação em busca de maior produtividade. No momento, o setor trabalha sob a expectativa otimista de que o investimento governamental na área de frutas para exportação traga vigor aos negócios.

CARNES E CEREAIS

Olho no futuro

A produção mundial de carnes e cereais crescerá respectivamente 50 e 236 milhões de toneladas entre 2000 e 2005, segundo relatório da FAO

Como estará o mapa da produção mundial de cereais e carnes na primeira década do próximo milênio? Carregada de preocupação, essa indagação não espera celebrar grandes feitos. A julgar pelo passado e pelo presente, uma agricultura extremamente produtiva se concentrará no lado ocidental do continente europeu, a União Européia, e na América do Norte, alavancada pelos Estados Unidos, sob um modelo que insiste em se preservar, ainda que a um custo gravoso para as políticas agrícolas do Primeiro Mundo.

Às vésperas do começo da Rodada do Terceiro Milênio, como o governo brasileiro encara essa dúvida? As chances dos países fora do rol dos desenvolvidos dependerão do controle do nível de subsídios no comércio mundial. Será que para cada uma dessas nações ficará resguardado o direito de praticar a sua política própria de segurança alimentar, ou o *dumping* de produtos com subsídios na origem interferirá abruptamente nos seus destinos? A globalização e a liberação comercial são dois processos distintos, apesar de muitas vezes pare-

Produção mundial de cereais e carnes

Milhões de t

Produto	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
I. Produção de carnes			
Aves	56,2	59,7	61,1
Bois	56,7	57,4	57,7
Suínos	78,5	80,6	83,8
Ovinos e caprinos	10,4	10,8	11,1
Outras	4,1	3,9	4
Total	205,9	212,4	217,7
II. Cereais	1894	1905	1889
a. Produção			
Trigo	590	614	598
Grãos forrageiros	921	904	909
Arroz beneficiado	383	387	373
b. Consumo	1849	1871	1881
c. Estoque	302	331	326

Fonte: FAO/GIEWS.

Mundo: projeção 2005/2006

Milhões de t

Trigo	664
Grãos forrageiros	1.099
Carnes	268

Fonte: FAO.

cerem bem próximos um do outro.

A esse propósito, algumas projeções de produção e consumo de cereais e carnes para o horizonte 2005/06 foram divulgadas no início do ano pela Food Agriculture Organization – FAO. O maior interesse desse estudo foi oferecer uma perspectiva quantitativa de crescimento. Como e onde isso ocorrerá, infelizmente não faz parte do escopo da pesquisa. Para o Brasil, um dado importante é que a produção mundial de carnes e cereais crescerá, respectivamente, 50 e 236 milhões de toneladas no período. Nada mais oportuno do que investigar quanto os agricultores brasileiros poderão participar e contribuir para esse incremento.

As principais conclusões do relatório da FAO são:

- Produção e demanda equilibradas para a maior parte dos alimentos básicos, desde que condições climáticas normais assegurem colheitas previsíveis.
- Aumento da riqueza e população crescente favorecem a produção maior para grande parte das commodities.
- Aumento de riqueza nos países desenvolvidos provoca maior consumo de carnes e massas (cereais nobres), com a substituição dos gêneros de necessidade básica.
- Os preços das commodities básicas, como milho e suíno, aumentam entre 2,7% e 6%, tendo como base a média de 1993 a 1995.
- A produção de trigo e grãos forrageiros cresce, respectivamente, 18% e 20%, à medida que os agricultores ficam mais produtivos e graças a colheitas maiores, sobretudo no Terceiro Mundo.
- O consumo de grãos forrageiros, como o milho, aumenta na alimentação do gado.
- A produção de carne tem crescimento anual de 3%. A suinocultura e a avicultura são as atividades mais dinâmicas. Elas podem ser refreadas na velocidade de expansão pelo maior preço projetado para as rações.
- O crescimento da carne cresce devido à demanda do bloco que constituiu a União Soviética e da China.
- Em comparação com a década atual, mesmo se as taxas de crescimento da economia mundial forem mais lentas, a perspectiva será de maior expansão na produção de cereais e carnes.

A leitura que se extrai do trabalho da FAO é de um cenário impulsionado pela onda do *status quo*.

Nada bom para os países não-desenvolvidos. Para aliviar suas angústias sociais no campo da alimentação, vestuário e moradia, onde a agricultura tem um papel fundamental, eles clamam por perspectivas mais ambiciosas. Especialmente nos últimos seis meses, o quadro do agribusiness mundial complicou-se muito diante dos superávits crescentes dos grandes exportadores – UE e EUA, que simultaneamente perdiam fatias dos mercados de exportação para o Leste Asiático e a Rússia.

Coincidência ou não, em meados dos anos 80 a conjuntura mundial estava em situação bem semelhante à vigente hoje: produções elevadas, grandes excedentes e estoques em alta. O *lobby* rural da UE e dos EUA apelava para os governos segurarem sua renda, e as cotações de gêneros agrícolas em queda livre.

Entre embaraços e concessões negociadas, o Primeiro Mundo resolve ou encontra uma solução para minimizar o contexto desfavorável. Estreito e acidentado fica o caminho dos outros países: quando encontram compradores, a agroexportação é negociada na bacia das almas. Já a sua produção voltada para o mercado doméstico, indefesa contra políticas agrícolas, sofre a competição de bens externos subsidiados. (L.A.P.)



Subsídios em profusão

O protecionismo europeu e norte-americano encarece a alimentação nos países desenvolvidos e desestrutura a produção e o abastecimento nos outros

Luiz Antonio Pinazza

O acúmulo de estoques de produtos agrícolas passou a fazer parte da realidade da União Européia (UE) e dos Estados Unidos (EUA) nesta segunda metade do século XX. Seria uma boa notícia, diante da trágica carestia provocada pelas grandes guerras, se não viesse acompanhada de dois problemas sérios. O primeiro, o de encarecer as políticas agrícolas e o custo da alimentação no Primeiro Mundo. O segundo, o de desestruturar a produção e o abastecimento nos demais países. Atualmente, a aritmética prova que as políticas de segurança alimentar dos EUA e da UE saíram da raia racional.

Pelos registros históricos da agricultura européia ocidental nota-se que os grandes excedentes montados no princípio dos anos 60 já traziam preocupação aos governos, que aceleraram a construção da Política Agrícola Comum – PAC –, em 1962, no âmbito da Comunidade Econômica Européia, hoje UE. Ante as contingências internacionais contudo a questão ficou incubada por algum tempo.

De fato, como até meados da década de 70 a guerra fria ainda não tinha esmorecido, o advento do primeiro choque do petróleo alimentou o ressurgimento de um clima de insegurança nas relações entre os países. Nesse período, temendo a escassez de alimentos e abalados com a posição compradora da União Soviética, os EUA embargaram suas exportações. Em tais circunstâncias, as nações acirraram ainda mais suas políticas de defesa da agricultura.

No segundo qüinqüênio dos anos 70, o segundo choque do petróleo passou sem a apreensão causada pelo anterior. Durante os últimos 20 anos, a profusão de políticas de subvenção para a produção e comercialização agrícolas e o avanço tecnológico dos processos produtivos garantiram uma oferta estável de alimentos. As adversidades climáticas enfrentadas pela agricultura norte-americana em 1983, 1988 e 1994 não conturbaram a sociedade e ficaram circunscritas a agitações nas bolsas de commodities.

Países da América Latina e Caribe: exportações agrícolas, 1997

	Valor (US$ milhões)	*Participação nas vendas da região (%)*
Brasil	18.303,00	27,00
Argentina	13.536,00	20,00
México	7.875,00	11,00
Chile	5.722,00	8,00
Colômbia	4.261,00	6,00
Equador	3.165,00	5,00
Peru	2.295,00	3,00
Uruguai	1.674,00	2,00
Paraguai	962,00	1,00
Venezuela	554,00	0,80
Bolívia	486,00	0,70
Trinidad e Tobago	246,00	0,40
Barbados	95,00	0,10
Total de above	59.202,00	86,00
Total*	68.760,00	100,00

Fonte: ONU/OMC.

*América Latina e Caribe.

Nos anos 90, as manifestações em prol da reforma nas políticas protecionistas da UE e dos EUA ganharam novos fóruns a partir da Rodada Uruguai. Na prática, porém, o processo corre em marcha lenta. Os números e as constatações de 1997 são reveladores. O Relatório da Organização De Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – informa que seus 29 membros desembolsaram US$335 bilhões em subsídios agrícolas. Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU –, trata-se do setor que mais recebe benefícios no mundo.

A resistência à liberalização agrícola é forte na Europa. A França, o segundo maior exportador mundial de alimentos depois dos EUA, fica surda quando se toca no assunto. As tarifas de até 700% dos países mais protecionistas impedem o acesso

E-mail: pinazza@agroceres.com.br

OCDE: subvenções no mundo – US$ bilhões

Agricultura	US$335
Estrada	de US$85 a US$200
Óleo, gasolina e outras formas de energia	de US$150 a US$200
Água potável e saneamento básico	US$40

de países exportadores agrícolas a seus mercados. Mas sopram ventos de mudança a partir da Rodada Uruguai. Nessa negociação ficou acordada redução na taxa imposta sobre a carne bovina de 213% para 141,5% e no açúcar de 310% para 248%. É pouco, considerando os produtos intocáveis, tais como os lácteos, fumo, vinho e azeite. No Japão e na Coréia, a importação de arroz é controlada.

À conjuntura de turbulência nas finanças internacionais e ao espectro da recessão mundial, soma-se em 1999 a emergente batalha comercial entre UE e EUA. A guerra das bananas é uma gota no oceano. Arma-se um ambiente sombrio para os 15 países agroexportadores do Grupo de Cairns, cujo nível de participação no comércio mundial de alimentos, de 22%, supera os 12% apurados pelos EUA. A representatividade por país cresce ainda mais. Do total de valor embarcado, 32% correspondem ao Brasil e 40% à Argentina e Austrália.

Grupos de Cairns*

- África do Sul
- Argentina
- Austrália
- Brasil
- Canadá
- Chile
- Colômbia
- Fiji
- Filipinas
- Indonésia
- Malásia
- Nova Zelândia
- Paraguai
- Tailândia
- Uruguai

*Cidade da Austrália onde começou o movimento após o início da Rodada-Uruguai, em 1986.

Em torno do grupo de Cairns orbitam a Austrália e o Canadá, responsáveis por 1/3 da produção mundial. A Argentina e o Brasil exportam significativas quantidades de soja e outros produtos para alimentação animal. A Tailândia é o maior exportador de arroz do planeta e a Oceania possui desempenho consagrado nos agronegócios lácteos e de carnes. Tanto a UE como os EUA se queixam de que agências paraestatais do Canadá, Austrália e Nova Zelândia também controlam as exportações e importações de certos produtos.

Estima-se que o Brasil deixe de arrecadar anualmente cerca de 10% do valor de suas exportações anuais. É um montante de US$5 bilhões em receitas cambiais. As barreiras comerciais impostas pela UE e pelos EUA são as principais causas. Exportações nacionais de fumo, têxteis, couros, pescado e frangos são afetadas por uma série de práticas protecionistas de subsídios. Os mecanismos mais comuns são adoção de sobretaxas e imposição de restrições sanitárias.

ESTIMA-SE QUE o Brasil deixe de arrecadar anualmente cerca de 10% do valor de suas exportações anuais. É um montante de US$5 bilhões em receitas cambiais. As barreiras comerciais impostas pela UE e pelos EUA são as principais causas.

Os EUA, que paradoxalmente têm procurado se alinhar ao Grupo de Cairns, são um baluarte na prática do protecionismo

UE: participação da Rússia nas exportações

1997 - %	
Aves	29
Suínos	32
Manteiga	38
Queijo	30
Leite integral desidratado	9

GRÃ-BRETANHA

'Débâcle' na renda agrícola

Segundo relatório do Ministério da Agricultura, da Pesca e de Alimentos da Grã-Bretanha, a renda da agricultura despencou em quase 30% no país. Entre 1997 e 1998, o valor da produção diminuiu de US$29,8 bilhões para US$16,4 bilhões. A redução foi de 14% da agricultura (US$4,11 bilhões) e de 13% na pecuária (US$8,99 bilhões).

A fraca demanda dos países asiáticos e da Rússia, combinada com uma produção elevada, criou um quadro de superávit na oferta e cotações deprimidas para várias commodities. Para complicar, a valorização da libra esterlina fez com que os produtos da Grã-Bretanha ficassem mais caros no interior e encorajou os supermercados a comprarem mais do exterior.

Com gastos de US$48 bilhões em políticas agrícolas, a UE consome quase a metade do seu orçamento anual de US$100 bilhões. Os maiores contribuintes são Alemanha (US$13 bilhões) e Holanda. Em contrapartida, a mais beneficiada é a França. Entre favorecidos e punidos, a discordância emerge. Afinal, é muito difícil vender a idéia dos benefícios de aderir ao bloco dos eleitores em países que contribuem mais do que recebem. E vice-versa.

Com a moeda única entre 11 dos seus 15 membros, a UE deixará de ter um dispêndio anual de US$1,8 bilhão no sistema conhecido como *green rates*, que fixava taxas de câmbio especiais para produtores rurais e exportadores quando a moeda de seus países se valorizasse em relação ao ECU. Doravante, a indenização cobrirá apenas uma parte. Em caráter excepcional, os quatro países que ficarão fora da moeda única – Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia – poderão pleitear indenização se as flutuações da moeda reduzirem suas rendas entre 1999 e 2000.



Rússia: produção de grãos – mil t

Grãos	*1997*	*1998*
Trigo	38.500	28.500
Aveia, cevada, milho e sorgo	32.000	23.000
Total	70.500	51.500

Rússia: ajuda alimentar da UE - 1998

Produto	*Quantidade – mil t*
Trigo	1.000
Centeio	300 a 400
Cevada	300 a 400
Carne bovina	100 a 120
Carne suína	100 a 120
Leite em pó	34

França: safra de grãos

Milhões de t

Produto	*1997/98*
Trigo	38,5
Cevada	10,7
Milho	14,5

Fonte: Onic.

UE: produção de grãos e carnes

Milhões de t

I. Grãos	*1997/98*	*2005/06*
Trigo	95,70	112,30
Milho, centeio e cevada	103,40	100,90
Total	209,10	213,20
Estoque	13,00	50,00
II. Carne bovina		
Consumo	6,90	7,20
Estoque	0,58	1,50

Fonte: Comissão Européia.

UE: estoques de grãos e carnes

União Européia	*Unidade*	*1996/97*	*1997/98*
Safra de grãos	mil t	205,20	209,10
Estoque de grãos *	mil t	2,00	12,05
Estoque de carnes	mil t	300,00	600,00
Área cultivada	mil ha	36.800,00	37.400,00

* Exclui o estoque de emergência.

UE: Produção de grãos – milhões de ha e t

Ano	*Área*	*Produção*	*Estoque*
1986	41,90	187,00	35,80
1987	41,70	179,80	31,00
1988	40,80	177,70	29,10
1989	40,50	185,60	29,10
1990	40,60	186,20	27,50
1991	39,10	184,70	33,90
1992	38,90	194,00	45,10
1993	37,80	178,20	44,90
1994	34,70	175,40	34,20
1995	34,50	171,00	24,10
1996	34,60	174,40	20,00
1997	36,70	205,20	30,60
1998	36,10	209,10	32,00
1999 (*)	32,50	199,10	22,00

Fonte: Usda.
(*) Previsão.

UE: Agenda 2000

Produto	*Proposta*	*Acordo*
Carne bovina	Corte de 30%	– Redução de 25% nos preços de garantia.
Leite	Corte de 15%	– Redução de 10%. – Grécia, Itália e Espanha podem elevar produção. – Manter quotas de produção até 2006, com revisão em 2003.
Cereais	Corte de 20%	– Pagamentos até 2002 para que agricultores deixem áreas ociosas. – Redução da ajuda direta nas oleaginosas.

Início da PAC: 1962.
Primeira Reforma na PAC: 1992.
Segunda Reforma da PAC: Agenda 2000 – redução de US$11 bilhões no custo da alimentação se os cortes forem repassados ao longo da cadeia para o varejo.

agrícola. Seus agricultores recebem pagamentos diretos, as exportações são subsidiadas e barreiras são interpostas para algodão, açúcar, suco de laranja, amendoim e lácteos, dentre outros. Seus produtores de trigo, milho, arroz, algodão e soja são beneficiados por empréstimos especiais e generosos.

O comércio agrícola mundial gira US$600 bilhões por ano, embora tenha 1.366 cotas tarifárias, com ênfase em frutas e legumes, carnes, grãos, lácteos e oleaginosas. O conflito de interesses aparece nos mais diferentes aspectos dos agronegócios internacionais. Para a agenda de negociação agrícola dentro da OMC, a falta de sintonia é abissal. Às vésperas da chamada Rodada do Milênio, o panorama conjuntural é de sobra quantitativa e queda de preços em commodities agrícolas importantes. Para proteger a renda de seus agricultores, os governos da UE e dos EUA são pressionados a inflar seus

Plano de ajuda aos produtores nos Estados Unidos

Com o apoio do presidente Bill Clinton, os democratas norte-americanos montaram um plano de emergência de US$7,1 bilhões para socorrer a economia agrícola do país em 1998. Depois de vários meses de negociação em ano eleitoral, os republicanos concordaram com o pacote de US$5,9 bilhões. A proposta ficou acima da elaborada inicialmente pelo Congresso, de US$4,2 bilhões. Os argumentos contrários à medida sustentavam que a mesma feria o caminho do livre mercado pavimentado na Lei Agrícola de 1996. Haveria uma involução no processo.

Com pequenos contratempos, em 21 de outubro foi aprovada a liberação dos recursos para os agricultores com duplo objetivo. O primeiro, de elevar os preços mínimos garantidos pelo governo, de modo a arrefecer o impacto da queda nas cotações das commodities - os mais baixos da década. O segundo, para pagamentos a produtores cujas plantações foram afetadas pelas enchentes, secas e doenças. As perdas no Sul e no Sudoeste, computadas as várias colheitas, totalizaram cerca de US$1,5 bilhão.

A quantia superou o recorde liberado na seca de 1988, quando US$4,7 bilhões foram concedidos. O plano foi aprovado com quase um ano de antecedência. Pelo projeto de lei agrícola de 1996 - Freedom Act, os subsídios sem prazo predeterminado foram substituídos por um sistema de pagamentos fixos. Os valores contemplados foram de US$35,6 bilhões até 2002. O volume aplicado a cada ano é decrescente. A idéia é afrouxar a transição da agricultura para o livre mercado.

Os agricultores receberam em subsídios cerca de US$3 bilhões para compensar os baixos preços das commodities, US$2,4 bilhões para ajudar na recuperação de desastres naturais e US$200 milhões para compra de ração para gado em áreas afetadas pela seca. Os favores são maiores. A lei trouxe também um pacote de alívio fiscal para os agricultores, o qual inclui uma provisão para tornar permanente o método da renda média, além de criar uma reserva nas contas agrícolas destinada a proteger a renda nos tempos difíceis.

Na maior agricultura do planeta, tida como a mais competitiva, se todos os subsídios federais forem computados, a ajuda do governo em 1998 totalizou US$12,9 bilhões. Depois do montante de US$13,4 bilhões registrado em 1993, essa é a segunda maior ajuda dos anos 90. Mas a despesa vai inflar. Para 1999, o governo americano projeta gastar US$15 bilhões em pagamentos para os produtores rurais. A renda agrícola dos EUA em 1998, devido a secas, enchentes e doenças, de Dakota ao Texas, ficou 5,5% inferior à média da década. Pelas leis de mercado, as perspectivas de recuperação em 1999 e 2000 são tênues. O pânico porém fica sob controle, porque recursos oficiais aparecerão no momento derradeiro.

Nos negócios com exportação, que respondem por 25% da receita agrícola do país, a quantidade arrecadada somou US$51,8 bilhões em 1998. A quantia é 13% inferior ao valor recorde registrado em 1996, de US$59,8 bilhões. Em 1997, a receita foi de US$56,9 bilhões.

Para sustentar suas operações externas, os EUA estão fazendo uma série de concessões especiais para os países asiáticos, que absorvem cerca de 40% das suas exportações. Ainda recentemente autorizaram créditos de US$1,5 bilhão para a Coréia adquirir grãos forrageiros, carne, algodão e soja. Da mesma forma, protelaram as medidas de sanções contra a Índia e o Paquistão pelos seus testes nucleares até 30 de setembro de 1999. Esse passo permite que o país libere exportações via financiamentos externos para compra de seus produtos. Antes, a sanção expiaria em julho de 1999. O Paquistão é o terceiro maior comprador do trigo americano.

Diante das grandes safras colhidas pelo país e da fraca demanda internacional, os depósitos se enchem e os preços caem. As cotações do milho atingiram o mais baixo patamar em 10 anos e meio e os preços da soja, o menor nível em 11 anos. Os valores dos empréstimos governamentais aumentaram de US$1,89 para US$2,17 no *bushel* de milho, de US$2,58 para US$3,16 no *bushel* de trigo e de US$5,26 para US$5,56 no *bushel* da soja. Tudo isso encarece o custo da política agrícola.

O governo estuda alterações no Programa de Reserva para Preservação no sentido de ampliar a ociosidade das áreas cultiváveis. É uma forma de reduzir a produção e estimular o aumento dos preços de grãos. Os agricultores recebem para interromper o cultivo em terras com grande propensão à erosão ou a outros problemas ambientais. Mais de 12 milhões de hectares estão atualmente ociosos, sendo que a lei permite até 15 milhões de hectares. O plantio no país atinge 133 milhões de hectares.

Os EUA fixaram a cota global de importação do açúcar demerara em 1,16 milhão de toneladas na safra 1998/99, que entrou em vigor a 1 de outubro. Isso representa uma redução de 27,2% em relação ao ano anterior. Contudo, mais três cotas extras, de 150 mil toneladas cada uma, podem ser liberadas. Apenas as usinas do Norte e Nordeste do Brasil podem vender ao mercado norte-americano, onde os preços pagos são o dobro daqueles praticados internacionalmente.

EUA: renda agrícola líquida

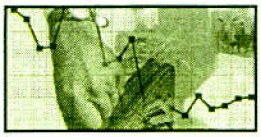
Ano	*US$ bilhões*
1996	59,8
1997	56,5
1998	52
1999	55,5
2000	53

Fonte: Usda.

EUA: cotas de importação de açúcar

mil t – safra1998/99

País	*1997/98*	*1998/99*	*%*
Rep. Dominicana	268,35	190,66	-28,90
Brasil	221,08	157,08	-28,90
Filipinas	205,84	146,24	-28,90
Austrália	126,55	89,91	-28,90
Argentina	65,56	46,58	-28,90
Total	1.600,00	1.164,93	-27,20



orçamentos. Deixando de lado a crise enfrentada pela Rússia, é um quadro bem similar ao de 1986, quando teve início a Rodada Uruguai.

Crise da Rússia bate às portas da UE

A crise assolou de forma implacável a economia russa em 1998. A desvalorização do rublo em 60% a 17 de agosto e a moratória da dívida externa declarada em outubro minaram os recursos do país para pagar importações de alimentos básicos e commodities. Isso tornou mais complicado para a UE colocar seus excedentes no mercado, depois da crise provocada pela doença da vaca louca. Se a Rússia representa apenas 3,5% do comércio total da UE, nas exportações participa com 16% em volume e 11% no valor.

Com uma produção de 51,5 milhões de toneladas em 1998, uma queda drástica de 37% em relação ao ano anterior, a Rússia ficou à mercê do suprimento externo para atender a demanda interna. Foi a pior safra desde a década de 50 que, somada a seus estoques de 29 milhões de toneladas, praticamente compõe um quadro de auto-suficiência. Não haverá produto armazenado para a próxima safra. Metade da colheita de trigo é usada na alimentação animal. O clima desfavorável provocou queda na produção e um prejuízo da ordem de US$950 milhões na economia abalada e frágil do país.

Nos últimos anos a Rússia vinha sendo auto-suficiente na área de grãos e tinha até uma pequena sobra. Essa quantidade era voltada para o mercado de exportação. Em 1997, em toneladas, o país importou 1,6 milhão e destinou ao exterior 2,4 milhões. As compras externas são destinadas às regiões mais remotas do Extremo Oriente, com o propósito de reduzir os custos de transporte a partir de suas áreas de produção.

No final de outubro, a Rússia reduziu o imposto de importação sobre produtos como carnes bovina e suína de 15% para 10%. A ajuda alimentar da UE foi avaliada em US$468 milhões. Decretada a moratória em outubro, os EUA cortaram os programas de crédito, embarcando mesmo assim 3,1 milhões de toneladas de grãos e carnes, metade como ajuda humanitária e o restante a título de empréstimo a 20 anos. Essas operações representam menos de 10% do montante total, de US$1,3 bilhão, que envolve os dois países.

EUA: comércio agropecuário

Item		*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*
Exportação	US$ bi	54,60	59,80	57,30	53,60	49,00
	T	169,70	158,40	147,30	142,00	146,70
Importação	US$ bi	29,90	32,60	35,80	37,00	38,00
Saldo	US$ bi	24,70	27,20	21,50	16,60	11,00

Fonte: Usda.

COM A CRISE RUSSA, ficou ainda mais complicado para a UE colocar seus excedentes no mercado, depois da vaca louca. Se a Rússia representa apenas 3,5% do comércio total da UE, nas exportações participa com 16% em volume e 11% no valor.

UE: o aumento indesejado dos estoques

Em 1998, a safra de grão da UE cresceu 1,9%, não obstante a redução de 1,6% nas áreas cultivadas. Houve uma compensação pelo aumento da produtividade. Os estoques de grãos também cresceram . Em conseqüência, os preços dos grãos despencaram abaixo do preço de intervenção, de 119,2 ECU (European Currency Unit - cesta de moedas do bloco), que varia normalmente entre US$135 e 140 a tonelada. Esse patamar garante aos agricultores o recebimento da diferença entre o preço fixado pela comunidade e o praticado pelo mercado.

Se porventura ocorrer um novo e esperado aumento nos estoques atuais, agravar-se-á ainda mais o quadro vigente. Os administradores da política agrícola da comunidade européia tentam reduzir ao máximo essa possibilidade. Para a safra 1998/99, aumentaram de 5% para 10% a quantidade de terras que os agricultores precisam deixar ociosas. Ao mesmo tempo elevaram as taxas de importação de grãos em cerca de 26%, com o objetivo de evitar que mais suprimentos entrem num mercado que já se encontra abarrotado de produtos.

A grande contribuição para a generosa safra da UE veio da França, cuja produção foi recorde e totalizou 68,2 milhões de toneladas. O maior número registrado pelo país foi em 1996, com 62,4 milhões de toneladas. Entre os 15 países do bloco, a agricultura francesa participa com o maior volume. Segundo a National Interprofessionnel Office des Céréales – Onic –, o tempo contribuiu de maneira favorável para o desenvolvimento das culturas. A área cultivada se expandiu 2,5% e a produtividade cresceu em 14% – 7,75 toneladas por hectare.

Segundo a Comissão Européia, foram gastos US$33,1 bilhões para subsidiar seus 8 milhões de agricultores entre 16 de outubro de 1997 e 31 de maio de 1998. O orçamento previa dispêndios de US$34,5 bilhões. O valor dos subsídios diminuiu 6,2% em 1998, quando comparado ao ano anterior. Mas para 1999 os gastos devem crescer em US$605 milhões. Segundo a OMC, para limitar as exportações de grãos sem subsídios da UE, os governos que integram a comunidade européia acabaram de costurar um acordo sob a égide da Agenda 2000.

Efetivamente, os preços das commodities vêm em queda ao longo dos últimos

anos na UE: 2,6% em 1996; 3,5% em 1997 e 4% em 1998. Para salvaguardar sua renda, o *lobby* rural afia suas garras. As autoridades da comunidade alertam para os estoques, que poderão chegar a patamares insuportáveis de custo. As projeções para o ano de 2006 mostram exatamente isso.

Os produtores de trigo e cevada tiveram suas restituições acrescidas, respectivamente, de 300% e 400% em 1998, quando comparados com o exercício anterior. São incrementos nada módicos. As exportações subsidiadas de trigo subiram 109,8%, de 168,5 mil para 353,5 mil toneladas. Os gastos com subsídios nessa cultura totalizaram US$3,5 bilhões entre 1994 e 1997. Cada triticultor recebeu em média US$215 por tonelada, quase 15% acima do mercado. Esse dilúvio de *benesses* fez com que os subsídios à produção crescessem duas vezes em relação à necessidade de 1992, quando começou a primeira reforma no PAC. Ou seja, voltou-se à situação anterior.

A oferta de açúcar também aumentou na UE. Depois da safra recorde de açúcar de beterraba em 1997, a produção recuou 8,2% em 1988, para 16 milhões de toneladas. Contudo, as importações de açúcar e melaço dos territórios que os países do bloco possuem no Caribe e na África aumentaram a disponibilidade. A saída encontrada foi subsidiar a exportação de 1,3 milhão de toneladas por ano, no total estimado de US$63,4 milhões.

PARA SALVAGUARDAR SUA renda, o *lobby* rural europeu afia as garras. As autoridades da comunidade alertam para os estoques, que poderão chegar a patamares insuportáveis de custo. As projeções para 2006 mostram exatamente isso.

As reservas de açúcar refinado cresceram para 2,5 milhões de toneladas, 400 mil a mais que no ano anterior. Cada produtor recebe um subsídio de US$596 por tonelada. Esse pagamento decorre da diferença entre os preços do produto na Europa e no mercado internacional. A renda dos produtores é mantida por preços mínimos sustentados oficialmente para cada tonelada produzida. A Índia, o segundo maior consumidor do produto, temendo *dumping* por parte dos fornecedores mundiais – os preços bateram uma baixa histórica de 11 anos – aumentou o seu imposto de importação.

Para os suinocultores, que elevaram a produção em 6%, a cotação do produto teve queda de 30%. Para resolver o problema, mais subsídios, com a UE bancando por tonelada estocada: US$638 em seis meses, US$578 em cinco meses e US$517 em quatro meses. Esses benefícios permitem que as commodities sejam exportadas a mercados onde os preços são mais baixos, sem que os exportadores tenham prejuízos.

Sabe-se que pelo acordo de Blair House de 1992, a UE concordou em não plantar mais de 4,934 milhões de hectares de oleaginosas. Não obstante, em 1997/98 foram plantados 551 mil hectares acima do permitido. Nada conseguiria estancar a volúpia dos produtores diante dos bons preços vigentes para a colza, o girassol e a soja. Agora vem a prova dos nove: será que esses produtores serão punidos com perdas nos pagamentos dos subsídios?

EM MAIO, UMA EDIÇÃO ESPECIAL SOBRE CITRICULTURA.

ASSINE AGROANALYSIS

Sim! desejo assinar AGROANALYSIS por um ano (12 edições).

Assinatura anual – opções de pagamento:
Assinatura pessoa física ☐ Assinatura pela empresa ☐
1 R$55,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)
1 R$55,00 (ficha de compensação bancária)
1 R$55,00 (cartão de crédito)

Nome: .....
Empresa: .....
Endereço: .....
CEP: ..... Cidade: ..... Estado: .....
Tel.: ..... Ramo de atividade: .....
Função na empresa: .....
Data: ..... / ..... / ..... Assinatura: .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido essa a opção escolhida)
Nome do cartão: ..... Nº do cartão: ..... Validade: ..... / ..... / .....

Visite nossa home page: http://www.fgv.br – E-mail: assine@fgv.br – Caixa postal: 62.591 – CEP: 22252-970; Endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 607, Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22253-900 Tels.: (021) 536-9197/9196 – Fax: (021) 536-9155

Ligue grátis 0800-21-7777

"O AGRONEGÓCIO DO MERCOSUL E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL"

37° Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural

A Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural confirma a condição do 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural como o maior evento científico da América Latina a tratar de questões relacionadas à economia do agronegócio.

O tema central "O Agronegócio do Mercosul e sua Inserção na Economia Mundial" é debatido este ano em Foz do Iguaçu, PR, no período de 1 a 5 de agosto de 1999, oferecendo uma oportunidade ímpar para o aprofundamento do debate das importantes e influentes atividades do complexo agroindustrial nas economias dos países do Mercosul.

A ampla e diversificada programação do Congresso dá conta dos mais variados aspectos da questão. Os painéis cobrem assuntos de conjuntura, cooperativismo, questão agrária, impacto das políticas setoriais, regulamentação da economia mundial, impactos sociais e econômicos da globalização, infra-estrutura e competitividade, financiamento e gerenciamento de risco no agronegócio.

Os grupos de pesquisa, em número de 36, constituem fórum privilegiado para a apresentação e discussão dos resultados de estudos recentes sobre o complexo agroindustrial, em seus aspectos econômicos e sociais.

1 a 5 de agosto de 1999
Foz do Iguaçu - PR
Brasil

Garanta já a sua participação no 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.

SOBER

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL
SRTN - Av. W/3 Norte - Quadra 702 - Ed. Brasília Rádio Center - salas 1049-1050
CEP 70770-900 - Brasília - DF - Brasil
Tel./Fax: (061) 328-3144 / Tel.: (061) 327-1579 - E-mail: sober@tba.com.br

Visite a nossa home page http://www.ufv.br/der/sober

BIOTECNOLOGIA

Nova fase

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Em fevereiro deste ano, o *Agricultural Outlook*, revista do Usda, publicou interessante trabalho a respeito da segunda fase dos desenvolvimentos da pesquisa biotecnológica em agricultura.

Até recentemente as pesquisas estavam voltadas principalmente a criar variedades mais resistentes e mais produtivas. As discussões acerca dos novos produtos giravam em torno de dois eixos: o produtor, que se de um lado tinha a seu dispor variedades mais produtivas, por outro poderia ficar muito dependente das empresas fornecedoras de sementes; e o consumidor, com acesso aos produtos transgênicos, mais baratos mas potencialmente prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Agora, a pesquisa biotecnológica se volta para a utilidade do produto agrícola: sementes com maior teor de óleo ou cereais com proporções diferentes de amido e glúten. As novas características deverão ter um impacto considerável sobre a comercialização: muitos produtos deixarão de ser commodities comercializadas em grandes volumes, com pequenas margens e usos múltiplos para se tornarem produtos destinados a nichos de mercado com uma formação de preços bem menos transparentes e uso bem mais específico.

A seguir a tradução do artigo.

SAFRAS COM MAIS VALOR

O próximo passo da biotecnologia

PETER A. RILEY E LINWOOD HOFFMAN

A próxima pesquisa da biotecnologia está em marcha: obter lavouras de qualidade valiosa para os usuários finais (quanto às qualidades do produto). O primeiro estágio da bioteconologia gerou lavouras com qualidades agronômicas melhoradas (qualidades do insumo) úteis aos agricultores, como resistência às pragas. Agora a pesquisa está imaginando um sistema em que os agricultores plantem lavouras projetadas para atender às necessidades dos usuários finais da indústria de alimentos, de rações e até da indústria farmacêutica. Romper com a tradicional orientação da produção voltada para a oferta não será muito fácil. Vários fatores econômicos e técnicos determinarão se esse segundo estágio será uma onda ou uma suave marola.

Os agricultores dos EUA já plantam em escala reduzida variedades de elevado valor, como soja de alta qualidade para a produção de alimentos e milho branco, obtidas a partir de métodos tradicionais. Essas commodities são classificadas, de modo geral, como safras especiais, de mercados bastante reduzidos e que podem ser facilmente abandonados se a produção oscilar.

A engenharia genética promete facilitar o desenvolvimento de lavouras de características de uso final ainda melho-

res do que os cruzamentos tradicionais. Em alguns casos esses traços atrairão segmentos mais amplos do mercado do que as variedades de alto valor até agora existentes, embora em outros casos seus mercados sejam mais restritos. Para ter sucesso porém os produtos têm que, primeiro, apresentar não apenas aspectos qualitativos mais valiosos mas também um desempenho agronômico aceitável. Segundo, e não menos importante, as lavouras devem provar seu maior valor para o produtor e para o usuário. Em muitos casos, a formação de preços e a comercialização serão bem diferentes dos existentes até hoje.

Os agricultores descobriram rapidamente o valor da primeira onda de lavouras biotecnológicas com proteção embutida contra insetos daninhos ou resistência a herbicidas selecionados. A área da soja, do algodão e do milho geneticamente modificados se expandiu significativamente desde sua introdução comercial em 1996. A adoção do próximo estágio de lavouras geneticamente modificadas deverá ser mais lenta, na medida em que o mercado se defrontar com problemas como o de como determinar o preço, distribuir o valor ao longo da cadeia de comercialização e ajustar as formas de comercialização e estocagem para se adaptar às características de uso final especializado. E a concorrência dos produtos já existentes não desaparecerá. Armadilhas que acompanharam a primeira geração de produtos geneticamente modificados, como a disputa comercial com a Europa sobre aprovação e rotulagem, afetarão também os produtos da próxima geração.

Alguns analistas da atividade acreditam que o desenvolvimento de mais características voltadas ao uso final fará com que os novos produtos deixem de ser comercializados como commodities. Em outras palavras, haverá um movimento para deixar de tratar grandes volumes de produto não diferenciado com padronização muito abrangente para se voltar a um sistema que possa atender necessidades mais especializadas dos compradores, até o ponto em que será preservada a identidade do produto, do produtor rural até o usuário. Os custos adicionais desse tratamento especializado terão que ser justificados pelo aumento do valor para os compradores desses novos produtos.

O que são as novas variedades?

Muitas novas características de alto valor estão sendo desenvolvidas para as principais lavouras, principalmente com o apoio da biotecnologia. Algumas já estão disponíveis, outras levarão ainda anos para chegar ao mercado. A seguir veremos algumas dessas novidades.

Em 1998 foram plantados cerca de 50 mil acres de soja oléica, um grão que permite a extração de óleo com menos gordura saturada do que a soja convencional. Como é mais estável, o óleo não exige hidrogenação para ser usado em frituras, o que reduz os custos de processamento. Mais ainda, a hidrogenação provoca o surgimento de ácidos transgraxos que certos estudos associam a níveis prejudiciais de colesterol. Além de suas qualidades mais saudáveis, o óleo de soja com alto teor oléico tem uma vida útil mais longa, o que é importante para a indústria de *fast-food*. A soja de alto teor oléico também serve de plataforma para o acréscimo de novas características, isto é, uma variedade pode possuir mais de uma característica incluída pelo uso da engenharia genética.

A adoção do próximo estágio de lavouras geneticamente modificadas deverá ser mais lenta, em função de problemas como determinar o preço, distribuir o valor ao longo da cadeia de comercialização e ajustar as formas de comercialização e estocagem.

Soja com maior conteúdo de proteínas e aminoácidos pode constituir-se em um melhoramento da alimentação animal. O farelo de soja é a principal fonte protéica da criação animal nos EUA. Maiores teores de lisina e metionina têm potencial para reduzir a proporção de farelos protéicos, mais dispendiosos, nas rações animais.

Atualmente estão sendo produzidos grãos de soja com melhor qualidade alimentar, embora a meta principal seja o melhoramento das características que afetam o óleo e o farelo, já que estes representam a maior parte do mercado da leguminosa. Por exemplo, grãos de soja com alto teor de sucrose, um sabor mais agradável e mais fáceis de digerir foram introduzidos recentemente e em 1998 já foram plantados cerca de 25 mil acres de tais variedades. Até há pouco tempo a proteína de soja ocupava um pequeno lugar na oferta de alimentos dos EUA, mas esses melhoramentos podem ajudar a expandir o consumo interno e oferecer um bom potencial exportador.

Novas variedades de canola, com qualidades oleaginosas superiores, já se encontram no mercado, embora tenham menos importância nos EUA do que no Canadá, onde a canola é uma lavoura importante. A canola de alto teor de ácido láurico é plantada nos EUA desde 1995, e em 1998 a área destinada a essas variedades já alcançava 80 mil acres. Produzem um óleo com cerca de 40% de ácido láurico. Esse ácido graxo é um dos principais ingredientes de sabões, detergentes, lubrificantes e cosméticos, e o óleo láurico contido nessa variedade de canola substitui os óleos de coco e de dendê produzidos no Sudeste da Ásia.

Esperam-se para os próximos anos variedades de canola com alto teor de estearatos. O óleo dessa variedade se torna sólido à temperatura ambiente, sem necessidade de hidrogenação, e seria usado em margarinas, gorduras processadas, biscoitos e outros produtos de confeitaria que não podem usar óleos líquidos. Seria uma alternativa mais saudável para o sebo, que é atualmente a principal fonte de ácido esteárico.

A semente de girassol com teor oléico médio, resultado de cruzamentos convencionais, tem um perfil modificado de ácidos graxos. Os EUA já plantam 100 mil acres da variedade e espera-se uma grande expansão da área na próxima primavera. A semente de girassol com teor oléico médio produz óleos com gorduras não saturadas e 60 a 75% de ácido oléico, enquanto os híbridos comuns apresentam uma proporção de 16 a 20%. Esse óleo tem potencial para substituir o óleo de caroço de algodão e os de soja parcialmente hidrogenados, destinados a frituras e saladas.

Como as novas variedades têm um rendimento agrícola comparável ao das variedades convencionais, espera-se que em breve venham a substituir as plantações de variedade de alto teor – de 77 a 89% – de ácido oléico e atualmente respondem por algo entre 10 e 15% da área de girassol dos EUA. O mercado para as variedades de acentuado teor oléico tem sido limitado a usos de alto

valor, como a substituição de manteiga de cacau em cosméticos, porque seu reduzido rendimento físico determina o pagamento de altos prêmios.

Para o arraçoamento bovino estão sendo pesquisadas novas variedades de milho com características nutricionais melhoradas. Dado que o cereal é usado principalmente como fonte de energia, o que se quer são variedades com maior valor energético. Mas algumas variedades também incluirão mais proteína e melhor equilíbrio de aminoácidos, o que reduziria a necessidade de suplementos alimentares. A pesquisa avança e algumas variedades já chegaram ao mercado.

Atualmente, a variedade de milho mais importante, do ponto de vista nutricional, é o milho com alto teor de óleo, desenvolvido por meio de cruzamentos convencionais. A variedade está disponível comercialmente há cerca de seis anos e a sua área plantada tem crescido significativamente a cada ano, alcançando 900 mil acres em 1998.

Embora seu teor de óleo registre variações, ele atinge o dobro dos 3,5 a 4% das variedades tradicionais. O maior conteúdo de óleo significa mais energia, o que aumenta a eficiência da ração e o fornecimento de níveis mais elevados de alguns aminoácidos importantes como a lisina e a metionina. Por outro lado, o maior teor de óleo reduz os níveis de poeira e aumenta o sabor. Embora a variedade não seja produto da engenharia genética, ela será provavelmente empregada como plataforma comum para o acréscimo de novas características ligadas ao insumo e ao produto por meio da biotecnologia.

No próximo ano chegará ao mercado uma variedade de milho com baixo teor de ácido fítico que proporcionará maior disponibilidade de fósforo. A variedade tem um apelo ambiental porque seu uso nas rações liberará menos fósforo nos resíduos de suínos e aves, reduzindo os problemas de poluição. E dada sua maior digestibilidade, promete ainda diminuir os custos do arraçoamento, permitindo ao animal maior absorção de fósforo a partir do milho, o que passa a eliminar a necessidade de suplementos fosfóricos.

Vários híbridos convencionais de milho já existentes apresentam características melhoradas do ponto de vista alimentar e industrial. Incluem-se aí uma variedade com endosperma duro, que atende aos usuários de farinha de milho para produtos alimentares e milho com conteúdo de amido alterado, como o milho mole amplamente usado pela indústria de moagem úmida. Espera-se que a pesquisa biotecnológica gere novas melhorias em características voltadas ao uso industrial e alimentar.

Parte substancial da área plantada com algodão já utiliza variedades modificadas pela biotecnologia em termos de resistência. Modificações voltadas para o uso final provavelmente ainda terão de esperar de três a quatro anos para chegar ao mercado. O algodão colorido, que reduzirá o uso de corantes químicos, já está disponível para alguns nichos de mercado. Outra área importante de pesquisa é a de melhoria de qualidade das fibras, como a obtenção de características semelhantes às da fibra de poliéster, para aumentar a resistência do tecido. Alguns pesquisadores esperam desenvolver fibras de algodão que não amassam e até sejam resistentes ao fogo. Melhorias na semente de algodão poderão tornar o óleo do caroço mais adequado ao uso em ração animal.

Em 1998 foram plantados cerca de 50 mil acres de soja oléica, um grão que permite a extração de óleo com menos gordura saturada do que a soja convencional. Como é mais estável, o óleo não exige hidrogenação para ser usado em frituras, o que reduz os custos de processamento.

O trigo está atrás de outras lavouras importantes no que se refere a melhorias, e mesmo as variedades do primeiro estágio, de características voltadas para os insumos, ainda não estão disponíveis comercialmente. O atraso reflete em parte fatores técnicos – é mais difícil fazer cruzamentos com trigo do que com milho. Contudo a razão fundamental é de ordem econômica. O mercado de sementes de trigo é relativamente pequeno; muitos agricultores usam o grão como semente em vez de comprá-la (ao contrário do que ocorre com o milho, caso em que praticamente toda semente é comprada), reduzindo os incentivos ao setor privado para investir na pesquisa de trigo. Mas nos últimos anos, o investimento nessa pesquisa tem aumentado substancialmente e o emprego de métodos de transformação genética confiáveis promete progressos nos próximos anos. Como no caso do milho ou da soja, o primeiro trigo biotecnológico, a ser lançado brevemente, oferecerá características de resistência, como a tolerância a herbicidas.

Características de qualidade do grão se concentrarão nos principais usos finais, como panificação e fabricação de massas. A pesquisa atual na área se concentra em modificar o conteúdo de glúten ou amido, e em numerosas outras características que poderiam melhorar a moagem, as propriedades da massa, a uniformização do tamanho dos grãos e a textura de pães e massas. O caso do trigo duro branco (ver *Agricultural Outlook*, agosto de 1998), variedade obtida por métodos convencionais, pode ser uma experiência ilustrativa da tendência de voltar ao desenvolvimento de variedades para as características de uso final.

Nutracêuticos – uma categoria de variedades desenvolvidas por métodos convencionais ou por engenharia genética para obter produtos medicinais ou suplementos alimentares – podem ser obtidos a partir de diversas plantas, dependendo do produto final que se deseje. Os pesquisadores afirmam que os nutracêuticos, também chamados de "alimentos funcionais", poderiam oferecer imunidade a alguma doença ou melhorar as qualidades nutricionais de alimentos tradicionais, por exemplo, um óleo de canola com um alto teor de beta-caroteno.

Os agricultores adotarão essas variedades?

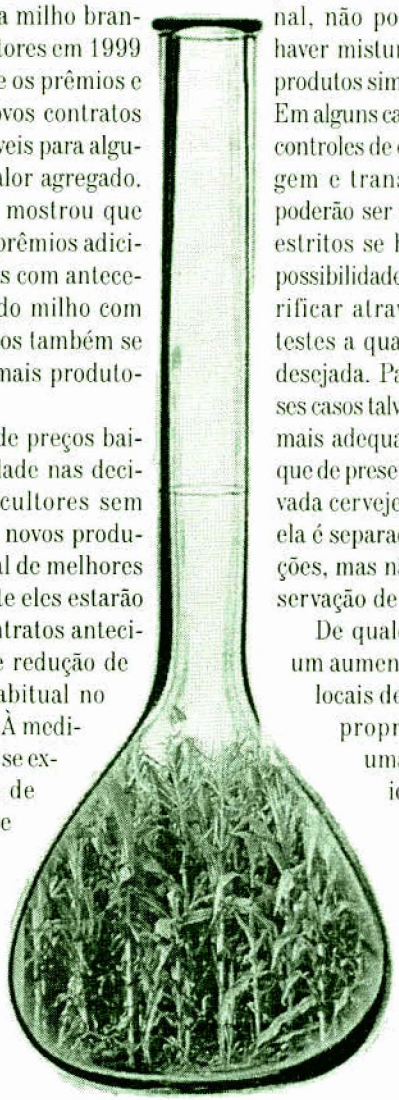
Os agricultores nos EUA adotaram rapidamente o primeiro estágio das lavouras biotecnológicas que aumentam a proteção das safras ou reduzem o custo dos insumos. O ritmo da adoção deverá ser muito mais lento para as novas lavouras de maior valor, apesar de suas excelentes perspectivas. Enquanto tanto características de insumo como de produto implicam maiores custos de sementes (as novas variedades muitas vezes embutem em seus preços uma remuneração para a tecnologia) e podem exigir algumas mudanças agronômicas, as novas lavouras de alto valor exigirão alterações e custos adicionais para levar a lavoura ao mercado.

Os agricultores que desejarem ofertar com sucesso as novas variedades terão que

limpar todo o equipamento da colheita para usá-lo nessas diferentes variedades, terão que ter instalações de estocagem separadas e alterar substancialmente a forma de comercialização. Essas exigências constituem um obstáculo pequeno se preços mais altos do produto proporcionarem retornos suficientes. Mas até que alguns produtos se firmem, pode ocorrer uma síndrome do ovo e da galinha: os compradores podem ser desestimulados por uma oferta irregular ou insuficiente e os agricultores podem se deparar com um mercado muito restrito para sustentar prêmios suficientemente grandes.

O *Illinois Market News*, boletim do Usda, iniciou recentemente uma pesquisa sobre grãos com valor agregado. Embora inicialmente o levantamento cubra as oportunidades de mercado para milho e soja especiais obtidos por métodos convencionais, ele ilustra os problemas que podem surgir com as variedades especiais. Por exemplo, o levantamento mostrou que o grande número de contratos para milho branco assinados pelos agricultores em 1999 reduziu substancialmente os prêmios e que oportunidades de novos contratos não estavam mais disponíveis para algumas variedades de alto valor agregado. O levantamento também mostrou que havia disponibilidade de prêmios adicionais para contratos feitos com antecedência, embora no caso do milho com alto teor de óleo os prêmios também se reduziam à medida que mais produtores fechavam contratos.

Dado o atual quadro de preços baixos e de grande flexibilidade nas decisões de plantio, os agricultores sem dúvida estão receptivos a novos produtos que ofereçam potencial de melhores preços. Mas provavelmente eles estarão mais interessados em contratos antecipados e outras formas de redução de risco do que tem sido habitual no mercado de commodities. À medida que as novas variedades se expandirem, novos canais de comercialização deverão se desenvolver. O interesse dos agricultores aumentará se melhorias tecnológicas puderem impedir os baixos rendimentos físicos que freqüentemente estão associados às atuais variedades especiais. Finalmente, a capacidade de empilhar genes (incluindo mais de uma característica especial em uma mesma variedade) por meio da engenharia genética significará que características desejáveis em termos de insumo serão oferecidas junto com outras que atendam as necessidades dos produtores.



Futuras mudanças no marketing e coordenação

O advento de novas lavouras com valor agregado, tanto de origem convencional quanto da engenharia genética, pode implicar maiores custos para preservar e repassar esse valor a usuários finais específicos. O sistema de manipulação mais exigente para preservação da identidade implica que a lavoura terá que ser totalmente isolada do campo do agricultor, passando pela colheita e estocagem na propriedade, até o silo e subseqüente transporte ao usuário final, não podendo haver mistura com produtos similares. Em alguns casos, os controles de estocagem e transporte poderão ser menos estritos se houver possibilidade de verificar através de testes a qualidade desejada. Para esses casos talvez seja mais adequado falar de segregação do que de preservação da identidade. A cevada cervejeira é tratada dessa forma; ela é separada da cevada usada em rações, mas não há necessidade de preservação de sua identidade.

De qualquer modo, poderá haver um aumento dos custos, exigindo-se locais de estocagem separados, na propriedade ou no silo. Para uma completa preservação da identidade (a exemplo das lavouras orgânicas), o manuseio separado pode requerer vagões, caminhões ou espaço em barcaças totalmente especializados, ou, pelo menos, uma completa limpeza dos meios de transporte antes e depois do uso. Em alguns casos, pode ser indicado o uso de contêineres intermodais, o que aumentará ainda mais os custos.

A capacidade de empilhar genes (incluindo mais de uma característica especial em uma mesma variedade) por meio da engenharia genética significará que características desejáveis em termos de insumo serão oferecidas junto com outras que atendam as necessidades dos produtores.

A comercialização também sentirá o impacto da mudança de um sistema tradicional, dominado pelo volume, para um outro que lida com quantidades menores de produtos especializados e maiores custos unitários. Em muitos casos, os agricultores poderão abrir mão da passagem do produto pelo silo local para vender diretamente ao comprador final. Alguns analistas avaliam que os silos marginais, que não têm volume para concorrer com empresas maiores, poderão melhorar sua situação dedicando-se a lidar com as novas variedades.

Surgem indicações de que as principais empresas de agribusiness, incluindo os grandes comercializadores de cereais e as maiores cooperativas, também se preparam para essas mudanças na comercialização. O relatório anual de 1998 da Archer Daniels Midland (ADM), por exemplo, uma das maiores empresas da área, discute extensamente o potencial de crescimento das variedades de grãos com características mais específicas. A empresa reconhece que o plantio, manuseio e transporte de produtos com manutenção de sua identidade passará a ocupar uma parte cada vez maior do comércio interno e externo. A Cargill, outro dos gigantes do agribusiness, iniciou um programa, por intermédio de sua divisão de sementes, para fornecer aos agricultores contêineres para produtos de alto valor agregado, de modo a facilitar seu acesso a mercados onde seja possível obter um prêmio pelo produto.

Quando os agricultores plantam variedades de uso final especializado, o sucesso exige coordenação entre fornecedores de tecnologia, agricultores e usuários finais. Torna-se necessário maior controle de todo o processo de produção e comercialização, desde a seleção da semente até a entrega da safra a seu destinatário final, e quanto maior o investimento, maior o incentivo a estabelecer especificações rígidas. Isso pode

implicar um sistema verticalmente integrado dominado por uma única empresa.

Embora o destaque das características de uso final signifique um aumento da integração, não é preciso que ela se dê sob a égide de um mesmo proprietário. Mesmo nesse estágio inicial, novas alianças, *joint-ventures*, parcerias e outros arranjos estão sendo formados para tirar partido das oportunidades que surgem ao longo da *cadeia de valor*. Os contratos antecipados podem tornar-se uma forma mais comum de reduzir o risco do produtor e assim oferecer ao agricultor um incentivo adicional para plantar uma lavoura com características específicas. Embora os contratos, especialmente os contratos de produção, tenham sido uma prática muito limitada para lavouras temporárias, eles são bastante comuns no caso de muitos hortigranjeiros e de cereais com características específicas.

De todas as lavouras com grande valor agregado, alguns dos nutracêuticos têm maior probabilidade de precisar ser cultivados sob um sistema rigidamente controlado do estabelecimento agrícola ao usuário, dado seu alto valor e a necessidade de precisão na produção. Poucas outras lavouras podem se encaixar nesse padrão, mas a maioria não deverá exigir controles tão rígidos. Nos casos em que não forem necessários, e assim os custos de produção e *marketing* forem baixos, será dispensável excessiva coordenação e o processo poderá manter-se bem semelhante ao atual sistema de mercado livre.

Formação de preços e mercado de commodities

Os preços das commodities agrícolas são formados pela oferta e demanda de mercado, com influências esporádicas das políticas do governo. No caso das lavouras de alto valor agregado, uma questão central será a maneira de determinar um preço à altura dos atributos de qualidade que definem o valor agregado para o comprador. Como os padrões existentes não se referem diretamente a muitas das preocupações dos usuários finais, e como deverá haver diversidade de novos usos finais a avaliar, uma tecnologia de aferição efetiva será crucial para verificar a presença da característica e quantificar a sua grandeza.

Atualmente, a maioria das lavouras especiais recebe preços acrescidos de um prêmio em relação ao preço futuro ou *spot*, de referência em uma localidade específica; e muitas das novas lavouras com características especiais poderão ter seu preço determinado da mesma forma. Contudo, encontrar um mecanismo de formação de preços para lavouras com características específicas é uma empreitada ainda incerta e deverá exigir tempo para ser desenvolvida. Os produtores precisam cobrir os custos de produção e comercialização; o comprador deve conseguir uma redução nos custos dos insumos e/ou um aumento nos ganhos antes que surja um mercado para produtos com características específicas.

A disposição do comprador para pagar aos participantes na cadeia de oferta dependerá de muitos fatores, incluindo preço e tamanho do mercado para o produto final, fontes alternativas da característica e seus preços, potencial de redução de custos para o processador e competitividade

No caso das lavouras de alto valor agregado, uma questão central será a maneira de determinar um preço à altura dos atributos de qualidade que definem o valor agregado para o comprador. Tecnologia de aferição efetiva deverá verificar a presença da característica e quantificar a sua grandeza.

global do mercado. Um elo com o mercado futuro é um meio útil de descobrir o preço. Se as lavouras com valor agregado forem suficientemente bem-sucedidas, os mercado futuros poderiam vir a convencer-se da necessidade de modificar as especificações do contrato.

Uma abordagem alternativa seria um sistema de preços administrado pela empresa compradora, que poderia vir a ser adotado em um sistema rigidamente controlado, como a integração vertical ou contratos de produção. Essa poderia vir a ser a situação mais comum para características de valor agregado muito alto e talvez para lavouras especiais sem substitutos.

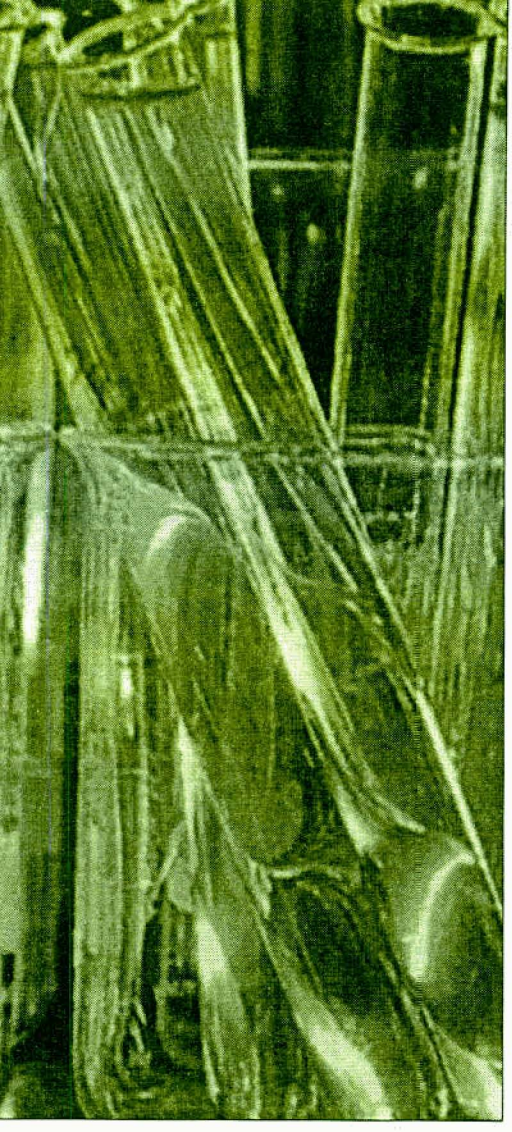
O caso do milho com alto teor de óleo: o que vem por aí

Embora o milho com alto teor de óleo



seja um produto muito promissor, alguns fatos relacionados com ele servem para ilustrar os problemas que poderão enfrentar outras lavouras com alto valor agregado. A área destinada ao plantio da nova variedade tem aumentado significativamente a cada ano, mas foi superada pela do milho Bt resistente a pragas que entrou no mercado posteriormente. Em 1998, o plantio do milho Bt, que incorpora, mediante o uso da engenharia genética, características da bactéria *Bacillus thuringiensis*, chegou a 16 milhões de acres ante os 900 mil acres do milho com alto teor de óleo.

Embora isoladamente a área de plantio seja um indicador enganoso da importância de uma lavoura, o milho com alto teor de óleo é um protótipo que pode oferecer lições valiosas para outras lavouras novas. Do lado da oferta, as sementes com alto teor de óleo são comercializadas por várias empresas e a Internet oferece oportunidades de fechamento de contratos. Os prê-



mios pagos sobre o preço estão diminuindo depois de ter chegado aos 30 centavos de dólar por *bushel*, dependendo do teor de óleo do milho entregue (testado no silo) e do momento da entrega do produto.

Uma *joint venture* de fornecedores de tecnologia e comerciantes de cereais formou uma ampla rede de silos que recebem o produto; os produtores rurais podem assinar contratos de venda especificando o momento da entrega, para evitar a saturação do período de colheita e regularizar o fluxo de produto. Uma grande empresa transportadora está tentando criar uma cadeia de oferta. Do lado da utilização, a demanda de milho com alto teor de óleo se concentra em dois segmentos: os mercados exportadores, sobretudo para países tropicais onde, em geral, o preço das gorduras é alto, e os fornecedores de rações. Ao usar o milho com alto teor de óleo, o criador economiza o dinheiro gasto em comprar e adicionar gorduras à ração. Contudo, a próxima etapa de formação do mercado será mais difícil, porque exigirá maior coordenação entre produtores e usuários finais. A maior parcela do mercado potencial é a que cabe às grandes operações integradas de aves e bovinos, que requerem grandes quantidades do produto que o mercado ainda não pode fornecer. Outro problema crítico é a concorrência, do lado da energia, da grande oferta de gorduras residuais geradas por várias indústrias, como a de *fast-food*, e por aminoácidos sintéticos, como a lisina.

Contudo, o desenvolvimento de um sistema de comercialização tal como o existente hoje é uma realização substancial. Se o alto teor de óleo for somado a outras características, estará bem posicionado quanto ao crescimento futuro. A Continental Grain consegue exportar milho com alto teor de óleo, um negócio que deverá ser um ativo importante na perspectiva da aquisição da Continental pela Cargill.

Devido a seus baixos custos, as lavouras tradicionais continuarão a atrair um amplo segmento do mercado, embora novas variedades venham a se beneficiar de economias de escala e de custos declinantes à medida que seus mercados crescerem.

Muitas questões ainda estão longe de ser solucionadas

Apesar do potencial técnico de desenvolvimento de uma miríade de novas características qualitativas, o mercado ainda não está preparado para sustentar lavouras de butique, especializadas em usos determinados, e o tradicional sistema de commodities não deverá desaparecer. O empilhamento de características poderá expandir as perspectivas de sobrevivência, mas em última análise os benefícios das lavouras melhoradas deverão exceder seus custos adicionais.

O mercado determinará a viabilidade econômica dessas novas lavouras, tanto para uso interno quanto para exportação. Algumas variedades não sobrevirão ao teste do mercado. Algumas das novas lavouras permanecerão em um âmbito restrito devido, apenas, a suas limitações agronômicas, como ocorre com o girassol e a canola, que só podem ser lucrativas se plantadas em determinadas regiões.

A concorrência dos produtos existentes será intensa no caso de certos usos finais. Por exemplo, novas variedades de milho e de soja oferecerão maior conteúdo de aminoácidos para rações animais, mas nos últimos meses dois dos principais fabricantes de lisina dos EUA anunciaram planos de expansão da produção, o que deverá provocar intensa competição de preços. Devido a seus baixos custos, as lavouras tradicionais continuarão a atrair um amplo segmento do mercado, embora novas variedades venham a se beneficiar de economias de escala e de custos declinantes à medida que seus mercados crescerem.

Muitas incertezas acompanham os novos arranjos institucionais que se formam para cuidar dos preços e da comercialização, bem como para partilhar o valor e assumir os riscos. Muitos agricultores se preocupam com a produção e os mercados rigidamente controlados que poderiam reduzir sua independência. As empresas de tecnologia fizeram pesados investimentos que tentarão recuperar mediante arranjos de comercialização favoráveis, mas será necessário partilhar com os produtores rurais o valor agregado para incentivar a adoção da nova tecnologia.

Finalmente, sérias questões de política pública poderão surgir com a difusão das lavouras melhoradas. Por exemplo, os serviços de informação de mercado se expandirão para dar conta das novas lavouras? A classificação efetuada pelo governo será alterada? E qual será o papel do setor público se surgirem disputas a respeito de fatores não classificáveis ou da verificação de resultados e equipamentos para testes?

O ritmo da difusão das novas lavouras com valor agregado deverá acelerar-se nos próximos anos se os consumidores aceitarem os produtos biotecnológicos. Embora as tentativas anteriores de criar variedades com um foco mais orientado ao consumidor e ao uso final tenham tido sucesso limitado, há indicações de que com esse novo esforço pode ser diferente, dada a qualidade significativamente maior das novas melhorias possibilitadas pela engenharia genética.

E-mail:mjcyhlar@fgv.br

PROÁLCOOL

Futuro a álcool

O Brasil não pode esperar a próxima crise energética para aproveitar os benefícios do álcool etanol

ANDRÉ MAIA GOMES LAGES

O Proálcool foi um sucesso: 96% dos carros novos em 1985 eram movidos a álcool. Em 1995, esse percentual baixou para 3% e a situação só tem piorado. Reportagem recente indicava que o percentual anual de produção não chega a representar nem 1% do total de carros produzidos no país.

Desde a primeira metade do século vinha se desenhando no Brasil uma série de avanços tecnológicos para o uso do álcool como combustível. Em 1975, relevantes esforços realizados pelo Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e o apoio fundamental do governo a partir da década de 70, em meio à crise do petróleo, propiciaram o surgimento do Proálcool. Foi uma das principais respostas brasileiras à crise energética mundial, marcada pelos choques de preço do petróleo de 1973 e 1979, quando a produção voltada para o mercado consumidor do Ocidente estava concentrada no Oriente Médio e institucionalmente controlada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Ao menos em termos de venda ao consumidor o Proálcool foi um sucesso, considerando que 96% dos automóveis novos vendidos no país em 1985 eram movidos a álcool. Em 1995, esse percentual baixou para 3%, segundo o Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira de 1996. A situação só tem piorado. Reportagem recente indicava que o percentual anual de produção não chega a representar nem 1% do total de carros produzidos no país.

Estamos no caminho certo? Provavelmente não.

Proálcool: o que restou

No início dos anos 90, uma profunda crise de abastecimento de álcool provocava perda quase total de credibilidade do Proálcool perante o consumidor.

Esse programa foi visto desde o início como uma produção de empresários politicamente conservadores, sobretudo no Nordeste, onde os usineiros apoiavam candidatos contrários aos partidos de esquerda, receosos de que a questão agrária se radicalizasse; alguns deles eram acusados de não honrar seus débitos para com os bancos públicos.

Além disso, era desconfortável para a Petrobrás ter de dar suporte à produção de um concorrente de seus produtos, como a gasolina e o óleo diesel. Mais sério ainda seria a atividade sucroquímica se expandir e concorrer com a petroquímica, passando o álcool a concorrer também com a nafta, derivada do petróleo. Por outro lado, diversos estudos pretendiam demonstrar que o custo de produção do álcool era mais alto que o da gasolina.

Hoje, o que resta do Proálcool é a manutenção de um percentual de álcool anidro, em torno de 25%, misturado à gasolina vendida em quase todos os estados do Brasil.

O álcool nos EUA

Enquanto isso, os países mais desenvolvidos correm atrás do domínio de uma tecnologia para o uso do etanol como combustível. A busca de solução no milho ou na celulose como fontes energéticas é colocada como estratégica nos EUA, em face da necessidade de o país se tornar independente da instabilidade dos países do Oriente Médio e também de reduzir o seu déficit comercial. De acordo com Lugar e Woolsey: "Os Estados Unidos não podem se dar o luxo de esperar a próxima crise energética para mobilizar seus recursos intelectuais e industriais." E o Brasil, pode?

Gravíssimos problemas podem atingir a economia mundial no próximo milênio. Espera-se redução das reservas petrolíferas e é ainda acentuada a concentração da produção nos países do Oriente Médio – um fator de instabilidade quase sempre responsável por choques de preços de relevantes conseqüências macroeconômicas. Se o etanol se tornar mais competitivo, graças a biocatalisadores geneticamente modificados e novas tecnologias de processamento, haverá uma mudança no mapa da segurança mundial. Seria impossível, por exemplo, a formação de um cartel que controlasse produção, manufatura e comercialização de etanol combustível. A importação americana de petróleo representa quase 40% do déficit comercial dos EUA.

Álcool, recurso verde

Outro aspecto significativo é que a solução verde diminuiria a emissão de gases geradores do efeito estufa. O acúmulo de gás carbônico na atmosfera – em grande parte expelido por veículos a gasolina – responde por esse grave problema. Também melhoraria a qualidade de vida em grandes centros urbanos como São Paulo. Se El Niño causa seca no Nordeste e enchentes no Sul do país, isso acontece por influência de fatores como o uso desenfreado dos combustíveis fósseis.

As forças do mercado dificilmente refletem riscos à segurança nacional, no que se refere às questões ambientais ou outras preocupações sociais. O setor privado americano não tem condições de financiar pesquisas de longo prazo, apesar do seu elevado potencial para gerar inovações dramáticas. O governo americano precisa se engajar diretamente nas pesquisas tecnológicas voltadas para o etanol, estimulando, conse-

qüentemente, o interesse do setor privado. Lugar, senador republicano, e Woolsey se referem até a busca de apoio fiscal e citam o Brasil como um país que consegue mover uma imensa frota de carros unicamente com o etanol.

Recentemente fui procurado por uma jovem sueca que queria desenvolver sua dissertação de mestrado sobre a energia de biomassa usando o Proálcool como exemplo. Sentia-se estimulada pelo interesse de algumas indústrias do seu país – do porte de uma Volvo ou uma Scania – sobre o assunto. Surpreendeu-se com o que resta do Proálcool no Brasil.

Reavaliar é preciso

O setor sucroalcooleiro sofreu um processo de concentração industrial e as firmas mais competitivas permaneceram no mercado. Hoje a mentalidade empresarial mudou para melhor nesse setor. É necessário que seja reavaliado o papel totalmente secundário do álcool na matriz energética e que não se deixe perder e absorver todo o avanço tecnológico, diante de imensas oportunidades de investimento, com grande potencial gerador de renda e emprego, desprezando questiúnculas político-partidárias intervenientes. Essa avaliação deve ser realizada tendo em vista os benefícios econômicos e sociais do álcool para o país, muito mais importantes que sua característica de concorrente da gasolina refinada pela Petrobrás. De outro modo, essa análise sofreria distorções graves.

Do ponto de vista estratégico e econômico de médio prazo, o Brasil não pode perder a posição de vanguarda que assumiu no setor energético. É necessário dimensionar as vantagens sociais e econômicas do álcool e aprofundar o conhecimento das vantagens que ele trouxe e ainda pode trazer.

Que se adeqüe o arranjo institucional existente em torno do setor sucroalcooleiro, se necessário. Do ponto de vista estratégico e provavelmente econômico a médio prazo, o Brasil não pode perder a posição de vanguarda que assumiu nesse setor. Afinal, o novo petróleo americano é um velho conhecido nosso. E nesse caso as razões apresentadas pelos citados autores ainda são pequenas diante do potencial que realmente existe.

É necessário dimensionar as vantagens sociais e econômicas do álcool, assim como aprofundar o conhecimento das vantagens que esse combustível trouxe e ainda pode trazer, analisada sua importância para a indústria petroquímica nacional e alguns outros setores fundamentais, assim como em termos de economia de divisas. E nesse quadro, definir um papel efetivo para o governo.

André Maia Gomes Lages é professor da Ufal e doutorando em economia do IE/UFRJ.
Texto originado do artigo de Lugar, Richard G. & Woolsey, James R. Foreign Affairs, traduzido como O novo petróleo. Gazeta Mercantil, *8 jan. 1999. Foram utilizados conceitos de: Cley, Scholz. Programa do álcool enfrenta a sua pior crise.* O Estado de S. Paulo, *set. 1998. Vidal, J. Batista. A reconquista do Brasil. 1997.*

Extra!

CADEIA DE LEITE

Parceiros na pesquisa

É preciso envolver iniciativa privada e setor público nos projetos de desenvolvimento da cadeia do leite

Geraldo M. Calegar, Jarli Moreira de Faria e Julio Alves da Silva

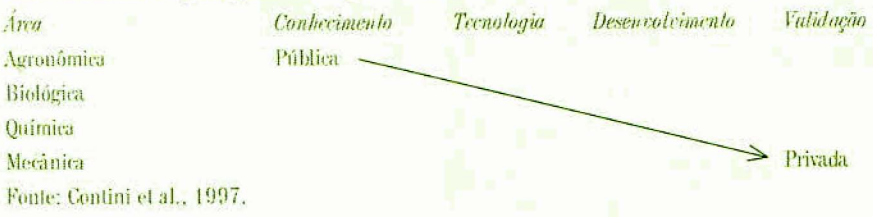
Os investimentos em P&D têm sido tradicionalmente realizados por instituições governamentais. A principal justificativa para a atuação do Estado nas ações de P&D está na característica de bem público dos resultados da pesquisa. Um bem caracteriza-se basicamente por não apresentar competição no consumo – o uso do bem por um consumidor não reduz a quantidade disponível para outro consumidor – e não-excludência, ou seja, ninguém pode ser impedido de consumir o bem, uma vez que ele se torne disponível. Adicionalmente, quanto maior o grau de incerteza do retorno dos investimentos em P&D e maior as perspectivas de geração de benefícios sociais, mais se justifica o envolvimento do setor público nessas atividades.

Por outro lado, a iniciativa privada tem tido um papel importante em ações de P&D que envolvam baixo risco e expectativas de alto retorno econômico. No caso do setor agrícola, essas ações estão relacionadas a melhoramento genético para obtenção de sementes, pesquisa com fertilizantes, desenvolvimento de máquinas e equipamentos e, mais recentemente, no campo da biotecnologia e da agricultura de precisão (gráfico 1).

Neste contexto, as cadeias produtivas de maior interesse da iniciativa privada têm sido as mais dinâmicas, incluindo os produtos tradicionais de exportação e aqueles que envolvem maior valor agregado e grande mercado interno, como os produtos tradicionais de consumo doméstico.

Uma caracterização do grau de interesse de diferentes agentes financiadores por diferentes programas de ação de P&D é apresentada na tabela 1. Assim, não obstante o espaço que existe para investimentos em P&D pelo setor privado *per se* e/ou em parcerias com instituições públicas, predominam os investimentos públicos em praticamente todas as li-

Intensidade das ações públicas x privadas de P&D



Fonte: Contini et al., 1997.

1. Potenciais financiadores de projetos de pesquisa por programa

Programas	*Governo*	*Agência de desenvolvimento*	*Setor privado*	*Privado e público*
Recursos naturais	xxx[1]	xx		x
Recursos genéticos	xxx	x		
Biotecnologia	xx		x	xx
Grãos	xx		xx	xxx
Frutas e hortaliças	xx	x	xx	xxx
Produção animal	x	x	xx	xx
Produção florestal	xx	x	xx	x
Agricultura familiar	xxx	x		x
Pós-colheita/agroindústria	x		xxx	xxx
Qualidade ambiental	xxx	x		x
Automação agropecuária	x		xxx	xx
Desenvolvimento rural e regional	x	xx		
Informação em P&D	xx	x		x

Fonte: Contini et al., 1997.
[1]xxx = ação forte; xx = ação média; x = ação fraca; e branco = nenhuma ação.

A1. Indicadores da pecuária de leite do Brasil e de países desenvolvidos, 1996

Indicadores	*Brasil*	*Argentina*	*EUA*	*União Européia*	*Austrália*
Produção de leite (milhões l/ano)	19.021	8.760	70.300	120.500	9.400
Vacas de leite (mil)	19.000	2.400	9.300	21.600	1.900
Produtividade (l/vaca/ano)	950	3.650	7.559	5.579	4.947
Produtores (mil)	1.300	22	105	825	14
Produção/estabelecimento (l/dia)	43	1.091	1.834	400	1.814
Custo produção (cents US$/litro)	16-28	13-18	14-34	27-38	12-20

Fonte: Modificada de Jank & Galan, 1997.

A2. Número de vacas, produção e produtividade em países selecionados

Países	*Nº de vacas (mil cabeças)*			*Produção (mil toneladas)*			*Produtividade (kg/vaca)*		
	1986	*1991*	*1995*	*1986*	*1991*	*1995*	*1986*	*1991*	*1995*
Canadá	1.547	1.328	1.276	7.545	7.790	7.290	4.877	5.866	5.713
EUA	10.813	9.826	9.461	63.732	66.994	70.599	5.894	6.818	7.462
Argentina	2.450	2.000	2.350	5.792	6.400	8.300	2.364	3.200	3.532
Brasil	14.900	17.600	17.600	10.847	14.200	17.400	728	807	989

Fonte: FAO. *Production Yearbook*, 1996.

nhas de pesquisa. Mas a experiência americana mostra que desde a década de 50 são cobradas taxas do setor privado sobre diversos produtos para financiar ações de P&D. No caso do leite, em 1984 essa arrecadação atingia US$219 milhões.

Em termos tecnológicos, a pecuária leiteira brasileira apresenta-se bastante atrasada, com baixos índices de produtividade e de produção por estabelecimento (tabela A.1), embora com grande potencial produtivo e de redução de custo de produção. Nos Estados Unidos e na Argentina – em grande parte devido aos investimentos em P&D nessa cadeia produtiva – a produtividade do rebanho (kg/vaca/ano) no período 1986-95 aumentou muito, se comparada com o fraco desempenho da pecuária leiteira brasileira (tabela 2 e gráfico 1 do box).

Apresentamos algumas experiências internacionais e nacionais de mobilização de recursos para investimentos em ações de P&D no setor agropecuário, com ênfase no agronegócio do leite.

Experiência internacional

O volume de investimentos em P&D como percentagem do PIB agrícola nos países desenvolvidos é uma das principais explicações para os ganhos de produtividade da agricultura daqueles países. Enquanto o Brasil em 1996 investiu 1,12% do seu PIB agrícola em P&D – US$900 milhões em 1992 –, os Estados Unidos já investiam 3,4% do seu PIB agrícola, US$6,3 bilhões. Ademais, os Estados Unidos têm utilizado com sucesso a arrecadação tributária por produto para financiar atividades de P&D (tabela 2). O leite é o produto do qual mais se arrecada: US$220 milhões/ano, seguido do setor carnes: US$80 milhões/ano.

Com relação a fontes de financiamento das universidade americanas, o governo participa com mais de 67% dos recursos públicos investidos em P&D, enquanto a indústria contribui com aproximadamente 6,8% (tabela 3 do box). Assim, em 1994, segundo a Fundação Nacional de Ciências dos Estados Unidos, a indústria contribuiu com US$1,43 bilhão, de um total de US$21,08 bilhões dos gastos em P&D das universidades selecionadas.

Na América Latina os governos participam com a maior parte dos gastos em P&D; no Brasil, o setor público participa com 92% (tabela 4 do box). Tradicionalmente, o setor público tem apoiado a geração e/ou adaptação de tecnologia para a agropecuária mediante: a) manutenção de empresas ou institutos de pesquisa agropecuária; b) transferência de recursos para universidades públicas e privadas sob a forma de bolsas de estudos para estudantes de pós-graduação e financiamento de projetos de pesquisas; e c) co-financiamento de projetos de pesquisas de instituições privadas de pesquisa. Nos últimos 20 anos, o volume de recursos públicos alocados para ações de P&D no setor agrícola de vários países do continente americano tende a declinar, mas os aportes do governo brasileiro têm sido crescentes para

a pesquisa agropecuária.

Geralmente, os países da América Latina e do Caribe investem somente 0,5% do PIB agrícola em pesquisa, enquanto os países industrializados investem de 2% a 4%. Os principais fatores responsáveis pela diminuição dos gastos em P&D nos países da América Latina incluem: a) cortes de gastos públicos para reduzir o déficit fiscal; b) limitada percepção da importância do setor agrícola no processo de desenvolvimento econômico; c) declínio secular dos termos de troca do setor agrícola; d) comunicação deficiente entre os gerentes das instituições de P&D e os toma-dores de decisão política sobre o potencial de retorno dos investimentos em P&D; e) falta de percepção da natureza de bem público dos resultados dos investimentos em P&D para o setor agrícola; e f) organização deficiente das instituições de P&D voltadas para o setor agropecuário.

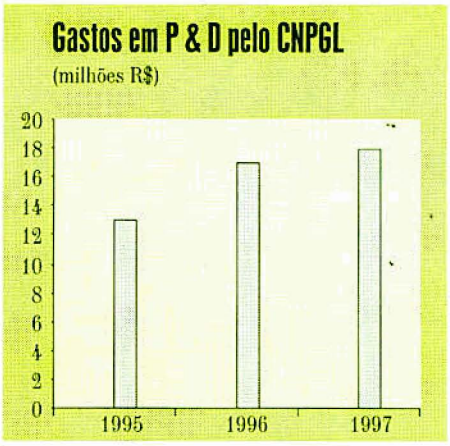
Experiência nacional

No caso específico da cadeia produtiva do leite no Brasil, as ações de P&D e de assistência técnica, até final dos anos 80, foram quase exclusivamente de iniciativa do setor público. A partir do início da década de 90, com a abertura da economia e a liberação do mercado de produtos lácteos e o fim do tabelamento em 1991, as empresas privadas que atuam na cadeia do agronegócio do leite passaram a investir em assistência técnica e a buscar parceria com as instituições públicas para desenvolver ações de P&D e de assistência técnica que permitissem aumentar a eficiência do setor. Os investimentos estrangeiros na cadeia produtiva do setor leiteiro tiveram também um grande impulso, provocando até concentração industrial no setor.

Não obstante um grande avanço no segmento industrial do leite, o segmento da produção conservou as práticas tradicionais de baixa produtividade. Por isso os departamentos de assistência técnica e de P&D das grandes empresas processadoras de leite – Nestlé, Parmalat, Fleischmann & Royal, Itambé, Cooperativa Paulista, Batavo etc. – se esforçaram para aumentar a produtividade do rebanho leiteiro nacional. As áreas de maior interesse têm sido alimentação e sanidade do rebanho leiteiro, transporte e qualidade do leite.

No período 1995-97, a Nestlé gastou US$52,5 milhões visando produtores individuais e grupos. As ações individuais incluíram acompanhamento intensivo de fazendas com visitas mensais, enquanto as ações grupais incluíram dias de campo, unidades demonstrativas e excursões técnicas. Todas essas ações foram orientadas para: a) melhoria da alimentação no período da seca; b) melhoramento do rebanho, mediante inseminação artificial e introdução de aproximadamente 2 mil reprodutores melhora-





2. Taxas cobradas para P & D nos Estados Unidos

Produtos	*Início**	*Taxa*	*US$ milhões***
Carne	1986	$ 1 por cabeça	79,9
Algodão	1966-67	$ 1 por fardo + até 1% do valor fardo	43
Leite	1984	15 c/quintal americano de leite (45,35kg)	219,59
Ovos	1976	5 c/30 dz engradados	7,64
Mel	1987	1 c/lb	2,89
Pêlo***	1966	*Pro-rata* deduções dos incentivos	0,7
Suínos	1986	0,35 de 1% do valor do mercado	29,9
Batatas	1972	1% do preço médio de 10 anos	6,39
Soja	1991	1/2 de 1% do valor líquido do mercado	50
Melancia	1990	Não mais do que 2 c/100 prod./ vendedores	0,89
Lã	1955	*Pro-rata* deduções dos incentivos	6,2

Fonte: Contini et al., 1997.

*Ano de início. **Valor anual. ***Pêlo de cabra (angorá).

A3. Fontes de financiamento de universidades americanas, 1994

Universidades	*Investimentos em C & T (US$ milhões)*					*%*
	Governo	*Indústria*	*Instituições*	*Outros*	*Total*	*Ind. total*
Johns Hopkins Univ.	712	10	28	34	784	1,3
Univ. of Michigan	271	27	97	36	431	6,2
Univ. Wisconsin Madison	286	14	52	41	393	3,5
MIT	272	56	9	27	364	15,3
Texas A & M Univ.	216	29	101	10	356	8,0
Univ. of Washington	288	33	16	7	344	9,7
UCa San Diego	268	10	23	31	332	3,0
Stanford University	269	15	12	23	319	4,6
Univ. of Minnesotta	227	24	47	20	318	7,5
Cornell University	202		66	28	313	5,5
UCa Berkeley	191	13	68	18	290	4,3
Harvard University	190	10	16	63	279	3,4
Columbia University	205	2	6	23	236	0,7
Caltech	113	5	8	2	128	3,9
Univ. of New Mexico	55	4	20	11	90	4,5
Total USA	14.228	1.430	3.838	1.591	21.081	6,8

Fonte: Contini et al., 1997.

A4. Despesas com pesquisa agrícola por tipo de instituição, 1995

(% do total)

Países	*Institutos de pesquisa*	*Universidades*	*Setor privado*
EUA	15	31	54
Reino Unido	37	5	57
Brasil	63	29	6
México	50	17	33
Argentina	89	5	6
Chile	75	20	5
Colômbia	61	2	37
Equador	52	5	33
Índia	43	33	24
Filipinas	46	18	36

O setor privado inclui companhias destinadas à geração de lucro, associações de produtores e grupos não-orientados ao lucro.

Fonte: Pray and Umali-Deninger, citado por Fuglie et al., 1998.

dos por ano; c) profilaxia e higiene do rebanho; e d) introdução de equipamentos e insumos diversos (silos, cercas, tanques de resfriamento etc.). A Nestlé tem atualmente 230 técnicos, incluindo veterinários, agrônomos e técnicos agrícolas.

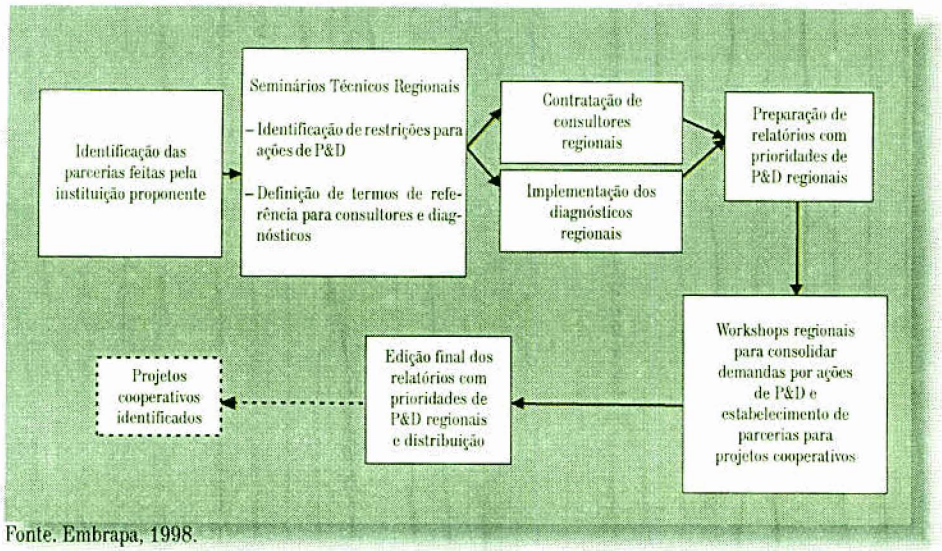
Desde 1976, a Embrapa, através do Centro Nacional de Pesquisas de Gado de Leite (CNPGL) e outras unidades descentralizadas nas diferentes regiões do país, incluindo as empresas do sistema estadual de pesquisa, tem realizado importantes investimentos em P&D nos segmentos produtivo e industrial da cadeia produtiva do setor. No período 1995-97, o CNPGL gastou R$48 milhões em P&D de gado de leite (gráfico 2).

Atualmente, existem duas propostas do

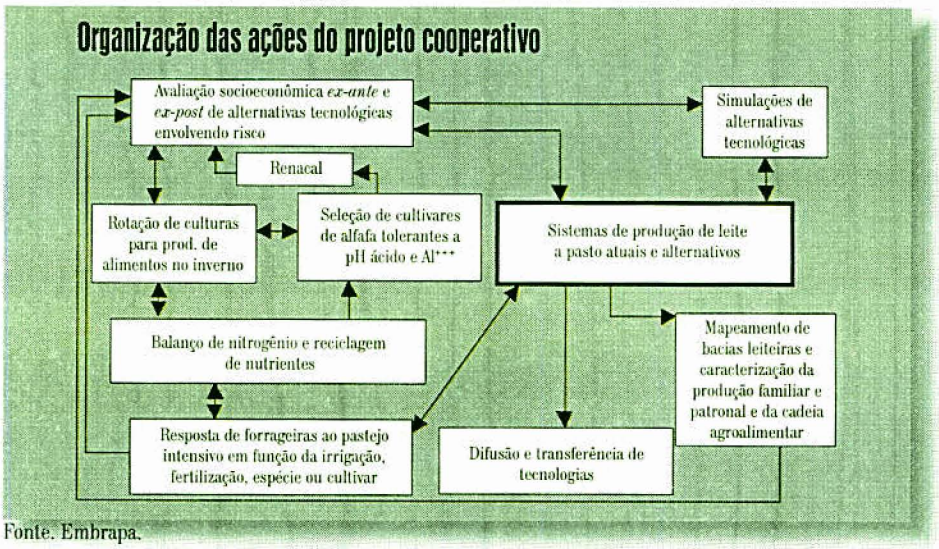
3. Potenciais parceiros para projetos cooperativos

Regiões	*Laticínios/Cooperativas*	*Unidades descent. Embrapa*	*Emp. estaduais de pesquisa e extensão*	*Univ. estaduais e federais*	*Outras instituições*
Sudeste	Paulista	CPPSE	Epamig	Esalq/USP	Senar
	Itambé	CNPGL	Emater – MG	Ufla	Sebrae
	CCPL		IZ – SP	UFV	Faemg
	Danone		Cati – SP	UFRRJ	Faesp
	Nestlé		Emater – RJ	Unesp	Monsanto
	Parmalat		Pesagro – RJ	UFMG	Matsuda
	Fleischmann Royal (Glória)		Emcapa		
	Grupo Vigor		Emater – ES		
	Coonai				
	Cemil				
	Mococa				
Sul	Elegê	CPP-SUL	Iapar	UFPR	Faep
	Parmalat/Batavo (Batavia)	CPACT	Empasc	UFRGS	Pioneer
	Coop. Witmarsum		Fundação ABC	U. E. de Maringá	Senar
	CCGL		Emater – RS	U. E. de Londrina	Sebrae
	CC Agrop. Norte Paraná			UFSC	APCBRH
	Coop. Agrop. Londrina			UFPE	
	Coop. Santa Clara			UFSM	
	Ind. Com. de Lat. Chapecó				
Centro-Oeste	Coop. Mista Morrinhos	CPAO	Emater – GO	UFG	Faeg
	Lat. Morrinhos	CNPGC	Empaer – MS	UCG	Matsuda
	Coop. Agrop. Mato Grosso	CPAC	Empaer – MT	ESCARV	Sebrae
	Parmalat	CNPAF		FCA Itumbiara	Monsanto
	Itambé			EAF de Urutaí	Sindleite
				EAF de Ceres	OCG
Nordeste	Leite Glória do Nordeste Ltda.	CPATSA	Emater – PE	UFBA	Petrobrás
	Yolat Ind. Com. Lat. Parmalat	CNPAT	E. B. D. Agrícola	UFRPE	Senar
	CMA Sul da Bahia Resp Ltda[1]	CPAMN	IPA	UNEB	Sebrae
	Nestlé	CPATC	Emparne	FAMSF	BNB
	Ilpisa		Emepa	EAF–Petrolina	
	Cograp		Emapa	UFCE	

Fonte: Identificados pelos autores.



Fonte. Embrapa, 1998.



Fonte. Embrapa.

A5. Gastos públicos em P & D na pecuária de leite

CNPGL-Embrapa (R$)

Despesas	*1995*	*1996*	*1997*
Investimentos	936.836	859.540	1.462.500
Pessoal	10.096.304	13.694.494	13.943.933
Custeios	1.987.401	2.405.918	2.525.993
Total	13.020.541	16.959.953	17.932.425

Fonte: Embrapa, 1998.

Centro que mostram a importância de parcerias com a iniciativa privada para adaptação de tecnologias para o setor leiteiro nacional. Estão sendo avaliadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), consubstanciadas em dois projetos: um com duração prevista de seis meses, orçado em R$342 mil, sendo 69% dos recursos do PADCT III e o restante dos recursos oriundos das instituições parceiras, enquadrado na modalidade plataforma do PADCT III, cujo título define seus objetivos: "Identificação de restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento do setor leiteiro nacional". Esse projeto tem como principal objetivo priorizar as necessidades de ações de P&D, identificando potenciais parceiros para implementação das propostas de projetos cooperativos dele resultantes, conforme está indicado no gráfico 3, que especifica a seqüência das atividades a serem desenvolvidas no processo de execução do projeto.

O outro projeto, "Alternativas tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e competitivo da produção de leite na região Centro-Oeste do Brasil", foi enquadrado na modalidade Cooperativo do mesmo Programa do MCT, com duração de dois anos, orçado em R$1.225.795,72, sendo 63,5% destes recursos a serem aportados pelo PADCT III e o restante dos recursos oriundo das instituições parceiras. Esse projeto tem por objetivo adaptar tecnologias para a pecuária de leite da região Centro-Oeste.

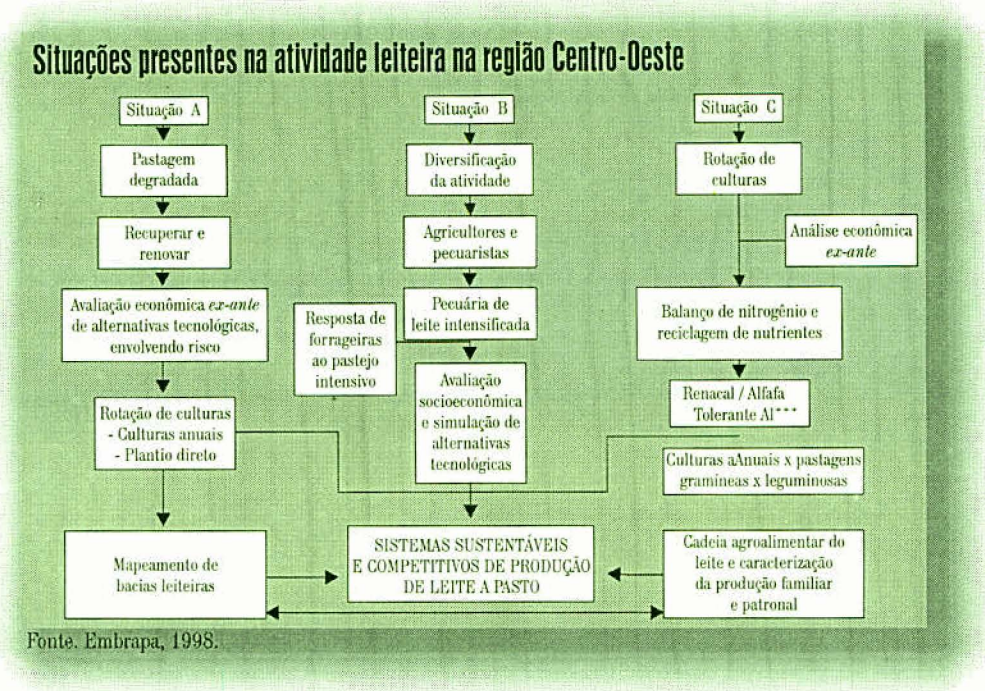
Ao todo são 11 instituições parceiras e 38 profissionais envolvidos em diferentes áreas de especialização que serão mobilizados para a execução dos dois projetos. Em seu processo de preparação foram mapeadas as principais instituições que atuam no setor leiteiro das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que poderão funcionar como potenciais parceiras em futuros projetos cooperativos de P&D a serem submetidos ao PADCT III (tabela 3).

As ações de P&D propostas no Projeto Cooperativo foram definidas com os potenciais usuários dos resultados das pesquisas, incluindo as instituições parceiras pertencentes a outros elos da cadeia produtiva do leite.

Foram identificadas três situações básicas para essas ações no Centro-Oeste (gráfico A.2), com vistas à definição de sistemas sustentáveis e competitivos de produção de leite a pasto para a região: pastagens degradadas, necessidade de diversificação da atividade leiteira – por meio da integração agricultura-pecuária de leite – e necessidade de definição de planos ótimos de rotação de culturas.

Definiu-se o programa consolidado no gráfico 4, que inclui os principais componentes e suas inter-relações. Seu princípio fundamental parte de análises *ex-ante* e *ex-post* de toda ação de P&D do projeto, com o objetivo de assegurar tecnologias, produtos e processos adaptados social e economicamente viáveis para os produtores.

Envolver a iniciativa privada como parceira do setor público nos projetos de financiamento de ações de P&D e favorecer o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite



Fonte. Embrapa, 1998.

exigem que se forme uma tradição de ações de P&D, em coordenação com os diferentes agentes que atuam no setor leiteiro. Falta também uma base de dados sobre a evolução, resultados, oportunidades de investimentos em P&D e os montantes dos gastos públicos e privados em P&D nos diversos segmentos da cadeia do leite. Do mesmo modo, é preciso criar mecanismos de arrecadação de recursos dos agentes da cadeia para serem aplicados em atividades de P&D para o setor.

Geraldo M. Calegar é pesquisador da Embrapa Gado de Leite e bolsista do CNPq, Juiz de Fora – MG. Jarli Moreira de Faria e Júlio Marco Alves da Silva são economistas e bolsistas em aperfeiçoamento em pesquisa do CNPq, Juiz de Fora – MG.

Contini, E.; Avila, A. F. D. & Reifschneider, F. Perspectivas de financiamento da pesquisa agropecuária brasileira. Embrapa. Cadernos de Ciência & Tecnologia. *Brasília, 14 (1):57-90, 1997.*

Embrapa. Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite. Projeto Cooperativo: *alternativas tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e competitivo da produção de leite na região Centro-Oeste do Brasil. Juiz de Fora, 1998. 44 p.*

Embrapa. Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite. Projeto Plataforma: *identificação de restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento do setor leiteiro nacional. Juiz Fora, 1998. 27 p.*

FAO. Production yearbook. *Roma, v. 49, n. 133, 1996.*

Fuglie, K. O.; Echeverria, R. G. & Pray, C. E. Science and technology for agricultural development: new institution for funding and performance. In: Conference on the New Strategic Role of the Rural Sector for Latin America's Development. 1998, Cartagena, 1998.

Jank, M. S.; Galan, V. B. Competitividade do sistema agroindustrial do leite. São Paulo, Indústria de Laticínios, v. 2, n. 12, p. 53, nov./dez. 1997.

Extra!

PROTECIONISMO

A guerra das bananas

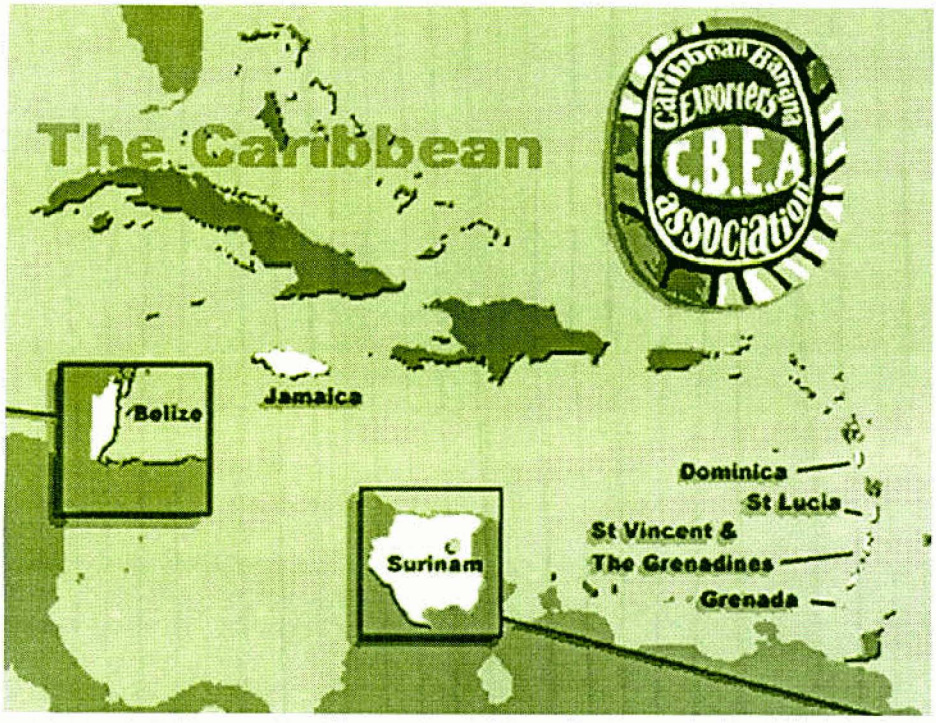


Esquenta a disputa de mercados entre EUA e UE em torno da fruta mais brasileira do mundo

Luiz Antônio Pinazza



A quizila não é recente, mas é crescente. Está aceso o pavio para detonar definitivamente a dinamite. Entre a profusão de casos pendentes na Organização Internacional do Comércio, será um grave equívoco imaginar que o capítulo envolvendo a banana deva ser encarado como simplesmente mais um. A disputa de uma fatia do mercado, seja qual for a *commodity* ou o tamanho, é uma refrega de grande amplitude e profundidade. A concorrência entre a UE e os EUA ultrapassa os limites do raciocínio econômico. E o futuro próximo promete enredos parecidos na Rodada do Terceiro Milênio.



Esquenta a guerra das bananas entre EUA e UE, e deve piorar depois que os americanos decidiram impor tarifas provisórias a alguns produtos de exportação europeus. A próxima batalha será em torno da carne bovina, caso os europeus não suspendam a proibição do uso de hormônio.

Banana: pivô da briga

Os EUA impuseram tarifas de 100% sobre champanha, queijo, papel, celulose e outras mercadorias oriundas da UE, numa lista que soma US$500 milhões. Até mesmo os fornecedores de serviços da UE serão taxados. A acusação insiste nas restrições impostas contra bananas latino-americanas comercializadas pela Dole Food Co., sediada na Califórnia, e a Chiquita Brands International, de Ohio. A discriminação decorre da preferência concedida às frutas vindas das antigas colônias francesas do Caribe e da África. Data aprazada para o início da penalidade: 3 de março de 1998.

A temperatura das negociações sobe à medida que as companhias de frutas norte-americanas passam por momentos difíceis. Os *lobbies* intensificam sua intervenção nessas contingências. À crise da Rússia, que era importante comprador, adicionam-se os prejuízos causados pelo furacão Mitch nas safras de banana de Honduras e Nicarágua. Em cena, somas expressivas com exportações de banana que beiram US$520 milhões a cada ano.

Em outubro de 1998, a Comissão Européia alterou o sistema tradicional de importação do produto, depois que a OMC decretou que o mesmo era ilegal. Quatro países da América Latina e mais o Brasil foram privilegiados com cotas específicas de exportação, no total estimado de US$1,3 bilhão FOB. A UE considera uma missão impossível satisfazer simultaneamente países como a Alemanha, cuja preferência recai sobre as bananas latino-americanas, mais baratas, e a França, sempre condescendente com os produtores de bananas de suas antigas colônias.

O Caribe vai à luta

A Associação Caribenha dos Exportadores de Banana – composta por Belize, República Dominicana, Jamaica, Grenada, Sta. Lucia, St. Vincent & Grenadines e Suriname – teme perder sua principal atividade de produção e esteio econômico. A entidade acusa os EUA de liderarem um movimento para acessar mercados europeus, em detrimento dos pequenos países do Caribe. À CBEA foi conferido o direito de exportar para a UE sob o acordo assinado na Convenção de Lomé, de 1975.

Aumentando as cotas de importações para os países latino-americanos, em vigor desde 1º de janeiro de 1999, a UE argumenta que fez as reformas necessárias para aten-

UE: importações de banana (milhões de t)

Origens	*Volume*	*Taxas*
Países latino-americanos	2,7	75 ECU/t
Ex-territórios europeus na África, Caribe e Pacífico	1,3	isento

UE: cotas para países latino-americanos

País	*%*
Equador	26,17
Costa Rica	25,61
Colômbia	23,03
Panamá	15,76
Brasil	9,43
Total	100

Brasil: exportações de bananas

Ano	*US$ mil*
1994	10.996
1995	4.083
1996	6.227
1997	8.381
1998	11.628

der às normas da OMC. Os EUA, em contraposição, acusam a UE de não cumprirem uma determinação da OMC, de 1997, segundo a qual a importação de bananas beneficiava os produtores do Caribe e prejudicava os latino-americanos.

Yes, nós temos

A Índia é o principal produtor mundial, com 10 milhões toneladas, mas não participa do mercado de exportação. O mesmo acontecia com o Brasil, segundo maior produtor mundial de bananas, que negociava externamente parte insignificante da sua produção. A partir do plantio crescente da variedade Cavendish no território nacional, a mais aceita no mercado internacional, as negociações tomaram outros rumos. O vale do Açu, no Rio Grande do Norte, emerge como grande pólo de desenvolvimento para a cadeia produtiva da lavoura.

A partir do plantio crescente da variedade Cavendish, a mais aceita no mercado internacional, o Brasil passou a exportador de bananas. O vale do Açu, no Rio Grande do Norte, emerge como grande pólo de desenvolvimento para a cadeia produtiva da lavoura.

Diante desse cenário, o país também passou a reivindicar participação no regime de cotas, conforme pedido oficial encaminhado à OMC em 24 de julho de 1988. O resultado foi positivo: a cota foi ampliada de 6% para 9,43%. Como era de esperar, as multinacionais norte-americanas que controlam a produção dos países latino-americanos até agora não se pronunciaram, embora acompanhem com diligência a nova postura brasileira.

Com relação à guerra das bananas envolvendo EUA e UE, o mercúrio do termômetro chega ao máximo. Depois que os primeiros decidiram impor efetivamente tarifas provisórias a diversos produtos de exportação europeus, esperemos o que vem por aí. A próxima batalha será em torno da carne bovina, caso os europeus não suspendam a proibição do comércio de carne bovina produzida com hormônio. A partir de 13 de maio o governo norte-americano deverá anunciar uma lista de produtos europeus sujeitos à taxação de 100%, a totalizar US$900 milhões. A OMC já decidiu que a comercialização da carne com hormônio é legal, mas a UE a proíbe há mais de 10 anos.

E-mail: pinazza@agroceres.com.br

Conjuntura

PRONTOS E SEMIPRONTOS

A mania das fritas

Solução rápida e saborosa, a batata frita pronta e semipronta ganha os mercados do mundo

Irene Raguenet Troccoli

Enquanto os consumidores procuram cada vez mais por opções práticas para suas refeições domésticas, cresce o interesse das empresas pelo segmento de alimentos prontos e semiprontos, produtos mais lucrativos por seu maior valor agregado. Por isso cresce o número de empresas que não hesitam em transitar por áreas totalmente novas, interessadas em aumentar sua constelação de produtos, mesmo que sua vocação tradicional se centralize em um ou dois segmentos específicos.

Recentemente, por exemplo, a Sadia inaugurou sua primeira fábrica de pizzas congeladas, nicho totalmente diferenciado da tradicional atuação nas áreas de carnes e óleos. Segundo fontes da empresa, até o ano 2000 um total de US$350 milhões deverá ter sido investido visando ao aumento da produção de alimentos industrializados prontos e semiprontos, congelados e refrigerados.

Não estranha, portanto, o crescimento que a produção mundial de legumes e hortaliças prontos para consumo, congelados ou não, vem apresentando nos últimos anos. As raízes do fenômeno se encontram na menor disponibilidade de tempo para o preparo doméstico das refeições, no crescimento do setor de *fast-food* nas maiores cidades e na própria conscientização dos consumidores institucionais quanto à melhor relação custo/benefício obtida por meio desses produtos.

O caso das batatas fritas congeladas é emblemático, por se tratar de produto de grande solicitação em restaurantes e lanchonetes, mas com presença também garantida no ambiente doméstico.

Em termos mundiais, o destaque na produção de batatas fritas congeladas fica para a América do Norte, já que os EUA e o Canadá, conjuntamente, estarão oferecendo 4,3 milhões de toneladas do produto na temporada 1998/99.

No que tange aos norte-americanos, apesar de a produção alcançar mais de 3 milhões de toneladas por temporada, seu consumo interno se encarrega de absorvê-la em sua quase totalidade, basicamente através da demanda dos clientes institucionais. Fatores como a melhoria da qualidade do produto e o aumento na renda da população de países importadores da Ásia e da América Latina reforçam o crescimento do setor.

Mas é no Canadá que a indústria de batatas fritas congeladas revela força especialmente acentuada. Entre as temporadas 1996/97 e 1998/99 sua produção deverá avançar quase 19% em termos acumulados. No mesmo período, a relação entre a quantidade produzida e o consumo interno passou de 1,7 para 2,1, evidenciando o interes-

Batatas fritas congeladas – países selecionados

Balanço de oferta e demanda – 1998/99 (p) – em toneladas

Item	*Estados Unidos*	*Holanda*	*Japão*	*Canadá*
Estoque inicial	473.585	0	0	45.000
Produção	3.400.000	1.300.000	32.000	900.000
Importação	415.000	40.000	270.000	30.000
Exportação	450.000	1.140.000	0	500.000
Consumo interno	3.250.000	200.000	302.000	435.000
Estoque final	588.585	0	0	45.000

Fonte: Usda, fev. 1998.
(p) Previsão.

se das empresas no mercado externo. Têm ocorrido grandes investimentos em novas plantas industriais nas províncias ocidentais do país, com forte interesse de empresas tanto estrangeiras quanto nacionais na instalação de tecnologia de ponta visando ao aumento da competitividade do produto final no mercado externo.

A Holanda também chama a atenção no segmento de batatas fritas congeladas. O país apresenta a segunda maior produção mundial, com 1,3 milhão de toneladas, e quase 90% desse volume é destinado à exportação. Seus mercados têm sido outros países europeus (que realizam 90% das compras), o Oriente Médio e a América Latina.

O segmento apresenta peculiaridades, como por exemplo um crescimento às vezes dificultado por aspectos específicos da política agrícola interna dos países. É o caso do Japão, onde o consumo de batatas fritas congeladas cresceu 13% em termos acumulados desde a temporada 1996/97, devido ao rápido aumento do número de lojas ligadas às redes internacionais de alimentação especializadas em *fast-food*. Apesar disso, a produção japonesa de batatas fritas congeladas vem declinando paulatinamente nos últimos anos: menos de 3% da colheita interna do legume se destinou à transformação industrial na temporada 1997/98. Isso acontece porque os produtores japoneses lucram mais vendendo o produto fresco para consumo do que nas vendas a empresas transformadoras. Sorte dos norte-americanos, já que a quase totalidade das importações japonesas de batatas fritas congeladas provém dos EUA – atualmente 52% de toda a sua exportação.

E-mail: iragtroc@fgv.br

Conjuntura

CAFÉ

O bom café do Brasil

O café brasileiro deu a volta por cima: em fevereiro bateu recorde histórico de exportação

Rogério Ferreira de Souza

Tudo indica que 1999 será um excelente ano para a cafeicultura brasileira. O aumento do volume exportado nos três primeiros meses do ano vem animando o setor, que desde o fim de 1998 reage com crescimento e conquista de novos mercados.

Fevereiro foi considerado um recorde histórico para o período. Foi exportado um total de 1,85 milhão de sacas de 60kg, gerando uma receita cambial de US$208 milhões. Comparado a janeiro, constata-se um crescimento de 32%, e em relação ao mesmo período do ano passado um crescimento ainda maior: 94%.

De acordo com o desempenho dos dois primeiros meses de 1999, o produto acumulou uma receita cambial de US$378 milhões, cerca de 2% superior ao mesmo período do ano passado. A Febec estimava um desempenho para março em torno de 1,7 milhão de sacas de 60kg exportadas, com receita cambial de US$200 milhões. O resultado de março ficou acima do estimado pela entidade. Foram exportadas 2,078 milhões de sacas e a receita cambial foi de US$226,28 milhões, o maior volume desde novembro de 1991. Para 1999, a previsão é de que o desempenho da cafeicultura brasileira fique em torno de US$2,4 bilhões. Confirmadas as estimativas, o setor repetiria a ótima *performance* de 1998.

O bom resultado auferido nesses três primeiros meses do ano corresponde à conjunção de alguns fatores, com destaque para a desvalorização cambial, ocorrida em meados de janeiro deste ano, e os efeitos da retração da oferta dos países exportadores da América Central, entre eles, Colômbia, Guatemala e El Salvador, em conseqüência do furacão Mitch. A Colômbia apresentava alguns índices significativos de aumento das exportações, porém há sinais de reversão de tendência de dezembro de 1998 a janeiro deste ano, quando as exportações colombianas assinalaram uma redução de 8% no volume exportado.

Com a redução da oferta mundial, o Brasil passou a ser o maior ofertante, aumentando a sua participação no comércio mundial de 21% para 24% em janeiro de 1998 e fevereiro deste ano. Segundo dados da Organização Internacional do Café (OIC), em janeiro a participação brasileira no mercado mundial foi ainda mais expressiva, passando de 15% para 26%, enquanto todos os outros países somados sofriam queda de 17% e o Brasil aumentava suas vendas de café verde e solúvel em 70%.

Esse desempenho mostra que o Brasil é o único país produtor-exportador com possibilidade de sustentar a demanda mundial, pois possui estoques consideráveis, para a atual conjuntura do comércio mundial de café, de 11 milhões de sacas de 60kg, sendo 2 milhões da iniciativa privada.

No que se refere ao aumento da competitividade do café brasileiro, o efeito da desvalorização da moeda nacional foi imediato e ficou bem claro nesse mês de fevereiro. Os EUA obtiveram um acréscimo de 310% em suas exportações, a Alemanha de 137% e a Itália de 26%, comparados com o mesmo período do ano passado.

Esse aumento da competitividade gerou euforia e ao mesmo tempo temor aos agentes exportadores, cujos registros de exportações para o período de fevereiro a abril já somam 6 milhões de sacas de 60kg. Os agentes aceleraram os pedidos de registro, por conta da expectativa de uma possível imposição do governo – impostos sobre as exportações de café via ICMS ou o estabelecimento de cota de contribuição. Ambos seriam desestimulantes para o setor, já que o Brasil está em posição privilegiada em relação aos demais concorrentes. Sua competitividade é maior em razão da diferença cambial e de ser o único a possuir estoques consideráveis nas mão do governo.

Exportado um total de 1,85 milhão de sacas de 60kg em fevereiro, gerando uma receita cambial de US$208 milhões. Em relação a janeiro, um crescimento de 32%, e em relação ao mesmo período do ano passado, crescimento ainda maior: 94%.

No que diz respeito às exportações de café solúvel, apesar de o Brasil ter aumentado em 6% seu volume exportado para os EUA, sua participação em relação ao total importado por esse país caiu de 29% para 26%. A principal razão foi o aumento das vendas do Canadá e do Equador.

E-mail: roger@fgv.br

Conjuntura

INDICADOR DO MILHO FGV/BM&F

Motivos para alta

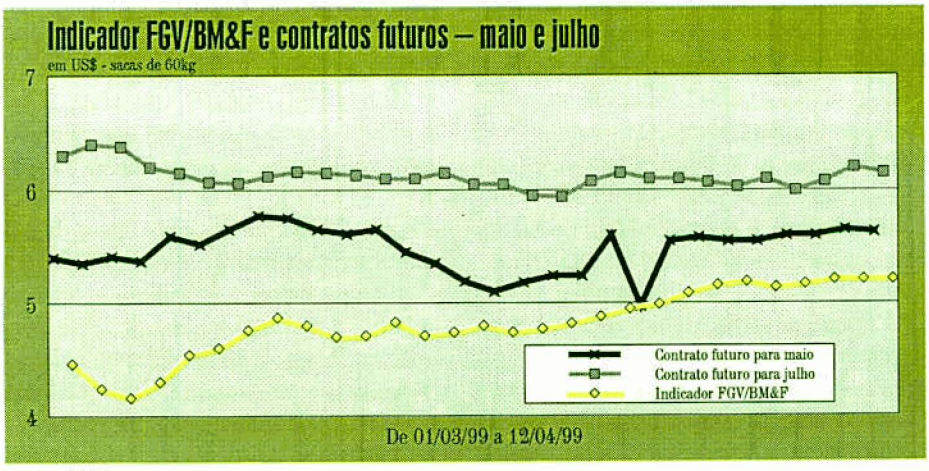
O mercado do milho ensaia uma mudança para cima no comportamento dos preços

Rogério Ferreira de Souza

Com a intensificação na colheita da soja e a logística de transporte e armazenagem voltada para esse produto, os vendedores diminuem a disponibilidade do produto.

Os contratos futuros negociados na BM&F no curto e médio prazos (maio-julho) apontam para um cenário altista em relação ao mesmo período do ano passado. A média do indicador FGV/BM&F em maio de 1998 foi de R$9,00. Para este ano, os agentes atuantes no mercado futuro de milho apostam em preços superiores, algo em torno de R$9,30/9,40, contando com uma taxa de câmbio constante. Caso se confirmem os preços projetados no contrato para entrega no final de maio, a variação significaria um aumento de 9% comparativamente ao mesmo período do ano passado.

No médio prazo, os agentes acreditam em altas ainda maiores. Os contratos para entrega em julho deste ano apresentam variação de alta em torno de 26%. O preço médio do indicador FGV/BM&F em julho de 1998 foi de R$8,44. O contrato futuro para entrega em julho deste ano indica preço entre R$10,6 e R$10,70. Preços extremamente elevados, que os agentes do mercado de milho justificam baseados em alguns fatores importantes: safra de verão aparentemente menor 0,8% em relação à safra passada, possível redução na área plantada para a colheita da safrinha em detrimento de preços melhores para a cultura do trigo e dificuldade no processo de importação do milho, em virtude de um câmbio valorizado.



E-mail: roger@fgv.br

BRASIL
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO CAFÉ - 1999

O II Seminário Internacional do Café será realizado no Rio de Janeiro nos dias 17 e 18 de Maio de 1999 no Hotel Sofitel Rio Palace, na praia de Copacabana, com o apoio da ABIC, ABICS, FEBEC, ABECAFÉ, Caccer, CNC, Cooperativas e outras associações regionais, Banco do Brasil S/A, Bolsa de Mercadorias & Futuros, UNCTAD e OIC.

Seguindo o sucesso do I Seminário, realizado em Janeiro de 1997, o Brasil será a sede novamente de uma reunião de abrangência mundial para a comunidade cafeeira e para especialistas em comércio internacional.

O setor cafeeiro brasileiro tem diante de si importantes desafios:

- A produção nacional de café tem potencial bienal para safras médias de 35 milhões de sacas.
- O FUNCAFÉ agora vale USD 500 milhões mas ainda dispõe de 6 milhões de sacas de estoque.
- O consumo interno pode sofrer em conseqüência da crise econômica.
- O País precisa de divisas externas da exportação para ajudar sua balança de pagamentos.
- O setor privado administrará safras altas com fluxo regular de exportações?
- Quais e de que porte são as linhas de crédito necessárias para a economia cafeeira?
- Quais são os colaterais?
- De onde virão os fundos?
- Como os riscos podem ser minimizados?

Esses e muitos outros tópicos serão extensivamente apresentados e discutidos por membros do CDPC, representantes do setor privado, bancos, especialistas em crédito e da UNCTAD.

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO CAFÉ - 1999 - Rio de Janeiro

- FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO -
REGISTRE-SE JÁ:

Envie este formulário por FAX para: (55-11) 210-6278 ou 210-0612

☐ **SIM, Eu quero participar do seminário de 1999 ao preço de inscrição (*) de R$ 390,00. Inscrição com pagamento recebido até 9 de Abril de 1999 terá preço promocional de R$ 290,00.**

EMPRESA:_____, PARTICIPANTE:_____
ENDEREÇO:_____, CIDADE:_____
PAÍS:_____, FONE:_____, FAX:_____

FORMA DE PAGAMENTO: POR:
☐ AMEX; ☐ VISA; ☐ CREDICARD; ☐ MASTERCARD; ☐ DINERS
No. CARTÃO:_____, VENCIMENTO: _____,
TITULAR: _____, ASSINATURA: _____

OU POR:
☐ Transferência bancária para o Banco do Brasil S.A., Agência No 2962-9, conta No 690888-8, em favor de InterNews Comunicação Empresarial e Editora Ltda., cidade de São Paulo. SP, Brasil.

Inscrição cobre (*) participação no Seminário, tradução Inglês - Português - Inglês.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

COMMODITIES

Brasil: os números da safra

Perspectivas animadoras para algodão, feijão e milho. Para o trigo, entretanto, o quadro é de queda

Para o ano-safra 1998/99 a perspectiva de consumo de trigo é bem mais modesta, por conta das dificuldades observadas no nível de emprego já no fim do ano passado.

Algodão em pluma

Data-base em 1° de março – em mil t

Item	*1997*	*1998*	*1999*
Estoque inicial	184,1	169,0	250,7
Produção	305,7	411,7	488,3
Importação	470,8	350,0	350,0
Disponibilidade	960,6	930,7	1.089,0
Exportação	0,3	5,0	5,0
Consumo	791,3	675,0	675,0
Estoque final	169,0	250,7	409,0

Fonte: Conab, dez. 1998.

A paulatina recuperação da lavoura algodoeira vem desafogando o abastecimento interno da fibra, embora o país ainda não possa prescindir de importações.

Feijão

Data-base 1° de novembro – em mil t

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Estoque inicial	339	207	108
Produção	2.915	2.222	3.075
Importação	157	180	120
Disponibilidade	3.411	2.609	3.303
Exportação	4	1	0
Consumo	3.200	2.500	2.950
Estoque final	207	108	353

Fonte: Conab, dez. 1998.

Após três temporadas de esvaziamento gradual dos estoques finais da leguminosa, com a safra 1998/99 essa tendência deverá reverter, embora ainda se esteja longe de alcançar as 429 mil toneladas conseguidas em 1994/95.

Milho

Data-base em 1° de março – em mil t

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Estoque inicial	5.961	6.169	1.826
Produção	35.703	30.608	33.617
Importação	500	1.500	1.000
Disponibilidade	42.164	38.277	36.443
Exportação	82	0	0
Consumo	35.912	36.451	35.000
Estoque final	6.170	1.826	1.443

Fonte: Conab, dez. 1998.

A cada ano aumenta a participação da safrinha na colheita total do milho no país – a perspectiva para a atual temporada é de que sejam obtidos pouco mais de 5 milhões de toneladas.

Trigo

Data-base em 1° de agosto – em mil t

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Estoque inicial	578	821	634
Produção	3.197	2.407	2.570
Importação	5.542	6.036	6.096
Disponibilidade	9.317	9.264	9.300
Exportação	0	0	0
Consumo	8.496	9.630	9.680
Estoque final	821	634	620

Fonte: Conab, dez. 1998.

Enquanto o fim da inflação explica o forte aumento do consumo interno de trigo na temporada 1997/98, para o ano-safra 1998/99 a perspectiva é muito mais modesta, tendo em vista as dificuldades observadas no nível de emprego já no fim do ano passado.

Associação Brasileira de Agribusiness

A Abag foi criada em 1993 por empresas interessadas em promover a visão sistêmica do agribusiness.

Por quê?
Porque todos os elos da cadeia produtiva formam um único organismo no qual os segmentos "antes, dentro e fora da porteira" vivem em contínua interação e interdependência.

Missão
Conscientizar os tomadores de decisão e os formadores de opinião, quer do governo ou da iniciativa privada, para a importância e complexidade do agribusiness, a relevância do seu papel no desenvolvimento econômico e social e a necessidade de tratá-lo sistemicamente.

Estratégia
Desenvolver estudos, propostas e ações que promovam o desenvolvimento sustentado, a segurança alimentar e solucionem os gargalos que obstruem a competitividade.

Empresas associadas

01. AGCO do Brasil
02. Agência Estado
03. Agribusiness Comunicação, Assessoria e Consultoria Ltda.
04. Agroceres S.A.
05. Algar S.A. Empreendimentos e Participações
06. Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal
07. Baldan Implementos Agrícolas S.A.
08. Banco Raibobank do Brasil S.A.
09. Batavia S.A.
10. Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F
11. Caramuru Óleos Vegetais Ltda.
12. Cargill Agrícola S.A.
13. Ceval Alimentos S.A.
14. Companhia O.M.B.
15. Cooperativa Agrícola da Região de Orlândia – Carol
16. Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool – Copersucar
17. Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda – Cooxupé
18. Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
19. Fecoagro/Fecotrigo – Fed. Coop. Agrícolas do Rio Grande do Sul
20. Fertibrás S.A.
21. Fertilizantes Serrana S.A.
22. Fiepa – Federação da Indústria do Estado do Pará
23. FMC do Brasil S.A.
24. Hecta Participações e Investimentos Ltda.
25. Manah S.A.
26. Máquinas Agrícolas Jacto S.A.
27. Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas "Tatu"
28. Monsanto do Brasil Ltda.
29. Novartis Biociências S.A.
30. Pioneer Sementes Ltda.
31. Sadia Concórdia S.A. – Indústria e Comércio
32. Sementes Agroceres S.A.
33. Tetra Pak Ltda.
34. Única – União Agroindústria Canavieira de São Paulo
35. Zeneca do Brasil S.A.
36. RBS/Canal Rural

Telefones: (011) 256-1052 – 256-5109 – Fax: (011) 256-5968

Abag

Rua Marquês de Itu, 58 – 5º andar – Conj. A – CEP: 01223-000 – São Paulo – SP

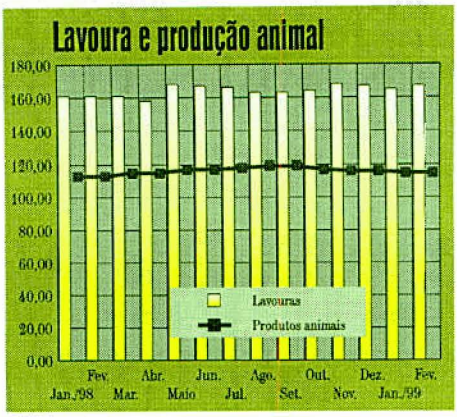
E-mail: abag@algarnet.net

Índices de preços pagos e recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de fevereiro 1999/unidade

Índices estáveis

Ao longo dos últimos meses os índices de preços recebidos têm se mantido bastante estáveis. Com a entrada da safra é de se esperar que os índices das lavouras apresentem alguma queda.



Produtos	Lavouras	Lavouras - Produtos PGPM	Demais Lavouras	Produtos animais	Agropecuária – IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002	0,002	0,004	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010	0,014	0,017	0,015	0,014	0,011	0,016	0,015
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
1996	125,690	136,944	108,126	101,925	117,128	119,544	130,937	113,884	126,825	110,525	239,794	144,119
1997	140,435	140,688	136,530	106,792	128,048	130,709	136,852	121,774	132,098	122,487	259,292	154,506
1998	154,263	158,255	143,619	109,529	137,453	138,743	137,114	129,473	136,252	124,986	270,458	159,693
Jan/97	130,327	140,020	114,176	103,065	120,442	129,050	138,159	118,209	128,737	121,987	252,438	152,415
Fev.	131,777	135,086	123,631	104,313	121,822	130,683	138,376	119,346	130,737	121,987	253,013	153,217
Mar.	136,668	137,347	132,195	106,269	125,569	129,952	137,932	119,933	130,715	121,987	254,498	153,319
Abr.	140,938	140,161	138,541	108,246	128,940	129,793	137,784	120,327	131,271	121,987	256,774	153,795
Mai.	144,970	143,560	143,460	107,590	131,080	129,142	137,263	120,638	132,250	121,987	258,617	154,058
Jun.	143,798	139,410	146,948	107,585	130,380	128,780	136,485	120,983	132,101	121,987	260,862	154,235
Jul.	138,342	136,114	137,999	109,252	127,836	129,868	136,215	121,986	132,822	121,987	261,452	154,646
Ago.	137,947	136,114	136,991	107,908	127,051	130,188	136,427	122,595	132,289	121,987	261,839	154,821
Set.	141,021	139,841	138,954	107,874	128,883	131,573	136,073	123,289	132,986	121,987	262,462	155,230
Out.	143,467	143,862	138,891	106,705	129,854	131,553	135,769	123,757	132,948	121,987	262,118	155,126
Nov.	145,821	146,738	140,402	106,063	130,975	133,468	135,623	124,503	133,571	124,986	262,246	156,047
Dez.	150,141	150,002	146,178	106,631	133,749	134,455	136,122	125,721	134,753	124,986	265,186	157,169
Jan/98	151,632	148,744	151,815	106,432	134,528	135,030	136,300	126,541	136,101	124,986	267,369	157,977
Fev.	151,480	148,995	151,032	106,448	134,447	134,975	136,119	127,184	136,223	124,986	266,398	157,819
Mar.	151,552	147,506	153,598	108,022	135,178	135,335	136,609	128,043	136,341	124,986	266,872	158,200
Abr.	148,128	144,400	149,760	108,479	133,386	135,896	137,723	128,778	137,161	124,986	267,932	158,964
Mai.	158,331	163,234	145,695	109,987	140,022	137,049	137,693	129,491	137,300	124,986	269,810	159,587
Jun.	157,884	164,206	143,268	110,904	140,168	137,763	137,568	129,652	136,786	124,986	270,932	159,831
Jul.	156,561	165,808	137,992	111,471	139,646	138,638	137,558	130,056	136,632	124,986	270,878	159,981
Ago.	153,418	160,229	138,143	112,079	138,083	140,210	137,881	130,209	135,897	124,986	271,983	160,448
Set.	152,737	160,354	136,396	112,003	137,648	141,204	136,555	130,156	135,446	124,986	271,532	160,111
Out.	153,861	161,818	137,040	110,195	137,540	141,491	136,672	130,840	135,164	124,986	273,050	160,509
Nov.	157,487	166,499	139,180	108,611	138,980	142,944	137,379	130,902	135,429	124,986	273,380	161,030
Dez.	158,080	167,272	139,512	109,714	139,811	144,382	137,313	131,830	136,546	124,986	275,354	161,855
Jan/99	158,031	165,712	141,449	110,379	140,076	146,054	139,078	133,934	136,726	128,100	275,709	163,383
Fev.	167,456	175,220	150,391	115,172	147,643	148,048	147,878	147,847	140,575	128,100	276,547	168,104

Fonte dos dados primários, brutos: Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e Prefeituras Municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV.

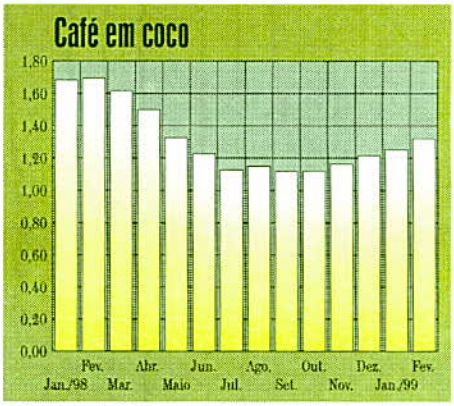
(1) Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de fevereiro 1999/unidade

Café próximo aos níveis do ano passado

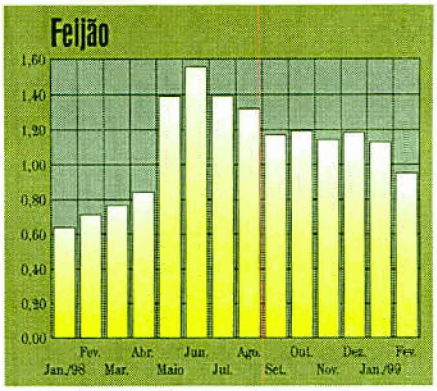
Embora os preços venham registrando recuperação nos meses mais recentes, as cotações da rubiácea ainda se encontram bem inferiores às de um ano antes.



Anos/ produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15 kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)
1990	0,618	0,536	0,322	0,423	0,488	20,718	0,824	18,006	0,955	2,122	4,417	0,215
1991	0,639	0,634	0,408	0,426	0,523	23,470	0,784	19,242	0,949	2,202	3,398	0,230
1992	0,563	0,440	0,300	0,313	0,338	23,247	0,675	19,974	0,737	3,053	3,342	0,204
1993	0,632	0,561	0,297	0,329	0,369	20,541	0,854	17,840	0,925	2,737	2,646	0,210
1994	0,639	0,504	0,288	0,421	0,577	21,587	1,522	18,402	1,112	2,350	3,575	0,181
1995	0,560	0,453	0,235	0,626	0,424	19,972	1,377	16,540	0,663	2,177	3,416	0,149
1996	0,580	0,464	0,245	0,492	0,327	18,795	1,132	18,018	0,726	2,422	2,180	0,173
1997	0,628	0,552	0,254	0,384	0,356	23,844	1,485	18,436	0,654	2,170	2,482	0,138
1998	0,535	0,429	0,306	0,394	0,432	25,479	1,328	17,983	1,109	2,161	2,983	0,152
Jan. 1997	0,603	0,466	0,261	0,409	0,205	20,576	1,114	18,519	0,705	2,171	2,512	0,148
Fev.	0,589	0,464	0,260	0,396	0,226	18,871	1,370	18,225	0,679	2,196	2,966	0,136
Mar.	0,615	0,492	0,246	0,403	0,302	20,578	1,499	18,374	0,660	2,171	2,977	0,134
Abr.	0,634	0,567	0,245	0,389	0,400	22,861	1,502	18,322	0,679	2,158	2,948	0,133
Maio	0,643	0,588	0,244	0,410	0,521	24,367	1,586	18,200	0,677	2,152	2,662	0,144
Jun.	0,639	0,573	0,242	0,408	0,496	24,980	1,674	18,735	0,683	2,126	2,346	0,132
Jul.	0,638	0,627	0,242	0,374	0,396	24,661	1,453	18,708	0,638	2,135	2,300	0,132
Ago.	0,639	0,628	0,242	0,374	0,396	24,650	1,453	18,705	0,639	2,136	2,301	0,132
Set.	0,657	0,635	0,252	0,372	0,285	25,786	1,554	18,486	0,602	2,112	2,167	0,131
Out.	0,644	0,600	0,262	0,371	0,327	26,538	1,538	18,041	0,611	2,192	2,083	0,142
Nov.	0,627	0,508	0,270	0,357	0,357	26,211	1,482	18,206	0,627	2,250	2,164	0,141
Dez.	0,612	0,473	0,279	0,344	0,355	26,053	1,590	18,704	0,645	2,245	2,353	0,150
Jan. 98	0,618	0,458	0,277	0,341	0,447	25,272	1,683	18,318	0,639	2,173	2,620	0,149
Fev.	0,607	0,394	0,277	0,362	0,426	23,968	1,693	18,101	0,713	2,151	2,705	0,149
Mar.	0,574	0,382	0,276	0,372	0,467	23,912	1,615	18,548	0,765	2,178	3,113	0,149
Abr.	0,532	0,415	0,266	0,372	0,511	24,625	1,500	18,424	0,840	2,138	2,798	0,149
Maio	0,509	0,435	0,287	0,403	0,478	27,244	1,327	18,339	1,390	2,144	2,579	0,159
Jun.	0,508	0,434	0,296	0,413	0,466	27,041	1,228	18,045	1,556	2,096	2,773	0,148
Jul.	0,510	0,457	0,308	0,414	0,436	26,208	1,126	17,837	1,392	2,114	2,805	0,159
Ago.	0,521	0,436	0,309	0,415	0,394	25,616	1,149	17,943	1,320	2,107	3,054	0,149
Set.	0,511	0,447	0,330	0,415	0,373	25,675	1,118	17,744	1,171	2,161	3,268	0,149
Out.	0,511	0,437	0,341	0,415	0,394	25,577	1,118	17,580	1,193	2,204	3,301	0,149
Nov.	0,512	0,427	0,352	0,405	0,395	25,698	1,163	17,804	1,141	2,272	3,360	0,160
Dez.	0,507	0,423	0,349	0,401	0,401	24,909	1,215	17,113	1,183	2,197	3,423	0,158
Jan. 99	0,522	0,418	0,334	0,407	0,386	25,023	1,253	16,658	1,128	2,162	3,634	0,167
Fev.	0,520	0,430	0,330	0,380	0,340	32,500	1,320	16,010	0,950	2,040	3,820	0,160

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de fevereiro de 1999/unidade



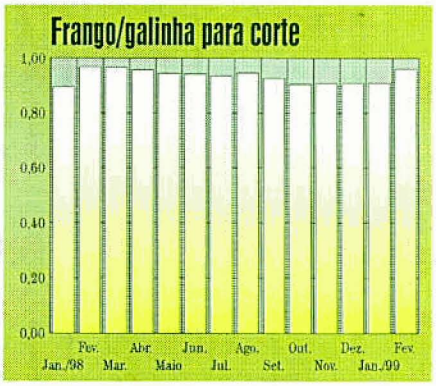
Feijão tem recuo nos preços ao produtor

A entrada no mercado da nova safra, bem maior do que a do ano anterior, provocou um recuo dos preços ao produtor.

Anos/produtos	Mandioca (raiz) (t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo em grão (kg)	Caju (kg)	Cebola (kg)	Coco-da-baía (unidade)	Juta (kg)	Malva (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)
1990	64,014	0,257	0,579	0,207	0,289	0,836	0,298	0,438	0,410	0,306	1,485	0,221	0,400
1991	76,660	0,317	0,495	0,208	0,656	0,492	0,358	0,427	0,416	0,252	1,224	0,221	0,349
1992	86,654	0,328	0,463	0,246	0,138	0,522	0,294	0,412	0,379	0,273	1,007	0,204	0,296
1993	85,992	0,325	0,436	0,226	0,143	0,531	0,296	0,235	0,236	0,309	1,087	0,216	0,607
1994	61,766	0,284	0,554	0,188	0,111	0,420	0,582	0,298	0,285	0,311	1,756	0,261	0,392
1995	87,120	0,214	0,511	0,188	0,246	0,578	0,618	0,501	0,491	0,310	2,072	0,315	0,532
1996	91,215	0,273	0,424	0,231	0,213	0,265	0,423	0,489	0,481	0,306	1,811	0,300	0,220
1997	84,897	0,295	0,348	0,166	0,191	0,549	0,389	0,419	0,452	0,271	3,507	0,338	0,305
1998	78,842	0,239	0,434	0,163	0,247	0,464	0,362	0,480	0,469	0,251	4,555	0,298	0,930
Jan. 1997	89,013	0,296	0,296	0,148	0,171	0,307	0,432	0,000	0,000	0,296	2,240	0,307	0,398
Fev.	85,207	0,283	0,340	0,147	0,238	0,340	0,408	0,000	0,509	0,306	2,558	0,328	0,385
Mar.	93,592	0,291	0,325	0,157	0,168	0,425	0,380	0,504	0,504	0,291	2,585	0,347	0,358
Abr.	91,121	0,300	0,456	0,167	0,167	0,567	0,378	0,534	0,523	0,289	3,070	0,323	0,000
Maio	89,227	0,299	0,421	0,189	0,233	0,699	0,388	0,532	0,521	0,277	3,072	0,322	0,000
Jun.	82,562	0,286	0,374	0,187	0,209	0,804	0,385	0,496	0,518	0,264	3,172	0,341	0,628
Jul.	81,170	0,275	0,297	0,176	0,198	0,748	0,385	0,462	0,473	0,264	3,290	0,363	0,627
Ago.	81,139	0,275	0,297	0,176	0,198	0,749	0,385	0,462	0,473	0,264	3,292	0,363	0,628
Set.	81,835	0,306	0,317	0,164	0,175	0,580	0,383	0,449	0,438	0,252	3,984	0,328	0,000
Out.	82,843	0,305	0,305	0,164	0,153	0,513	0,393	0,534	0,480	0,251	4,843	0,349	0,000
Nov.	82,994	0,314	0,357	0,162	0,195	0,422	0,379	0,530	0,476	0,249	5,874	0,368	0,000
Dez.	78,062	0,312	0,387	0,161	0,183	0,440	0,376	0,526	0,505	0,247	4,104	0,322	0,634
Jan. 98	76,764	0,298	0,426	0,160	0,181	0,458	0,373	0,479	0,458	0,256	4,260	0,298	0,639
Fev.	79,166	0,277	0,415	0,160	0,224	0,468	0,362	0,437	0,447	0,245	4,067	0,298	0,692
Mar.	77,579	0,255	0,436	0,159	0,244	0,467	0,351	0,436	0,446	0,244	4,780	0,276	0,754
Abr.	73,174	0,234	0,468	0,160	0,277	0,425	0,351	0,425	0,425	0,245	4,361	0,277	0,766
Maio	74,291	0,233	0,520	0,159	0,276	0,371	0,340	0,478	0,467	0,244	4,500	0,287	1,231
Jun.	76,869	0,222	0,519	0,169	0,296	0,445	0,339	0,508	0,487	0,233	5,070	0,296	1,058
Jul.	81,429	0,223	0,510	0,170	0,287	0,446	0,351	0,510	0,489	0,244	4,961	0,297	1,073
Ago.	80,412	0,213	0,458	0,170	0,255	0,415	0,351	0,511	0,490	0,255	4,810	0,309	1,075
Set.	79,823	0,224	0,373	0,160	0,319	0,458	0,362	0,522	0,500	0,266	4,566	0,319	0,990
Out.	81,266	0,224	0,373	0,160	0,341	0,575	0,373	0,522	0,500	0,256	4,451	0,298	0,958
Nov.	82,694	0,235	0,373	0,171	0,267	0,544	0,405	0,469	0,459	0,256	4,374	0,320	0,971
Dez.	82,639	0,232	0,338	0,158	0,000	0,496	0,391	0,465	0,454	0,264	4,458	0,306	0,951
Jan. 99	75,915	0,219	0,355	0,157	0,313	0,449	0,397	0,491	0,470	0,272	4,345	0,292	1,044
Fev.	76,190	0,260	0,350	0,170	0,290	0,390	0,410	0,400	0,400	0,290	4,390	0,300	1,000

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de fevereiro 1999/unidade



Frango se recupera após depressão

Depois de se terem mostrado reprimidos um bom tempo, os preços do frango encontraram espaço para se recuperar. A reação dos consumidores dirá se o movimento é sustentável.

Anos/produtos	Bezerro até um ano (cabeça)	Burro domado (cabeça)	Boi gordo para corte (15 kg)	Vaca leiteira de raça (cabeça)	Vaca leiteira comum (cabeça)	Suíno para corte (15 kg)	Frango/galinha para corte (kg)	Leite (l)	Lã (15 kg)	Ovos (dz)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cabeça)
1990	204,288	497,551	41,620	1.002,225	614,965	24,879	1,802	0,422	37,224	1,118	4,185	382,603
1991	180,953	519,477	38,361	808,148	505,293	23,802	1,539	0,396	21,977	0,977	4,903	330,755
1992	164,916	333,142	36,603	691,655	431,330	20,620	1,351	0,372	34,804	0,951	3,163	307,985
1993	177,758	350,118	38,794	738,216	459,219	23,043	1,363	0,385	28,917	1,063	3,287	322,893
1994	204,949	365,877	37,657	923,759	561,437	21,201	1,298	0,346	34,298	0,995	3,817	361,135
1995	181,290	510,289	30,627	1.017,594	570,067	19,212	1,058	0,360	42,485	0,807	6,479	318,733
1996	139,002	462,369	26,081	828,850	447,112	15,583	0,989	0,318	31,698	0,890	6,384	259,067
1997	132,897	434,033	26,383	767,343	410,487	17,741	0,927	0,278	34,132	0,862	5,432	249,844
1998	134,322	399,405	27,601	722,678	385,658	16,373	0,934	0,263	27,937	0,821	5,764	248,840
Jan. 1997	130,677	438,016	25,738	776,446	415,586	17,109	0,955	0,284	33,195	0,807	5,502	248,088
Fev.	131,473	440,106	25,833	773,067	415,643	17,569	0,951	0,283	32,410	0,860	5,536	250,301
Mar.	134,346	431,437	25,737	759,580	407,557	18,665	0,940	0,280	32,339	0,918	5,539	247,900
Abr.	135,941	447,371	26,087	777,234	413,686	19,101	0,912	0,289	31,749	0,912	5,473	250,167
Maio	137,329	437,141	25,964	768,884	409,957	18,655	0,898	0,288	31,898	0,898	5,457	251,710
Jun.	133,932	430,390	25,839	769,991	414,166	17,843	0,903	0,286	33,010	0,914	5,518	250,485
Jul.	133,420	434,682	26,796	772,083	414,719	17,497	0,935	0,286	33,223	0,913	5,337	249,716
Ago.	133,357	434,498	26,786	771,750	414,538	17,494	0,936	0,286	33,204	0,914	5,340	249,606
Set.	131,776	438,989	26,935	756,752	407,172	17,173	0,941	0,274	33,721	0,854	5,319	250,835
Out.	132,200	421,960	26,822	755,590	399,959	17,365	0,938	0,262	36,311	0,840	5,290	251,867
Nov.	130,451	429,368	27,001	768,905	408,727	17,254	0,909	0,260	39,863	0,746	5,355	250,150
Dez.	129,856	424,443	27,063	757,834	404,127	17,168	0,902	0,258	38,655	0,763	5,522	247,304
Jan. 98	131,163	410,679	27,019	752,293	406,845	16,805	0,895	0,256	36,625	0,735	5,570	243,785
Fev.	129,657	423,119	26,864	729,709	391,186	16,738	0,969	0,245	30,761	0,767	5,633	243,524
Mar.	130,800	414,867	26,876	719,076	382,584	16,561	0,967	0,255	29,309	0,786	5,471	249,182
Abr.	133,859	412,703	26,965	717,375	382,919	16,530	0,957	0,255	30,986	0,840	5,670	252,421
Maio	135,189	394,848	26,787	712,688	376,965	16,471	0,945	0,265	29,356	0,891	5,657	248,568
Jun.	135,111	409,567	26,681	712,810	383,340	16,288	0,942	0,275	27,560	0,868	5,736	244,874
Jul.	136,427	396,001	27,334	721,505	382,106	16,339	0,935	0,276	28,524	0,871	5,875	247,878
Ago.	135,282	393,385	27,872	721,567	382,573	16,410	0,947	0,277	30,202	0,841	5,981	248,504
Set.	136,207	386,374	28,485	724,050	382,830	16,158	0,926	0,277	29,230	0,820	6,046	249,199
Out.	135,996	387,183	28,718	723,575	382,583	15,887	0,905	0,266	24,395	0,820	5,984	251,559
Nov.	136,383	385,436	28,706	724,842	384,412	15,852	0,907	0,256	21,090	0,821	5,963	253,576
Dez.	135,794	378,703	28,902	712,648	389,552	16,437	0,908	0,254	17,208	0,792	5,588	253,007
Jan. 99	135,078	391,449	28,563	701,354	381,789	17,044	0,909	0,251	16,898	0,762	5,702	258,710
Fev.	135,360	362,700	28,700	690,280	366,060	17,090	0,960	0,240	15,890	0,780	5,460	253,120

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Crédito para a safra de inverno

Neste mês se divulgam as resoluções do Banco Central que tratam do financiamento à próxima safra de inverno – destinação de recursos obrigatórios para aquisição de CPR de trigo e EGFs sem opção de venda para sementes de cevada, trigo e triticale – bem como para o financiamento das despesas da próxima colheita de café. Duas outras resoluções tratam de prorrogação de prazos para empréstimos ao cacau e ao Recoop

Resolução nº 2.598, do Banco Central do Brasil, de 26 de março de 1999 – *Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de colheita de café do período agrícola 1998/1999.*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de março de 1999, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei nº 4.595, e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º Instituir linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de colheita de café do período agrícola 1998/1999, sob as seguintes condições especiais:

I - beneficiários: cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por suas cooperativas;

II - itens financiáveis: todos aqueles inerentes ao processo de colheita (aplicação de herbicidas, arruação, a colheita propriamente dita, transporte para o terreiro, secagem, mão-de-obra e materiais para as várias etapas);

III - limite de crédito: até R$ 600,00 (seiscentos reais) por hectare de cafezal, limitado ao máximo de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) por produtor, ainda que em mais de uma propriedade;

IV - encargos financeiros: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de margem de 3% a.a. (três por cento ao ano);

V - garantias: as usuais para o crédito rural;

VI - liberação do crédito: em 2 (duas) parcelas, de acordo com o seguinte cronograma:

a) no Estado do Espírito Santo: 60% (sessenta por cento) em abril de 1999 e 40% (quarenta por cento) em maio/junho de 1999;

b) nos demais Estados: 60% (sessenta por cento) em maio de 1999 e 40% (quarenta por cento) em junho/agosto de 1999;

c) regiões de microclimas específicos do Norte e do Nordeste: 60% (sessenta por cento) em agosto de 1999 e 40% (quarenta por cento) em setembro/novembro de 1999;

VII - condições para reembolso: o crédito deve ser pago em 2 (duas) parcelas, de acordo com o seguinte cronograma:

a) a primeira, correspondendo a 60% (sessenta por cento) do valor total contratado, terá vencimento fixado para 60 (sessenta) dias contados da data prevista, pelo mutuário, para o término de sua colheita;

b) o saldo devedor remanescente terá o vencimento pactuado para 30 (trinta) dias contados da data fixada para vencimento da primeira parcela, respeitadas as seguintes datas-limite:

- 30 de setembro de 1999, no Estado do Espírito Santo;
- 31 de outubro de 1999, nos demais Estados;
- 31 de janeiro de 2000, nas regiões de microclimas específicos do Norte e do Nordeste;

VIII - montante de recursos: até R$ 150.000.000,00 (cento e cinqüenta milhões de reais), de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras do Funcafé à época da contratação dos financiamentos;

IX - agente financeiro: Banco do Brasil S.A.

Art. 2º Ficam a Secretaria de Produtos de Base, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e a Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, autorizadas a transmitir ao agente financeiro as instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a resolução nº 2.476, de 26 de marco de 1998.

Resolução nº 2.599, do Banco Central do Brasil, de 26 de março de 1999 – *Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.*

O Banco Central, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de março de 1999, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada lei, e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art 1º Alterar o art. 4º da Resolução nº 2.513, de 17 de junho de 1998, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 2.580, de 23 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Ficam as instituições financeiras autorizadas a considerar em curso normal, até 31 de agosto de 1999, as operações anteriormente formalizadas ao amparo do Programa."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a resolução nº 2.580, de 1998.

Resolução nº 2.600, do Banco Central do Brasil, de 26 de março de 1999 – *Dispõe sobre operações de responsabilidade de cooperativas enquadradas no Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que trata a Medida Provisória nº 1.781-7, de 11 de março de 1999.*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de março de 1999, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada lei, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 10 da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, resolveu:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Resolução nº 2.569, de 13 de novembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Autorizar a concessão de prazo, até 31 de agosto de 1999, para pagamento de parcelas vencidas ou vincendas de operações de responsabilidade de cooperativas consideradas enquadráveis no Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), conforme relação divulgada pelo Comitê Executivo do Programa."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2.601, do Banco Central do Brasil, de 30 de março de 1999 – *Dispõe sobre financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR), ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2).*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de março de 1999, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada lei, e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º Autorizar, a interesse da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), a concessão de financiamento, ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2), destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR) representativas da venda antecipada de trigo da safra de inverno de 1999 (crédito de comercialização MCR 3-4), observadas as seguintes condições:

I - beneficiários: empresas que utilizam o produto como matéria-prima para beneficiamento ou industrialização;

II - garantias: obrigatoriamente, as CPR objeto de financiamento e, subsidiariamente, outras, a critério da instituição financeira;

III - prazos:

a) contratação: até 30 de novembro de 1999;

b) vencimento: até trinta dias após a data de entrega do produto, prevista na CPR.

Parágrafo único. O financiamento fica restrito à aquisição de CPR com as seguintes características:

I - emitente sem vínculo societário com o adquirente, exceto no caso de operações em que figurem apenas produtores rurais, suas associações, cooperativas singulares e centrais;

II - representativa de produto não-vinculado a garantia de financiamento destinado a custeio de safra;

III - contemplando preço do produto por ela representado igual ou superior ao respectivo preço mínimo;

IV - promessa de entrega do produto até 29 de fevereiro de 2000;

V - ausência de cláusula estipulando as possibilidades de recompra pelo emissor ou de liquidação financeira;

VI - registrada em sistema de registro e de liquidação financeira administrado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip).

Art. 2º É devida, se de interesse do beneficiário, a concessão de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) para liquidação de financiamento destinado à aquisição de CPR, de que trata esta resolução, observadas as seguintes condições e, no que couber, as normas da PGPM vigentes à época da contratação:

I - limite de crédito: o montante do saldo devedor do financiamento destinado à aquisição de CPR;

II - prazo de vencimento: até 31 de julho de 2000.

Parágrafo único. Podem ser estabelecidas amortizações intermediárias, a critério da instituição financeira.

Art. 3º Autorizar, a interesse da PGPM, a concessão de financiamento, ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2), destinado à aquisição de CPR representativa da venda antecipada de caroço de algodão da safra 1998/1999 e 1999, observadas as condições gerais desta resolução e os seguintes prazos para:

I - contratação: até 30 de junho de 1999;

II - promessa de entrega do produto: até 31 de outubro de 1999;

III - vencimento do EGF/SOV destinado à liquidação do financiamento para aquisição da CPR:

a) relativo a produto da região Centro-Oeste ou do Estado de Minas Gerais: até 30 de março de 2000;

b) nos demais casos: 31 de janeiro de 2000.

Art. 4º Ficam alterados os seguintes prazos de financiamento para aquisição de CPR ao amparo da Resolução nº 2.510, de 17 de junho de 1998:

I - algodão, da região Centro-Oeste ou do Estado de Minas Gerais:

a) prazo de contratação: até 30 de junho de 1999;

b) promessa de entrega do produto: até 31 de outubro de 1999;

c) prazo de vencimento do EGF/SOV destinado à liquidação do financiamento para aquisição da CPR: até 30 de março de 2000;

II - arroz e milho:

a) prazo de contratação: até 31 de maio de 1999;

b) prazo de entrega do produto: até 31 de julho de 1999;

c) prazo de vencimento do EGF/SOV destinado à liquidação do financiamento para aquisição da CPR: até 31 de janeiro de 2000.

Art. 5º Fica autorizada a utilização de um único instrumento de crédito para a formalização do financiamento destinado à aquisição de CPR e do EGF/SOV para liquidação daquela operação.

Art. 6º O saldo das aplicações de cada instituição financeira, em financiamentos destinados à aquisição de CPR, não pode exceder a 5% (cinco por cento) dos respectivos recursos obrigatórios (MCR 62).

Art. 7º Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, e de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, autorizadas a proceder, em conjunto, aos ajustes de natureza operacional que se fizerem necessários, os quais serão divulgados pelo Banco Central do Brasil.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

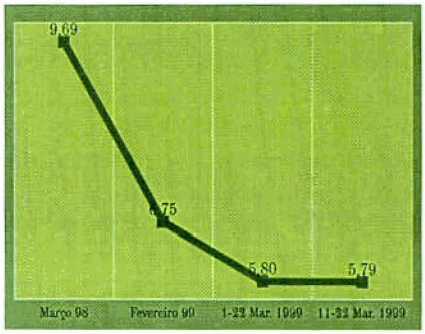
Mercado externo

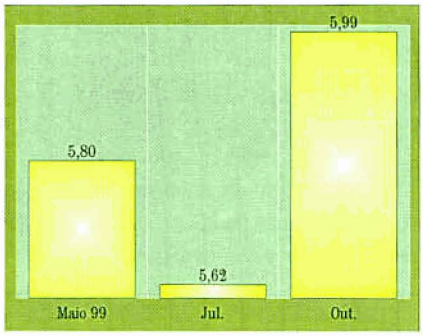
IRENE TROCCOLI E CARLOS COGO*

As previsões de mercado foram feitas no dia 22 de março último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de abril de 1999.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

Açúcar



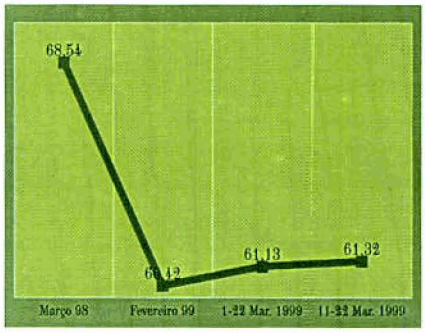


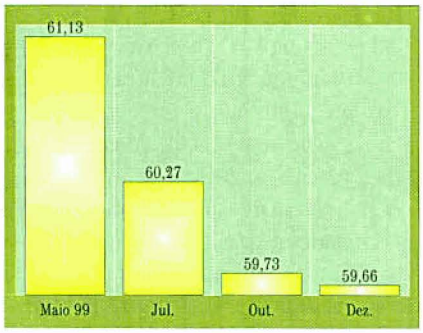


US¢/lb. peso mundial branco

A grande competitividade das exportações brasileiras pressiona para baixo as cotações mundiais, com fraca possibilidade de recuperação a curto e médio prazos.

Algodão



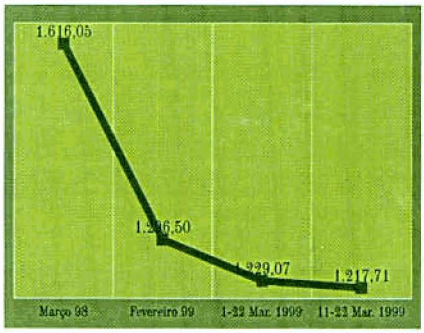


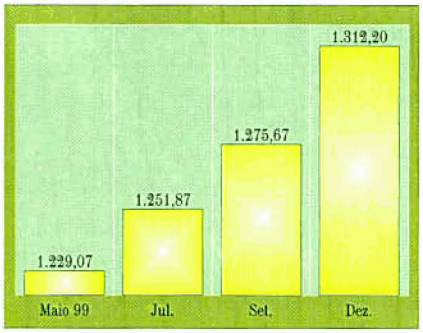


1-1/16" US¢/lb. peso

A demanda dos asiáticos segue retraída, com dificuldades nas exportações de têxteis, mantendo estagnadas as cotações externas.

Cacau



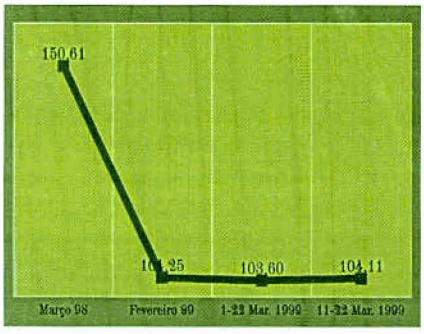


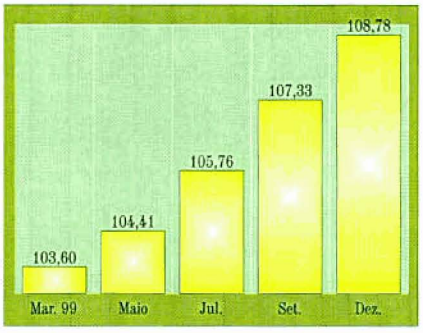


Bahia US$/t

O preço deverá permanecer em ritmo de queda. Começa a entrada da safra da Indonésia, que este ano entra mais cedo que em anos anteriores e, com uma previsão de safra superior à do ano passado.

Café







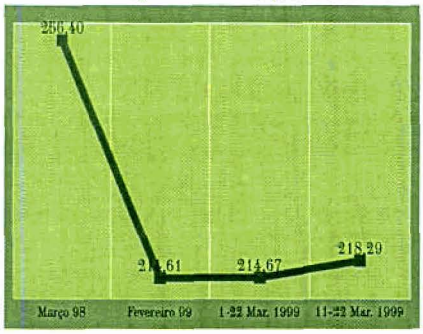
Contrato "c" Nova York US¢/lb. peso

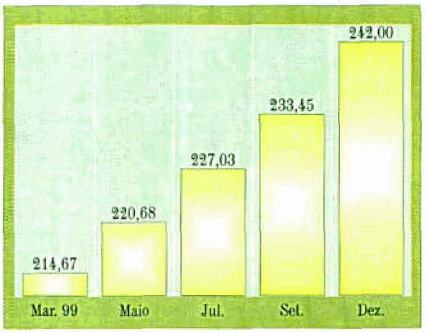
A tendência de queda deverá ser acentuada com o fim da greve dos caminhoneiros da Colômbia, segundo maior país produtor do mundo.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

AGROANALYSIS

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

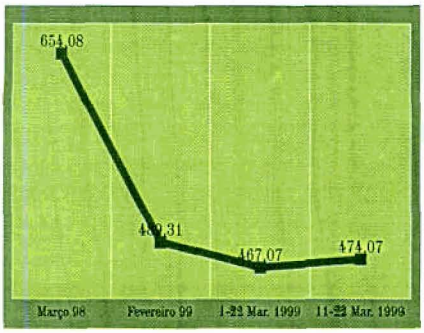




Milho

two yellow US¢/bushel

O momento de colheita da safra no hemisfério Sul e a elevada safra norte-americana esperada traçam cenário depressivo para as cotações do milho.

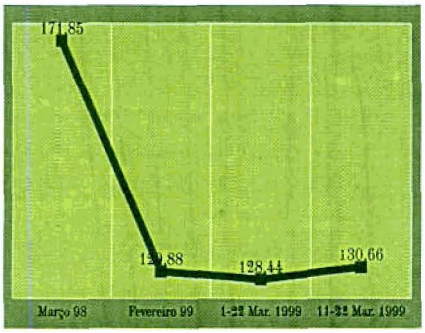


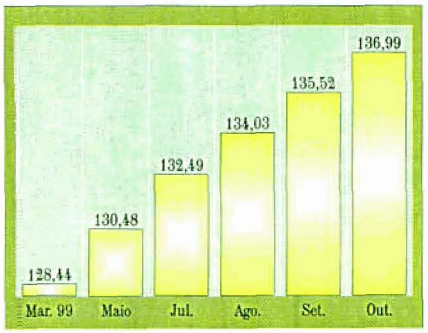


Soja-grão

grão one yellow US¢/bushel

A repetição de uma grande safra na América do Sul e as projeções de aumento da área 99/00 nos EUA mantêm as cotações futuras estabilizadas.

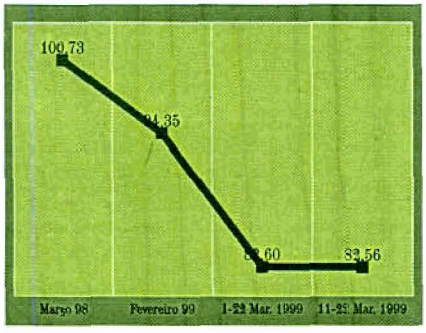


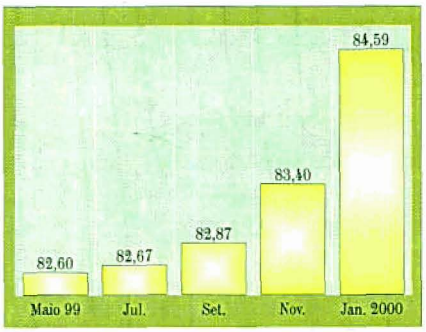


Soja, farelo

farelo US$ / t

Um cenário de folga no suprimento do grão e uma demanda reprimida de carnes em nível mundial pressionam as cotações futuras do farelo na CBOT.

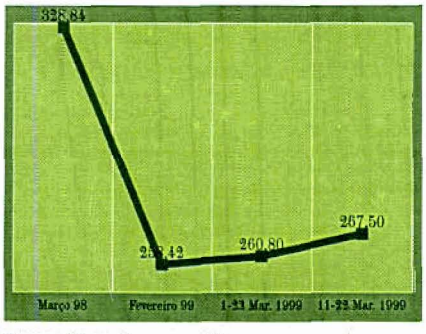


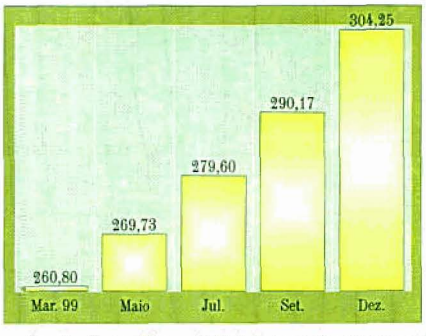


Laranja,

suco US¢/lb. peso

As excelentes condições climáticas que vêm sendo observadas na Flórida estão aumentando o período de floração das árvores, indicando aumento na quantidade de frutas.





Trigo

soft red US¢/bushel

Queda nos estoques de passagem e redução no tamanho da próxima safra mundial estão promovendo uma lenta recuperação das cotações futuras.

*CARLOS COGO é economista na empresa Agromercados. Organização: Irene Troccoli. Colaborou: ALESSANDRA S. VAZ. Fontes dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

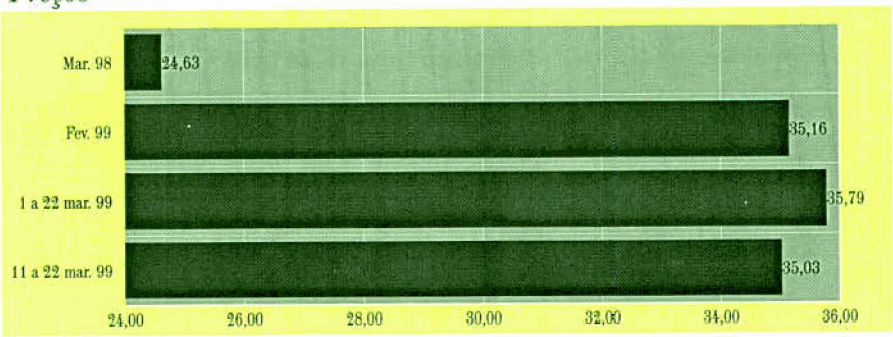
Mercado interno

IRENE TROCCOLI E CARLOS COGO

As previsões de mercado foram realizadas no dia 22 março último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de abril de 1999. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para fevereiro de 1998. Os preços de março de 1999 são nominais.

Preços | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

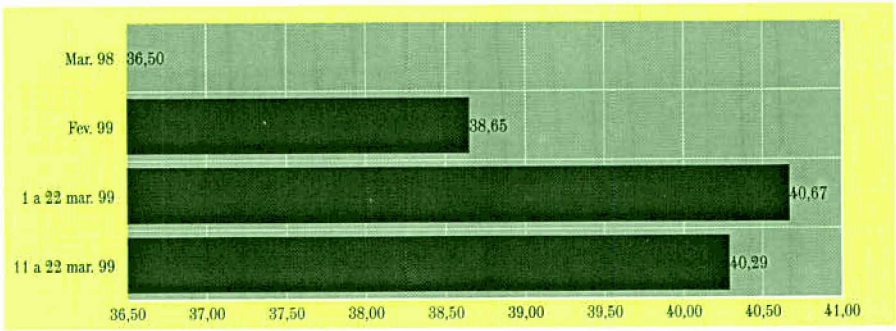
Algodão



(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

Após as altas domésticas decorrentes da desvalorização cambial, os preços devem manter-se estáveis com o avanço da colheita da safra do Mercosul, suficiente para atender a demanda da região.

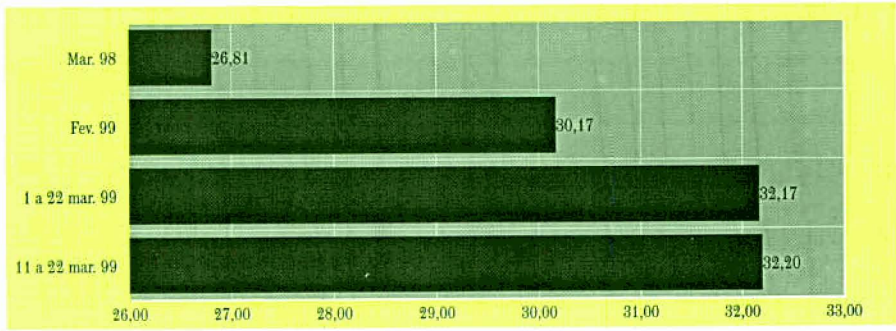
Arroz



agulhinha R$/sc. 60kg

A colheita de uma safra recorde no Brasil e no Mercosul, com expectativa de um excedente de mais de 1 milhão de t, pressiona para baixo as cotações ao produtor brasileiro.

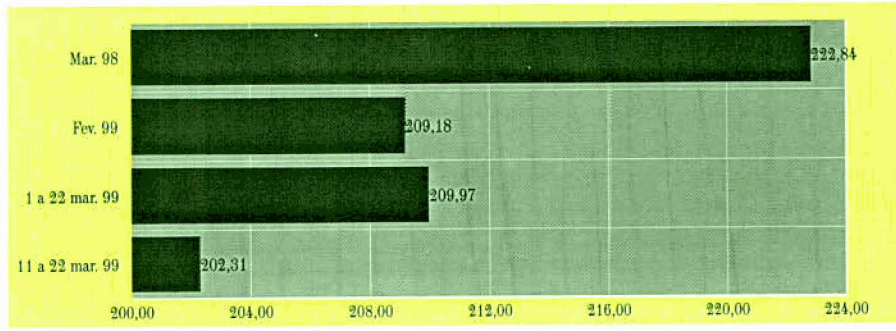
Boi



gordo R$/arroba

Os preços no atacado recuaram e as exportações são insuficientes para aquecer o mercado, o que impede novos repasses nos preços do boi gordo ao produtor.

Café

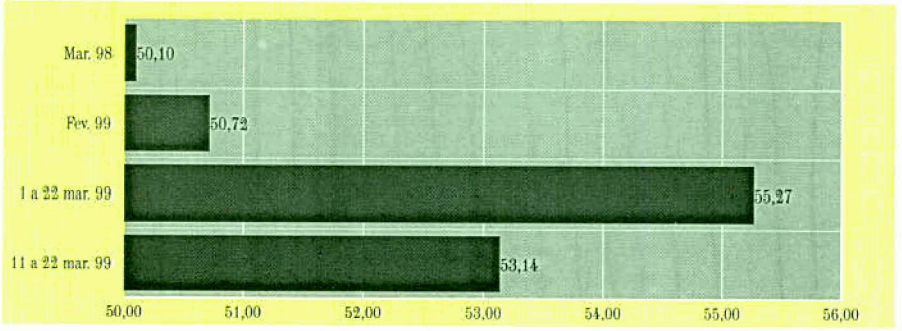


tipo 6 R$/sc. 60kg

O fator câmbio continua sendo um dos pontos principais no equilíbrio dos preços internos. Caso persista a desvalorização do dólar em relação ao real, o mercado deverá continuar em ritmo altista.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

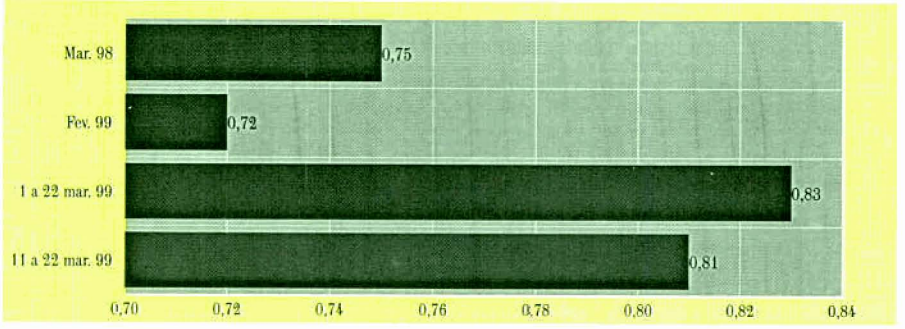
Preços *Tendência* *Fatores ponderáveis*



Feijão

carioquinha especial R$/sc. 60kg

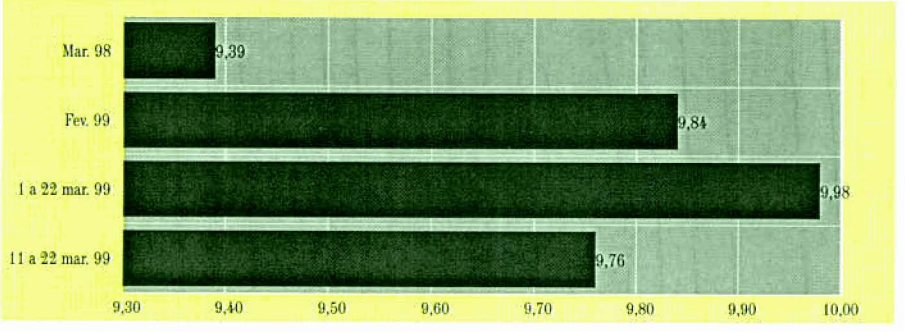
A entrada da safra das águas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul mantém os preços em queda. A colheita do produto se desenrola entre dezembro e março, e seu volume deverá ser 28% acima do obtido no ano passado, segundo a Conab.



Frango

vivo R$/kg

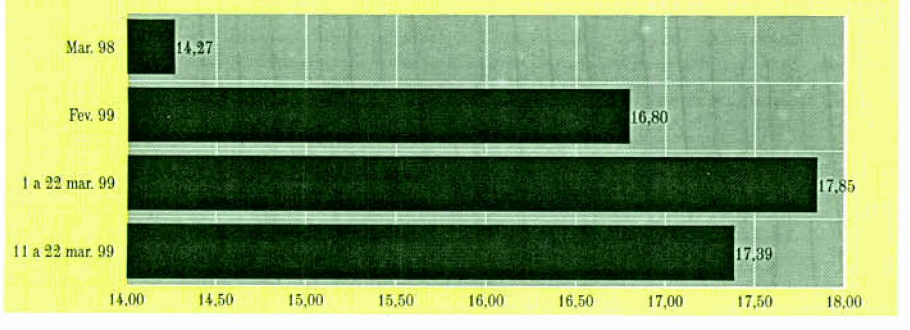
Com o agravamento da recessão econômica, a manutenção sob controle dos preços do milho, e a ampla produção avícola, as cotações do frango não encontram espaço para aumentos.



Milho

amarelo semiduro R$/60kg

O mercado apresenta-se muito bem abastecido neste final de colheita da safra de verão, cogitando-se que a safrinha venha a suplantar 5 milhões de t.



Soja

grão industrial R$/60kg

A colheita ainda não avançou expressivamente e os registros de exportação já atingem 49% da meta de exportações, dando sustentação às cotações domésticas.

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; arroz – Instituto Rio Grandense de arroz; feijão – Sandra Hetzel; milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

DIÁRIO *de bordo*

Esperança e paz

ROBERTO RODRIGUES



Esta coluna deve ser usada para registrar experiências ou observações recolhidas em longas viagens pelo mundo do agronegócio. Amigos e conhecidos se entusiasmam com as notícias de jornadas ao desconhecido – ou ao conhecido – e idealizam a deliciosa vida do viajante. O ganho com o aprendizado é formidável, mas tem um travo amargo: quanto mais aprendo, mais me envergonho da minha imensa ignorância. Nada, porém, é mais duro que a solidão.

Difícil imaginar isso; afinal, vivo em congressos, seminários, reuniões, eventos múltiplos pelo mundo afora, entre multidões diferentes de cooperativistas e agricultores. Mas a solidão também está no meio da multidão, nas longas noites insones voando sobre oceanos ou continentes estranhos, sobretudo quando se fecha a porta do quarto do hotel. O silêncio, a ausência da companheira e de palavras em sua própria língua fazem o peregrino sentir-se isolado no meio do nada, preocupado em encher as próximas horas com atividades preparatórias do próximo deslocamento para outro hotel, outro nada, outro encontro consigo mesmo.

Já se disse que a solidão, ou a noite, é má conselheira. Mas não resisto aos conselhos de ambas e atrevo-me a escrever sobre algumas banalidades. Não tenho certeza se são mesmo banalidades. Aprendi com um velho pescador no meio do cerrado que cercava o rio Mogi Guaçu – Otávio de Souza, um filósofo tão maravilhoso quanto o Sidarta de Hesse – que "o que vale na vida são as coisas simples".

Escrevo aqui sobre coisas simples, ciente dos lugares comuns inexoráveis. Começo tratando da esperança, sentimento essencial para seguir qualquer caminhada. Para justificar na prática a tese que proponho, falo sobre a atual mudança cambial. O câmbio irreal era um entrave à competitividade da agricultura brasileira. Já podemos avançar, dependendo ainda do corte das amarras monetárias, tributárias, fiscais, de logística, tecnológicas e outras. Mas o mote que liga o tema a esta crônica é evidente: renasce a esperança para a agricultura e para os agronegócios nacionais.

Voltamos a ter esperança. Voltamos à vida. Para que viver se não há esperança? Se os sonhos não podem se realizar, para que viver? A esperança é o combustível da vida.

E qual o sentido da vida? Se a resposta vem sendo procurada desde que o homem se deu conta de sua própria existência, não é em uma noite perdida sobre o Atlântico que a encontraremos. Mas um sentido para a vida pode ser ajudar a melhorar o mundo. Quem contribuir para isso terá valido a pena.

Se a esperança é o combustível da vida, e se o sentido desta é ajudar a construir algo melhor, qual é o combustível da esperança? Esta resposta é fácil: o amor. Só amando com vigor e na plenitude deste sentimento é possível ter esperança. Portanto, viva o amor. Mergulhemos nesta emoção. Dando-nos a ela, dando-lhe o melhor de nós porque o amor abre os limites, incute confiança, inspira o talento, alimenta a coragem. A luta diária fica mais amena, mais fácil ultrapassar a tristeza, aproveita-se melhor a alegria. Outro valor: alegria de viver. É preciso cultivá-la. Como, se o que mais se vê é injustiça, iniqüidade, diferenças sociais, gente sofrendo sem ter culpa de ser pobre ou ignorante?

Este é, sem dúvida, um desafio desesperador. No Brasil não há nenhum problema mais grave do que as brutais diferenças sociais que, não equacionadas, se transmudam em miséria, violência e ameaça, cada dia mais próximos de nós.

De novo, só o amor pode resolver isso. Não como sentimento isolado, até porque o amor por uma única pessoa é injusto e até amoral. Quando se ama exageradamente uma única pessoa, há o risco de perdoá-la ainda que cometa os mais hediondos crimes. A sublimação do amor se dá no coletivo, e através dele, ações reais se processarão para eliminar os desvios. Cultivar amigos, sorrir, cantar, lembrar-se de tratar bem todas as pessoas encontradas quando se estiver subindo, porque se vai encontrá-las de novo na descida; ser igual, transparente, não importando o *status* do interlocutor. Todos são gente. Viver com alegria e intensidade cada momento, e lembrar bem de Jorge Luis Borges: a felicidade é feita disto, de momentos bons.

Ah, a felicidade, este pássaro fugidio, onde encontrá-la? Se estiver ao alcance das mãos, dura alguns momentos; se a deixarmos onde o braço não alcança, jamais a tocaremos. Ela consiste de alegria, amor, esperança, confiança e, é claro, decidir sempre.

Do que se trata: "decidir sempre"? Nada é mais grave que a omissão. Diante da dúvida frente à encruzilhada, decidir é preciso – única forma de viver intensamente, ocupando todos os espaços que surjam. Assim se elimina o triste sentimento que é a saudade – nostalgia do que não se fez na hora de fazer. Por falta de decisão. Decidir é preciso. O único risco da decisão é o erro; paga-se por ele e pronto. A omissão não tem risco, mas é o esquecimento. É preciso decidir e ser sujeito da vida; a omissão nos transforma em objeto da vida. Parafraseando o poeta: passar pela vida em brancas nuvens, ser espectro de homem, passar pela vida, não viver...

O erro é necessário, até para valorizar o certo. Vou mais longe, e perdoe-me o crente, quando afirmo que até o erro consciente pode ser interessante, desde que se esteja disposto a pagar por ele: há prazeres indizíveis em erros que devem ser cometidos. Afinal, é a soma dos erros – e dos fracassos – que constitui a experiência, escudo invisível que alguns temem quando deveriam respeitar.

É fácil falar. Quem não tem seus medos, angústias e preconceitos? Quem não arrasta os fantasmas de seus próprios defeitos; quem não está acorrentado aos cadáveres dos pecados cometidos? Quem não tem sua própria cruz?

Só a boa vontade diante da vida faz diferença. Só assim se pode estar quites com a dádiva fantástica da vida. Só assim se encontrará paz, mesmo só...

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Aliança Cooperativa Internacional e da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

AGRISHOW 99

O MELHOR DA AGRICULTURA

De 26 de Abril a 01 de Maio - Ribeirão Preto/SP

Local: Núcleo de Agronomia da Alta Mogiana (Antiga Estação Experimental "Ney Bittencourt de Araújo") do Instituto Agronômico - IAC



- Implementos Agrícolas
- Máquinas Agrícolas
- Sementes
- Corretivos, Fertilizantes e Defensivos
- Silos e Armazéns
- Equipamentos para Irrigação
- Aviões de Serviço
- Veículos Utilitários
- Softwares e Hardwares
- Peças Autopeças e Pneus
- Ferramentas
- Bombas e Motores
- Perfuração de Poços Artesianos
- Sacarias e Embalagens Agrícolas
- Equipamentos de Comunicação Rural
- Equipamentos de Segurança
- Telas e Arames
- Construções Pré-Fabricadas
- Sistemas de Informações
- Centros de Pesquisa e Universidades
- Antenas Parabólicas
- Revistas e Publicações Técnicas

Realizadores: ABAG - ABIMAQ - ANDA - SRB **Co-Realizadores:** ABC - ABRASEM - ACIRP - ACI - AEASP - ANDEF - FAESP MAA - OCB - OCESP - PMRP - SAA - SIMERS **Apoio:** BNDES/FINAME - CNA - ESALQ/USP - FINEP - IAC - SDR/DENACOOP (MAA) - UNESP JABOTICABAL **Agência Oficial:** BBTUR

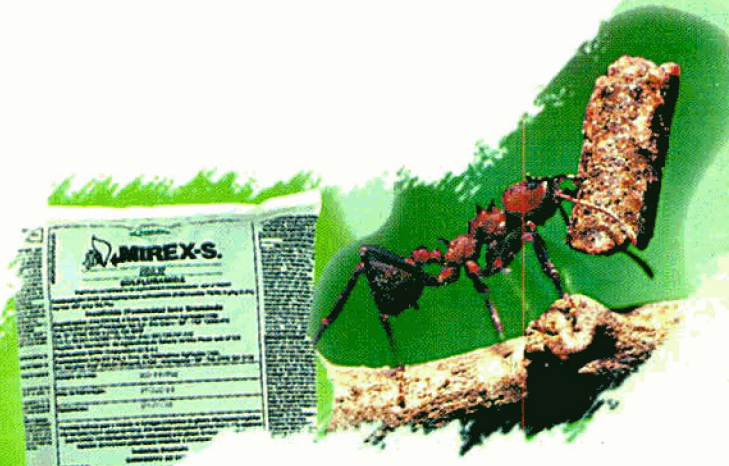
Patrocinadores:

BANCO DO BRASIL · Bradesco · Banco Real · banespa

ABIMAQ - Av. Jabaquara, 2925 - 4º andar - 04045-092 - SP - Brasil - Tel.: (011) 5582.6421- Fax: (011) 5582.6429
E-mail: agrishow@abimaq.org.br - Home Page: http://www.abimaq.org.br/agrishow

CIA. IDEIAS

SEUS RESULTADOS, NOSSA TECNOLOGIA.



O fim dos formigueiros com respeito ambiental.

Iscas formicidas de eficácia comprovada, menor toxicidade, menor impacto ambiental e maior proteção ao homem e ao ambiente.



Inicia o controle em 48 horas.



Nutrição de alta qualidade.



Suíno Ultralight: excepcional conversão de ração em carne magra.

Modernos suínos tipo carne e matrizes para frangos com maior rendimento em cortes nobres. Genética desenvolvida em associação com as maiores organizações mundiais do setor: Pig Improvement Company/PIC e Ross Breeders.



Maior ganho de peso. Menor custo de produção.

Produtos para nutrição de animais de alta performance – para suínos, aves, bovinos de leite e de corte.

AGROCERES É INOVAÇÃO, EVOLUÇÃO. É CERTEZA DE EXCELENTE RESULTADO.

agroceres®

RIO CLARO/SP - Tel. (019) 526 8500 - Fax (019) 526 8700 - **www.agroceres.com.br**